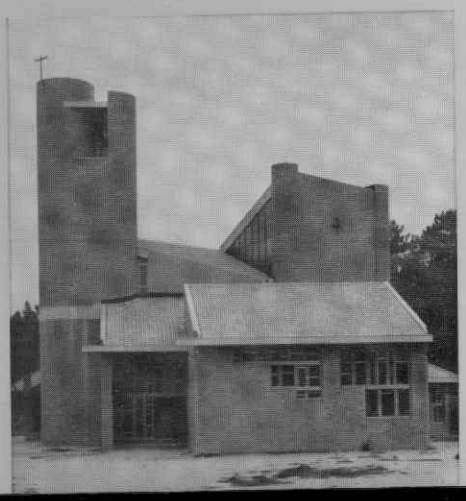


AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

NÚMERO 8
1969

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA

CAMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
-BIBLIOTECA-
DOCUMENTO | 28 JAN.70
ENTRADA DE OBRAS

Assinatura anual . . . . . 20$00

Número avulso . . . . . 10$00

A Direcção da revista não se considera vinculada às opiniões dos autores que publica.

bibRIA

Página Heráldica

PORTARIA N.º 8 339, PUBLICADA NO DIÁRIO DO GOVERNO N.º 14, I SÉRIE, DE 17 DE JANEIRO DE 1936:

«Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal do concelho de Estarreja, distrito de Aveiro, e tendo em consideração o parecer da secção de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a constituição heráldica das armas, bandeira e selo do referido Município, seja o seguinte:

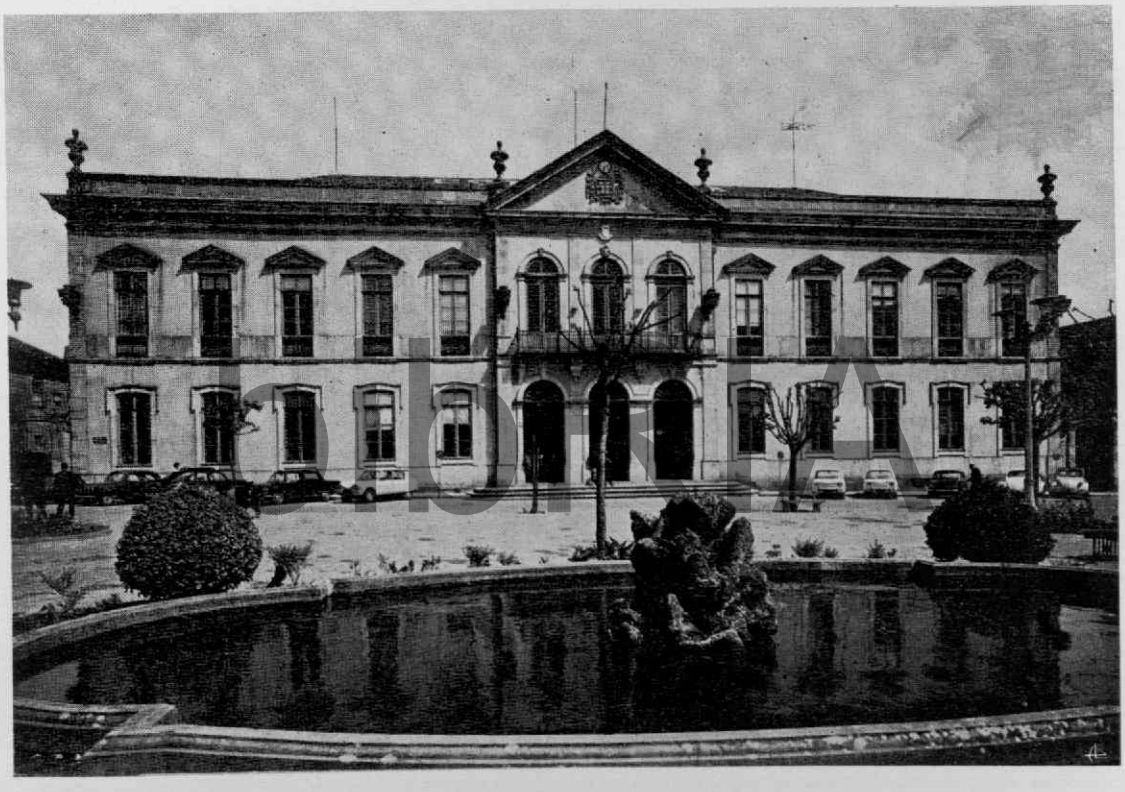
Armas: de negro com uma banda ondada de azul orlada de prata carregada de três peixes de prata realçados de negro, acompanhada de seis espigas de trigo de ouro folhadas de verde, postas em orla. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: «VILA DE ESTARREJA» de negro.

Bandeira: esquartelada de amarelo e de azul. Cordões e borlas de ouro e azul. Haste e lança douradas.

Selo: circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro dos círculos concêntricos, os dizeres: «Câmara Municipal de Estarreja».

bibRIA

bibRIA



Paços do Concelho de Estarreja, edificado em 1892, um dos mais notáveis ao tempo, na Praça Francisco Barbosa, assim consagrado o nome do Presidente da Câmara a quem se ficou devendo, além de outros melhoramentos, a sua construção, como atestado da prosperidade e importância de que disfrutava, na época, entre as terras do Distrito, o antigo Couto e julgado de Antuã

bibRIA

Estarreja no passado

APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA

I — SUGESTÕES GODAS E ÁRABES. II — O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA E A FORMAÇÃO DA RIA DE AVEIRO. III — ANTIGAS POSTURAS DA CÂMARA DE ESTARREJA *

Pelo Dr. Eduardo Alberto da Costa
Advogado e Jornalista

I — SUGESTÕES GODAS E ÁRABES

Documentos medievais

Em qualquer trabalho de investigação que se tente sobre as origens de Estarreja, de que o histórico rio Antuã é atributo e o povoado do seu nome foi núcleo, como circunscrição, o estudioso há-de ter de lidar com os documentos medievais que, entre os incluídos na conhecida Colecção **Portugaie Monumenta Historica, Diplomata et Chartae,** se acham já publicados, ou integralmente ou apenas nos trechos referentes a terras desta região, ou mencionados por autores de obras menos particularizadas, designadamente por Alexandre Herculano, na sua fundamental «História de Portugal», como veremos.

O investigador regional Lopes Pereira, para o seu trabalho «Couto e Julgado de Antuã» (iniciado no vol. XI, 241, do «Arquivo do Distrito de Aveiro», e que ficou incompleto) colheu e aí deixou reproduzidos, nas partes que interessavam, entre outros, quatro desses documentos, cujo relevo avultará da sua leitura e do desenvolvimento que o seu estudo possa sugerir:

Ano de 1050. Doc. 378 — **In rriba de antuana ereditate que fuit de ioazino. in uilla abdelazizi sua rratione ab integro tam de paremtela quam eptiam et de conparadela de matan et de suos filios. item in abdelazizi suas rrationes integras.**

Ano de 1077. Doc. 549 — **In riba de antuana tres quintas de ablacizi de ganantia. et quarta de canellas et riu sicu quos fuit de mandan. Istas hereditates de auolenga et de ganantia uendidi illas domno gundisaluo de ille comes menendo luci qui illa terra inperaba sub gratia de ille rex domno adefonso quia ille dux tenuit regalengo et condadu et mandamento.**

Ano de 1078. Doc. 557 — .....**facio kartula uendictionis de ereditate mea propria que abeo in uilla que dicent riu siccu et ab iacentia ipsa uilla inter uilla que dicent fermellana et uilla que uocitant kanellas et subtus kastro rekaredi discurrente ribulo antuana prope litore maris ..... et cum suas marinas.**

Ano de 1088. Doc. 708 — **Sicut et uendimus ereidate nostra probia que habemus ... rentes nostros et mater nostra nunillo et de abiorum nostrorum et abe iacentia ipsa ereidate ter ... portugalensis subtus castro abranka discurrentem rribulo antuana in uilla que uocitant antuana uendimus ad uos de illo kasale de rodoriut floilaz de .....**

Recaredo

Ao localizar a herdade vendida, o documento n.º 557 situa-a debaixo de (à vista de, no sopé de) um castro cuja localização foi objecto de dúvidas entre alguns investigadores que tiveram oportunidade de lidar com documentos em que surge a designação (Dr. Aguiar Cardoso, «Terras de Santa Maria», 53-55; Dr. Arlindo de Sousa, «Arquivo do Distrito de Aveiro», VIII, 216).

Porém, em recentes e autorizados estudos historiográficos da região, nota-se concordância quanto à identificação do **Castro Recaredi (Kastro Rekaredi)** ou **monte Castro Recarei:** será o Castro de S. Martinho da Gandra, no vizinho concelho de Oliveira de Azeméis.

Obliterado de há muito o topónimo, ainda aparece mencionado, em muitos desses instrumentos medievais de séculos posteriores, tanto dos **Diplomata et Chartae,**

---

* Excertos dum trabalho monográfico sobre Estarreja, em preparação. Como base documental da parte referente ao Couto de Antuã e Avanca, servimo-nos da publicada no «Arquivo do Distrito de Aveiro», especialmente no vol. XX, 90-136 (e separata), pelo ilustre investigador Sr. Dr. Manuel Rodrigues Simões Júnior, de Arouca, a quem rendemos a nossa homenagem: «Mosteiro de Arouca — Couto de Antuã e Avanca — Subsídios para a sua história».

De resto, a falta de existência real do Arquivo Distrital, aonde possam ir parar todos os espécimes relativos à região aveirense, retidos e disseminados por vários arquivos do País,

bibRIA

Estarreja — Capela de Santo António da Praça — 1735 — Da Municipalidade desde 1881

como fora da Colecção, para marcar a situação de propriedades e povoações, embora não contíguas ou próximas, mas afastadas umas das outras e do próprio Castro, dispersas por diversas circunscrições: naquele documento, Fermelã, Rochico e Canelas; e em outros títulos, Loureiro, Avanca, Válega, S. Vicente de Pereira, Cabanões, Muradões e S. Donato (Ovar), Cucujães (na carta de couto do Mosteiro), Souto, Agoncida, Mosteirô, etc.

Tirando o nome do rei visigótico Recaredo, que em 589 se convertera ao Cristianismo, o Castro conservá-lo-ia durante séculos, dominante das planícies circundantes até ao Oceano, e eminente, nos dois sentidos do vocábulo, entre as demais povoações fortificadas das redondezas, na zona da Via Militar romana Emínio — Cale (o castro da Branca, o castro de Ul, o castro de Ossela, os mais próximos de nós, como exemplos).

Daí, presumìvelmente, a preferência referenciadora.

De notar que, no documento n.º 708 da referida Colecção, de 1088, o castro indicador da posição territorial não é o de Recarei, mas sim, precisamente, o da Branca, aliás, talvez, o mais próximo da **villa antuana,** entre os da aludida zona.

Em outros documentos conhecidos e publicados, além do **rio discorrente,** que era outro elemento auxiliar quase sempre utilizado pelos tabeliães ou escrivães, aparecem os montes (não os castros) mais cercanos a desempenhar a função, e em outros ainda a «estrada»: a referida antiga Via Militar romana, aí, por vezes, chamada indevidamente, segundo os mais autorizados pareceres, «estrada mourisca».

A identificação do Castro Recarei com o Castro de S. Martinho da Gandra, deu-a como assente o falecido investigador regional Abade João Domingues Arede, natural de Macieira de Alcoba — Águeda, que deixou, além de vários trabalhos, uma vasta e erudita colaboração no «Arquivo do Distrito de Aveiro», e foi pároco de Couto de Cucujães, ali fundando um Museu Arqueológico e Etnográfico, inaugurado em 4 de Agosto de 1935 («Arquivo», I, 313-314; X, 290-294), vindo a sua abalizada opinião a ser adoptada posteriormente («Arquivo», IX, 54 — P.ᵉ Miguel de Oliveira, após a hesitação entre Ul e S. Martinho da Gandra, I, 243; XXIV, 164-169 — P.ᵉ José Resende da Silva Leite).

Abdelaziz

Prestígio idêntico explicará a persistência, no séc. XI, dos designativos, autênticamente árabes, de **Abdelaziz** e **Ablaciz** (variante, ou o mesmo, por certo, com errada grafia) dados à **vila** sita nas ribas do Antuã, em dois dos documentos citados, respectivamente o de 1050 e o de 1077?

O segundo é datado já de 13 (ou 19) anos após Fernando Magno ter levado na ponta da espada até Coimbra os sarracenos, que a haviam conquistado e destruído, pela terceira vez, em 987. A cidade «caíu em poder dos cristãos para nunca mais sair dele» — como diz Alexandre Herculano — ao cabo de uma campanha que durou alguns anos, a partir de 1055, quando o rei — o segundo Fernando I de Leão e então do novo reino de Castela — atravessou o Douro e investiu contra os territórios da Beira actual, ocupados pelos infiéis pràticamente desde que os cristãos tinham sido empurrados, pela segunda vez na história, até às Astúrias, então por Almançor. Este, ao avançar até ao Porto em 997, não o teria feito «sem deixar ocupada a nossa beira-mar» (P.ᵉ Miguel de Oliveira, «Arquivo», I, 248).

---

e enquanto se mantiver apenas criado no jornal oficial, mas sem instalações nem recheio, coloca os investigadores e curiosos de antigualhas que vivem longe das fontes documentais directas e impossibilitados de a elas ascenderem, em situação de lamentável orfandade, a que só a colecção da cotada e benemérita Revista pode prover e em grande parte já ocorre, graças ao devotamento dos seus ilustres directores e dos mais dotados colaboradores, ao longo de 34 anos.

Apenas com a reconquista de Coimbra — na data de 1064, controvertida para 1058 — se veio a obter a libertação definitiva da dominação árabe nesta região entre o Douro e o Mondego.

E três séculos e meio haviam decorrido após a ocupação inicial, em que desempenhou um papel decisivo precisamente o chefe árabe Abdelaziz.

Seu pai, Muça, amir de África, aproveitando-se das dissenções surgidas na sucessão do rei visigótico Vitiza e da traição de um dos partidos em conflito, manda à conquista da Península o seu lugar-tenente Tárique e este derrota o exército godo de Rodrigo na fatal batalha de Guadabeca (711). O próprio amir segue-se-lhe a tomar parte na invasão, e seu filho e sucessor, que ele designa para exercer o amirado da Espanha conquistada, com Sevilha por capital, continua a campanha, por 713-716, sendo, pouco depois, assassinado.

Diz Alexandre Herculano («Hist. de Portugal», I, 106): «O novo amir acabou de avassalar o resto da Península e regulou os tributos que os vencidos deviam pagar». Chama-lhe **Abdu-l-aziz**, que o Prof. Dr. David Lopes (Apêndice da 8.ª ed. daquela «História», vol. VIII, 305) corrige para **Abde Alaziz**, aliás posteriormente aglutinando, como aparece nos documentos que estamos focando e na «Monarquia Lusitana» do célebre Fr. Bernardo de Brito, os dois termos em **Abdelaziz**, com que designa «o primeiro governador das conquistas árabes na Península» (cap. «O Domínio Árabe», no vol. I da «História de Portugal» de Damião Peres ou de Barcelos, e Índice).

As contínuas incursões e correrias em que, recìprocamente, cristãos e muçulmanos se empenharam, nos territórios compreendidos entre Douro e Mondego, até àquela libertação, não teriam conseguido perturbar as incidências da ocupação dos sarracenos nos ribas do Antuã. E daí, a possível explicação da permanência do nome atribuído à **vila** desses documentos, do chefe árabe que, émulo de Tárique na clemência e generosidade com que tratava os vencidos, poderia ter deixado justificativa fama também pela «brandura que mostrava para com os cristãos», salientada por Herculano e de que é espelho o tratado que celebrou com o chefe godo Teodomiro, a quem desbaratara na batalha de Lorca, e o casamento com Egilona, a viúva de Rodrigo, que, para alguns, estaria na origem e seria a explicação dessa tolerância.

Poderia entrar-se em mais ou menos plausíveis conjecturas sobre as razões dessa permanência, na sucessão de dois ou três séculos e na alternância das «invasões e repulsões que caracterizam a época, até à fixação do Mondego como fronteira da monarquia leonesa.

Alexandre Herculano, na Nota I do Livro VII, que integra o Tomo VI da 8.ª edição da «História», aponta os dois citados documentos como conspirando, com outros, «..... em nos revelar a existência da população rural nos territórios entre Douro e Mondego, imóvel no solo, digamos assim, não obstante a mobilidade ou antes incerteza das fronteiras entre leoneses e sarracenos». Assim se explicará também a imobilidade da atribuição do nome, ainda na segunda metade do séc. XI, à **vila**, termo que, então, no dizer do nosso grande Historiador (vol. cit., 183) era «.....denominação genérica tanto de qualquer granja, de qualquer aldeia ou aldeola, como das mais importantes municipalidades, e que corresponde na sua significação vaga ao moderno vocábulo povoação».

Se a designação de «vila de Abdelaziz» — fosse qual fosse a sua categoria — não servia para consagrar, de qualquer modo, até como fundador, o nome do chefe árabe, a alternativa será a de se tratar de um proprietário muçulmano convertido ou de um moçárabe, e a respectiva denominação assim se teria mantido, no decurso daquele período, pelo menos até às datas dos dois documentos em apreço.

Dá abertura às hipóteses a longa exposição que ainda nos faculta o grande Escritor nacional, no citado Tomo, ao dar-nos um magistral quadro das circunstâncias do domínio sarraceno na maior parte dos territórios entre os dois rios durante a primeira metade do século e a proliferação de nomes árabes entre as populações.

Lopes Pereira, no seu referido estudo (nota de págs. 243), já pôs a alternativa.

Não resistimos a transcrever o que, naquela mesma Nota I, em desenvolvimento de passagem atrás transcrita, o Mestre escreve a respeito do conteúdo dos dois importantes documentos, esmaltados de nomes e patronímicos árabes, e relativos a propriedades sitas nas mais diversas terras do actual distrito de Aveiro, que são os títulos de inventário dos bens de ricos homens da época, no primeiro, D. Gonçalo Viegas (**Ibn Egas**, marcando a linhagem moçárabe), filho de Egas Erotis (**Erotez**), e mulher D. Flâmula, no segundo, ainda D. Pelágio (ou Paio) Gonçalves, seu filho:

«Consta deles que um certo Egas Erotez, pessoa principal no distrito portugalense entre Douro e Vouga, se retirara para o norte quando Almançor restabeleceu na Beira o domínio de Córdova. Reconquistada por Afonso V uma porção de território ao sul do Douro, Egas Erotez voltou ali e recobrou o senhorio dos vilares e aldeias que lhe pertenciam, vindo a falecer no reinado de Bermudo III. Seu filho Gonçalo Ibn Egas, casado com D. Flâmula, e que já possuia por si e por sua mulher vários bens naqueles sítios, reuniu a eles os de seu pai. Eram uns e outros avultados, e de todos se ordenaram sucessivamente dois inventários em 1050 e 1077, onde se individuaram quais os herdados e quais os adquiridos. Estes extensos documentos aludem a um tal número de

aldeias e povoações, que parece referirem-se a épocas muito próximas de nós. Às vezes tece-se aí a história de algumas aldeias e casais, dizendo-se que foram compradas por D. Gonçalo a N. que as houvera de **herança**, o que evidentemente mostra como os muçulmanos tinham respeitado a propriedade dos que se haviam submetido à sua autoridade e como, no meio da luta entre sarracenos e leoneses, a transmissão dos bens se fazia regularmente, quanto o consentia a imperfeição do direito ou a quebra acidental deste mesmo direito num outro caso.

«Há no inventário de 1077 (.....) uma circunstância que indica bem claramente a existência da população rural fixa nesses numerosos vilares e casais cujo domínio directo mudava pelos meios ordinários de transmissão. No ano da conquista de Coimbra era morto D. Gonçalo, e seus filhos foram inquietados na posse de algumas aldeias e herdamentos. Apresentaram eles um inventário (talvez o de 1050) em que se continham os bens que seu pai possuira, tanto por **herança** como por compra. Ordenou-se então um inquérito, e achou-se que o inventário estava exacto. Este inquérito seria possível, sobretudo acerca dos bens de herança, se nesses lugares onde se procedia a ele, não houvesse testemunhas antigas que aí residissem e que soubessem a história de cada propriedade durante a vida de três gerações, ao menos?»

O referido D. Pelágio Gonçalves discrimina no segundo dos documentos as propriedades paternas **in riba uauga** e diz ter reivindicado as suas herdades no tempo de D. Sisnando, que era seu inimigo e dono da Terra de Santa Maria e de Coimbra.

D. Sisnando era o célebre conde ou cônsul, também de origem moçárabe, a quem Fernando Magno, como prémio da sua valiosa ajuda na conquista, havia dado o governo, que ele manteve até à morte, de vastos territórios, de Lamego até ao mar e do rio Douro até aos últimos confins das terras dos cristãos, como o mesmo diz em documento de 1088. Foi o «reconstituidor e povoador de Coimbra», após a já falada reconquista da cidade, e o seu túmulo encontra-se na Sé Velha.

Muito embora a nossa região não haja merecido a atenção particularizada que a outras dispensou A. Herculano, ao sabor da necessidade de invocação documental para as suas Notas à «História de Portugal», o Mestre deixou-nos, precisamente quanto aos dois aludidos documentos de 1050 e 1077 e às personalidades neles em evidência, as preciosas referências que ficam reproduzidas, além de outras, designadamente as que identificam o conde Mendo Lucidez, do mais recente.

Esses mesmos documentos foram incluídos, em reprodução integral, na «Colectânea de Documentos Históricos» — vol. I — organizada pelo erudito investigador Dr. A. G. da Rocha Madahil e que a Câmara Municipal de Aveiro meritòriamente publicou em comemoração do Milenário — 1959.

Deles e de outros que referimos, a alguns foram dadas também reproduções parciais e informações sobre as suas **personagens** pelo Dr. Aguiar Cardoso, no seu citado livro.

A carência de alusões a terras desta região, em Herculano e nos autores mais antigos, incluindo «os dois falsários», Brito e Lousada, como ele os trata, é apenas quebrada por passageiras e meramente ocasionais referências do eminente Historiador e de António Caetano do Amaral, como exemplos, a documentos referentes a Aveiro e às doações régias das igrejas de Avanca e Beduído ao bispo do Porto D. Pedro. O lugar de **Pardelhas** duma alusão, no Tomo VIII da «História», às inquirições gerais de 1258, será do termo de Celorico de Basto, já pela sua colocação, já também que naquele inquérito «pertence apenas diminuta parte aos territórios do sul do Douro», como diz o mesmo Herculano.

Voltando ao nome de Abdelaziz e admitido que seja qualquer dos termos da alternativa proposta para explicar o seu aparecimento em terras de Antuã, a sugerir também a ocupação dos Mouros, a persistência do topónimo, aliás a pequena distância no tempo, após a expulsão dos invasores para lá do Mondego (quanto a um dos documentos), não deverá constituir motivo de estranheza, dado que outros nomes árabes surgem, ainda posteriormente, a designar proprietários de **vilas** e herdades (e até um castelo), para não falar dos nomes e étimos que ficaram, designativos de terras e pessoas.

Exemplos flagrantes e expressivos se colhem de António Caetano do Amaral («Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal», ed. da Livraria Civilização, notas (a) de págs. 13-14): as doações de D. Sancho II, em 1191, do Castelo de **Abenemeci** ao Mosteiro de Alcobaça e da herdade de **Fazalamir** ao Mosteiro de S. Jorge.

Em circunstâncias idênticas ao caso do nosso Abdelaziz, aparece-nos Almançor, o nome do que foi «o mais terrível açoute do cristianismo espanhol depois dos primeiros invasores árabes» — como o designa o grande historiador nacional —, embora se lhe tenha de creditar, como àquele, a moderação e justiça que usava para com os povos cristãos dominados: ainda no tempo de D. Afonso IV, há uma **quinta de Almançor,** do seu porteiro-mor Estêvão Esteves, a quem o rei concedeu que nela «possa pôr e fazer aí umas casas fortes, em que se recolha, ele e a sua gente» (Amaral, «Memória» cit., págs. 131, nota (b)).

A título de curiosidade, podemos informar que o nome de Abdelaziz deve ser ainda corrente em Marrocos: tinha precisamente esse nome, com igual grafia, um marinheiro de barco marroquino ancorado no Tejo,

bibRIA

que deu que fazer à polícia de Lisboa com as suas turbulências, como relataram os jornais da capital de 10 (ou 13) de Janeiro de 1969.

Onde se situaria a «vila de Abdelaziz», a qual não volta, segundo cremos, a aparecer em qualquer documento posterior?

Aceitando a plena identificação de **Ablaciz,** do segundo documento, com **Abdelaziz,** do primeiro, e apesar de por eles se presumir localizada em antigas terras do actual concelho, então sobranceiras ao mar (ou já à Ria?), apenas nos podemos certificar de que se situava nas **ribas do Antuã.** Nada mais do que esta indicação expressa e a da proximidade de Canelas e Rochico, enquanto não surgir (e até hoje, apesar de os arquivos tanto haverem sido vasculhados, nada veio a lume) algum documento definitivamente esclarecedor.

A designação constituirá uma reminescência certificadora da passagem e permanência dos árabes nestas paragens, da mesma maneira que ainda aparece nas Inquirições de D. Afonso II um Pedro **Mouro** como declarante, em Antuã, sobre o padroado da Igreja e os regalengos, e no tempo de D. Pedro I (ou já anteriormente) um Domingos **Mouro** como dono de uma marinha de sal em Ovar — bem significativos da ascendência muçulmana desses habitantes desta zona da beira marinha.

Como vestígios do «dilúvio arábico» nesta região, será ainda interessante consignar os costumes do povo que aponta o Sr. Dr. M. Rodrigues Simões Júnior («Couto de Arouca — Moldes (.....)», no «Arq. do Distrito de Aveiro», vol. XV, págs. 84-85), citando em abonação o «ilustre Amaral» — como lhe chama Herculano — e a sua «Memória IV»: acrescentar, ao nomear uma pessoa falecida, as expressões «que Deus levou» ou «que Deus tem em sua companhia», a forma como as mulheres se sentam no chão, e o beijar o pão, quando caí ao chão.

II — O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA E A FORMAÇÃO DA RIA DE AVEIRO

O Coutamento

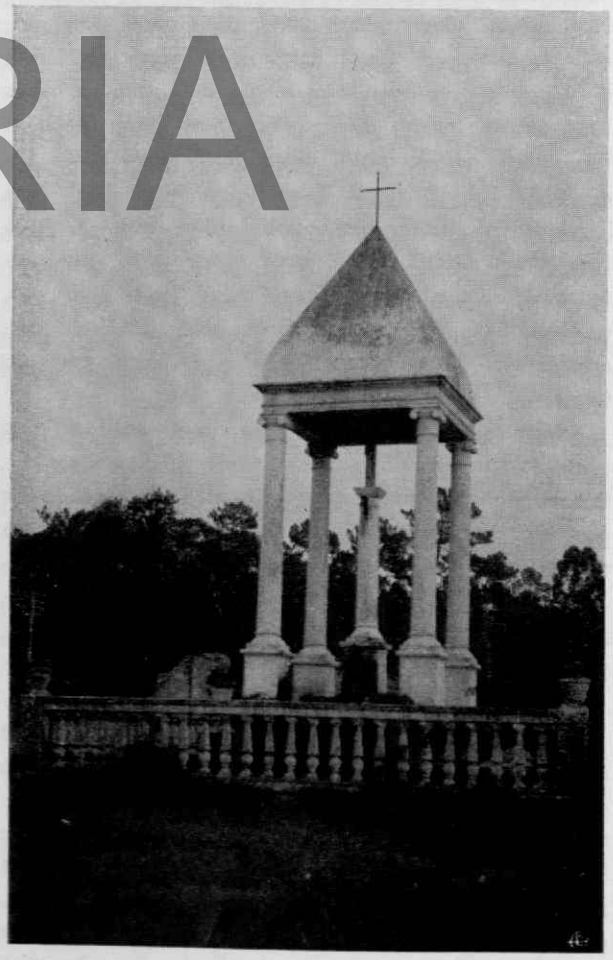
Conhecidas são da história geral as prolongadas lutas que, contra as tentativas espoliadoras do irmão, o rei D. Afonso II, escudado em antigos preceitos da lei visigótica, houveram de sustentar as infantas D. Mafalda, D. Teresa e D. Sancha, para manter os direitos senhoriais que lhes havia concedido em testamento seu pai, D. Sancho I, dos mosteiros de Arouca e de Bouças, a primeira, das vilas de Montemor e Esgueira, a segunda, e da vila de Alenquer, a última.

O casamento, em 1215, de D. Mafalda com o malogrado «rei-menino» de Castela, Henrique I — não consumado e pouco depois anulado pelo papa Inocêncio III, com fundamento no parentesco dos cônjuges, e recolhendo-se a infanta ao seu convento de Arouca — teria determinado D. Afonso II a ceder nas suas pretensões reivindicadoras e a tomar até sob a sua protecção os bens da irmã, em cuja posse reintegra, conformando-se com as disposições de última vontade do pai.

Já no reinado de seu sobrinho D. Sancho I, a Rainha Santa Mafalda doou ao convento de Arouca, de que era padroeira, o de Bouças, e, tendo falecido em 1 de Maio de 1256, no seu testamento, em que fala das éguas que tinha **in Antoana,** havia confirmado a doação.

D. Afonso III, não obstante as questões que chegou a ter com sua tia, acabou também por lhe respeitar a disposição e a memória e, por carta passada em Coimbra, no 1.º de Setembro de 1257, que começa por dirigir aos juízes de Bouças, Cabanões e Antuã, dá ao mosteiro de Arouca as dívidas velhas de que ela era credora.

O documento, que nos interessa ainda por indiciar a independência das terras de Antuã, antes de coutadas, em relação ao julgado de Figueiredo, no qual já as vimos considerar integradas, revela a excelente disposição do Rei para com o convento de Arouca e sua



Estarreja — S. Tiago de Beduído — O «Senhor coberto» — Cruzeiro do séc. XVII

biblRIA

abadessa, por certo no desenvolvimento das negociações que culminaram com a carta de couto do mês imediato.

Na verdade, por carta datada de Coimbra do oitavo das calendas de Novembro da era de César de 1295 (25 de Outubro de 1257 da era de Cristo), o Bolonhês doou a Dona Maior (ou Mor) Martins, abadessa do convento do mosteiro de Arouca da Ordem de Cister, esse Couto das Vilas de Antuã e Avanca, «com todos os seus regalengos, e com todas as terras cultas e incultas e com todos os seus termos novos e antigos e com todas as suas entradas e saídas e com todos os montes, fontes, pastos e águas e pescarias e com todas as suas pertenças e com todos os seus direitos reais».

A carta de doação e couto (da qual há duas versões publicadas no «Arquivo») escrita pelo notário da Corte Domingos Peres (ou Pires), vem referendada, segundo o costume, pelas principais entidades senhoriais, eclesiásticas e civis do reino, que a confirmam e testemunham. Intervieram como confirmantes: o alferes-mor da Corte, D. Gonçalo Garcia; o mordomo-mor da Corte, D. Egídio Martins; o «tenente» da Terra de Santa Maria, D. Martim Afonso; o de Sousa, D. Afonso Lopes; o de Lamego, D. Diogo Lopes de Baião; o de Riba-Minho (ou Ribeira de Minho), D. André Fernandes; o de Bragança, D. Gonçalo Ramires; o de Panóias, Gonçalo Mendes; o de Transserra, Martinho Egídio; o arcebispo de Braga (D. Martinho Geraldes) e os bispos de Lisboa (D. Aires Vasques), de Coimbra (D. Egas Fafes), do Porto (D. Julião Fernandes), da Guarda (D. Rodrigo Fernandes), de Lamego (D. Egas Pais), de Viseu (D. Mateus) e de Evora (D. Martinho I). Figuram como testemunhas: D. João Peres de Aboim, D. Mem Soares de Merlô, D. Egas Lourenço da Cunha, João Soares Coelho, Lopo Rodrigues, vice-mordomo, Mendo Miguel, vice-sobrejuíz, João Fernandes, vice-chanceler, e D. Estêvão Anes, chanceler da Corte.

Trata-se da gente mais grada da época, que fazia parte do conselho do rei e anda referida nas obras históricas mais desenvolvidas, entre ela se contando os partidários do Conde de Bolonha nas lutas que levaram à deposição do irmão, D. Sancho II. Alguns dos prelados confirmantes pertencem ao grupo de 7 que, passados anos, vai a Roma, onde três deles morrem, apresentar queixas ao Papa (Gregório X), contra o rei, o que o determinou a convocar cortes (Santarém, 1273).

Por carta de 9 do mesmo mês e ano, já o rei havia mandado ao abade do mosteiro de Pedroso e aos juízes da Feira, de Cabanões e de Figueiredo, a Tomé Fernandes, «seu homem», a D. Estêvão de Erada e ao tabelião de Figueiredo, coutar aquelas vilas e alçar aí os padrões nos lugares que D. Egídio Martins, seu mordomo, e D. João Peres de Aboim, haviam marcado. E a linha de demarcação, traçada no título de doação, não coincidindo, de uma parte, com o rio, mas passando-lhe a sul, é hoje, à distância de 7 séculos, difícil de reconstituir com precisão, sobretudo pelo intercorrente desaparecimento de muitos dos antigos topónimos.

O que se pode assentar, em precária versão do latim bárbaro usado no documento e característico dos escrivães medievais, enquanto D. Dinis não tornou obrigatório o uso da língua vulgar portuguesa nos processos e actos judiciais — «latim barbaríssimo» lhe chamou Herculano — é que, formada por 14 padrões (uma das formas de coutar), começava entre **S. Martinho** e **Junqueira de Antuã,** «onde entra a **água de Junqueira** no Antuã» (aí, um padrão), ia ao **cimo (cimorro) de S. Martinho** (outro padrão, no próprio lugar), a Vales (aí um marco), a **Marmoirais** (um padrão), a Laceiras (outro), à **lomba** das Laceiras (actual Laceiras de Cima?), à **mâmoa Coutadeira** (outro padrão), à **mâmoa de Fontão de Lobos** (actual Fontão?), à **pedra da Foz** de Crastelo (outro), seguia pela veia do rio Antuã, saía do rio «onde entra **água** de Centeais»,ia à **encruzilhada de Mosteiró (Mosteiróó, Mosteiroo)** (outro padrão,às **mâmoas entre Antuã, Centeais e Beduído** (outro), ao **Outeiro de Fravega** (outro), ao **marco de Silveira** (outro padrão), ao **cimo do Vale do Cão** (outro) seguindo à estrada entre Avanca e **Dagarei** (Válega) (outro), pelo **Vale do Cão** ao **porto de Mosteiró,** passava o rio e ia ao **Outeiro** de Fontela (outro) e ao **Porto** de Fontela e seguia pela veia até entrar na «veia que se chama de Ovar».

Esses os limites da primitiva circunscrição estarrejense.

A configuração do território do Couto seria a de um polígono irregular, com uma abertura para o mar (ou a Ria?), entre o Antuã e a **veia** (canal) de Ovar, isto é, abrangendo, mais ou menos, as terras da actual comarca de Estarreja, com a exclusão de alguns lugares do norte da freguesia de Avanca, que eram do termo da Feira, e de Centeais, parte de Salreu e as freguesias inteiras de Canelas e Fermelã, que pertenciam ao julgado de Figueiredo (Bemposta), ao qual vem também a aparecer subordinado o «julgado de Pardelhas», dado, com aqueles e o de Cabanões, como seu confinante, nas Inquirições de D. Afonso IV.

Logo o início da linha divisória é impossível de localizar actualmente, ao menos disfrutando da relativa e precária margem de certeza com que ainda se conseguirá segui-la até ao «canal de Ovar», apesar da ausência da maior parte dos topónimos decorrentes.

Tornar-se-ia necessária a determinação do local onde se achava o primeiro padrão (**inter Sanctum martinum et anthoanam juncaria quomodo intrat aqua de juncaria in anthoanam** — como se diz no título constitutivo). Surge, porém, a incerteza quanto ao **sítio** e à **água de Junqueira,** a qual se amplia quanto ao curso final do Antuã, à sua própria foz e às ignoradas circunstâncias em que, naquele tempo, se apresentariam e seriam marginados.

biblRIA

O problema da formação da Ria

Por essa época, na presunção de alguns abalizados autores (Dr. A. G. da Rocha Madahil, **in** «Arquivo do Distrito de Aveiro», IV, 71, a propósito de «A Carta de Doação de Alquerubim em 1090», que contém a mesma expressão (**prope litore maris**), referida ao rio Vouga, que aparece no documento de 1078, servindo para localizar as **vilas** do Rochico, de Canelas e de Fermelã, e referindo o rio Antuã; e Comandante Rocha e Cunha, conferência de 1923, «O Porto de Aveiro», em separata da «Revista de Obras Públicas e Minas», 2.ª ed., 1959, e outra — «Relance da História Económica de Aveiro — Soluções para o seu problema marítimo, a partir do século XVIII», publicada em «O Povo de Aveiro», de 27 de Julho de 1930, e mais tarde em separata) — «a Ria não existia ainda então e um braço de mar penetrava numa vasta reintrância da costa», o cordão litoral ainda não se havia levantado da Torreira para o Sul no séc. XII e «As forças naturais exteriores — ventos dominantes, correntes marítimas e marés — no seu trabalho incessante, começaram a fazer sentir a sua preponderânica sobre as forças interiores — correntes fluviais — talvez a partir do século 16.º».

Onde estaria a foz do Antuã — hoje a cerca de 6 km. de Estarreja e então provàvelmente mais recuada — e seus juncais, desaguando o rio naquele braço de mar ou golfo?

As bulas com que os papas Pascoal II (1115) e Calisto II (1120) vieram dar satisfação às reivindicações territoriais que o célebre Bispo D. Hugo, do Porto, instantemente formulara contra os Bispos de Braga e de Coimbra, adoptam o Antuã, aproveitando-lhe todo o curso, como linha divisória, na maior extensão, entre as duas dioceses confinantes do sul, e põem-no a descer «ao Mar Oceano», o que levou o erudito investigador Abade Arede («Arquivo do Distrito de Aveiro», X, 275, nota) a «supor a não existência, nesse tempo, da Ria de Aveiro, ou a possível confusão, à falta de informações precisas, da Ria com o Mar Oceano».

O pormenor não convenceria, isoladamente considerado, sabendo-se que, no inquérito paroquial de 1758 — à distância de mais de 6 séculos — muitos dos párocos da região, apesar da formação e existência definida da ria de Aveiro, onde efectivamente desagua o rio Antuã, ainda o dão a «meter-se» ou a «morrer» no mar.

Porém, há mais quem entenda não existir ainda, naquele tempo, a Ria, como laguna fechada. As informações fornecidas e as opiniões sustentadas por aqueles autores, corroboradas foram pelo ilustre polígrafo Dr. Jaime Cortesão que, em estudo incluído no volume «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal», das suas Obras Completas — Portugália — 1964, págs. 65, assim se pronuncia:

«Nos séculos XI e XII o Vouga era de barra aberta, e diz Edrisi que muitos navios lhe subiam o curso; só no segundo destes séculos começaram a tomar vulto os cordões litorais que haviam de formar a laguna de Aveiro. A localização da cidade, como centro de actividade marítima, não é anterior ao século XIII e só no XIV começa a ganhar a importância, que vai culminar na centúria seguinte, durante a qual se eleva à altura dum dos portos mais prósperos e activos do País. Nos começos do século XII a linha da costa devia passar muito perto de Ovar, Estarreja, Vagos e Mira; e com efeito ainda neste século esta última vila era porto de comércio, onde se cobravam direitos de tráfico externo, como adiante veremos».

Não conhecendo directamente fontes documentais, apenas citamos opiniões daqueles que tiveram ensejo de se debruçar sobre o problema, ainda sem solução definitiva.

A questão continua a ser, actualmente, de pôr:

O cordão litoral haver-se- ia levantado, ou continuado, desde a Torreira, a partir do séc. XII, ou a Ria, carecendo de não menos de 25 séculos para se formar, segundo as deduções de ordem geológica e hidrográfica que o distinto engenheiro que foi o Conselheiro A. F. de Araújo e Silva (1843 - 1908) teve ocasião de expender em um artigo publicado no jornal «A Locomotiva», de 11 de Setembro de 1883, transcrito por Marques Gomes, no volume «Os Meus Mortos — Recordações e Memórias», que é o Tomo III da «Biblioteca Histórico-Política», publicada, sob a sua direcção, pela empresa do «Campeão das Províncias» em 1894 —, já existiria ao tempo dos mencionados documentos e, portanto, formado o mesmo cordão litoral?

O Comandante Rocha e Cunha, na sua citada conferência de 1923, considerava «suficientemente demonstrado que a existência da duna exterior é posterior a 1200». E, em planta que diz ter organizado e com que ilustra, entre outras, o seu trabalho (n.º VIII), mostra as várias posições que a barra teria assumido no seu avanço para sul, a partir da localização, naquela data, já na referida praia, a sul de S. Paio (e não a norte), até às outras que dá como históricamente averiguadas: em 1500, a sul de S. Jacinto e norte da actual; em 1584, a sul desta; em 1643 (quando foi construído o «Forte velho»), 1757 (regueirão — com a data errada), 1762 e 1838 (barreta), a sul, na Vagueira; em 1685 e 1778, duas próximas, entre a Vagueira e a «barra velha» de Mira, a qual indica também, em 1756; em 1802, entre essas duas e a «barra velha»; e, finalmente, a actual (1808).

Inclui ainda pequenas plantas complementares mostrando a ausência da ria (canal) de Mira (e, portanto, do cordão de areias respectivo) em 1500, quando havia

bibRIA

uma «barra ampla, profunda, limitada ao norte pela duna onde os mareantes edificaram a Capela da Senhora das Areias, e ao sul pela duna da Gafanha». Em uma dessas plantas, extraída dum mapa da província da Beira, de 1762, presumível cópia de outro muito mais antigo, nota-se uma abertura franca, mas entre dois cordões, que se figuram acentuadamente oblíquos em relação à linha de costa, e esta muito irregular, partindo de Vagos, o do sul. Em outra, de um atlas francês de 1695, os cordões são menos oblíquos, e em mais duas dessas plantas, há apenas um cordão, o do Norte, evidenciando-se um golfo interior semeado de pequenas ilhas.

Na conferência de 1930, o Comandante Rocha e Cunha mantém o seu ponto de vista, amplia as suas conclusões e, na separata publicada no mesmo ano — Imprensa Universal, Aveiro —, fez incluir reproduções de vários mapas mostrando a evolução da Ria e da Barra a partir da data de 1200, entre os quais as pequenas plantas que inseriu na separata da conferência anterior, além de outras, de que damos a lista, reproduzindo as legendas do autor:

Págs. 4 — Costa de Portugal segundo o Portulano de Petrus Visconte, 1318 — «Cremos que o portulano, datado de 1318, nos representa uma costa muito posterior ao domínio romano, mas bastante anterior à sua data, possìvelmente no séc. IX» — diz o autor a págs. 7.

Págs. 6 — O antigo litoral entre Espinho e o Cabo Mondego segundo a carta geológica de Delgado e Choffat — Posição da barra desde 1200 até 1756.

Págs. 11 — A laguna segundo o mapa de Alvares Secco, 1560. Não existia o braço de Mira.

Págs. 14 — A laguna segundo o mapa de Carpinetti, 1762, reprodução de outro mais antigo de época em que não existia o braço de Mira (séc. XV e XVI).

Págs. 18 — A laguna segundo o mapa de S. Sanson, 1695. Reproduz com pequenas diferenças o mapa de Secco, de 1560.

Págs. 21 — A laguna segundo o mapa de Alvaro Secco, de 1600. Indica o canal de acesso à laguna já orientado para SO., depois da crise de 1575.

Págs. 24 — A laguna segundo a obra do P. Placide Augustin Desclosé, quando o cordão litoral atingiu a altura do Forte Velho, cerca de 1643.

Págs. 25 — A laguna segundo o cosmógrafo-mor João Teixeira, 1648. O cordão litoral tinha atingido a altura do Forte Velho.

Págs. 29 — Planta indicando o local ao sul do Forte Novo, escolhido por Mardel em 1756 para o corte do cordão litoral, as obras projectadas para fixar a barra aberta em 1757, em frente ao Forte Velho, por Sousa Ribeiro, e o corte, proposto por Polchet, em S. Jacinto, em 1759.

São ainda do mesmo trabalho do distinto marinheiro e publicista as seguintes informações:

«No séc. XII já temos notícia da barra da Torreira, um novo cabedelo avançara do Carregal para o sul até àquele local».

«No séc. XV tinha atingido [o cordão litoral no avanço para sul] o local onde hoje está a S.ª das Areias e existiam todas as ilhas do delta, mas separadas por canais profundos onde podiam navegar navios de alto bordo».

Difícil continua a se formar opinião definitiva sobre a idade da ria de Aveiro como laguna fechada (ou do cordão de medos que a fecha), tão embaraçosa se apresenta a opção, que até agora nos é facultada, entre 4 ou 5 e 25 séculos ou um número indeterminado de milhares de anos...

Que a barra, como comunicação entre a Ria e o mar, tem mudado no decurso daqueles 6 séculos, várias vezes, de posição, e as dunas litorais de orientação, é de averiguação certa quanto àquela e deduz-se das mencionadas plantas quanto a estas.

A localização da barra nas proximidades (ou ao norte) da Torreira em 1200, ou aí (ou no sítio a que viesse a ser dado o nome) «no princípio da monarquia», conforme a opinião do Comandante Rocha e Cunha, que diz baseada em antigos documentos e radicada pela «direcção do curso primitivo do baixo Vouga, inflectindo para NW», com evidência nesse sentido, pode afigurar-se contraditória, sob dois aspectos, com a apregoada e coeva inexistência da duna exterior para sul, que o antigo e prestigioso capitão do porto de Aveiro e publicista ilustre também sustentou.

Na verdade, se **barra** existia, tinha de abrir-se entre dois trechos de dunas, sendo um deles o que se admite como já formado do Carregal à Torreira. Outro teria de existir, a sul (ainda que não tão extenso que merecesse menção), como indispensável para completar a **boca** da barra.

Sob segundo aspecto, todavia, sendo de pequena extensão — embora, na hipótese, suficiente para formar a barra — não se tornaria necessária, já que aos muitos navios que subiam o curso do Vouga, no dizer do geógrafo árabe Edrisi, conforme a mencionada citação de Jaime Cortesão, estaria livre o acesso directo ao mar, inclusivamente costeando e flanqueando pelo sul o promontório que aquele cordão de areias constituía, salvo se (e quando) obstáculos houvesse impeditivos (baixios, o cordão litoral em vias de formação?) que forçassem a demanda da conjecturada **barra.**

O Sr. Dr. F. Ferreira Neves publicou no «Arquivo do Distrito de Aveiro» (vol. XIII, págs. 20 e segs.) o seu esclarecedor «Resumo Histórico da Barra de Aveiro», que fez acompanhar de vários documentos e da «Memória Descritiva» de Luís Gomes de Carvalho. Aí não se

bibRIA

debate o problema da formação da Ria, apenas se tratando da Barra. Mas já no vol. I, 219, nos havia dado a sua «Breve História da Barra de Aveiro» e aí afirma que «o cordão litoral deve ter sido formado anteriormente ao séc. X»; e, em nota de págs. 21 do estudo anteriormente citado, observa que na hipótese de aquele cordão ainda não existir da Torreira para o sul no séc. XII, «não podemos dizer que neste século e ainda em alguns seguintes houvesse uma barra pròpriamente dita de Ovar e Aveiro».

E o P.e Miguel de Oliveira opina (no mesmo «Arquivo», vol. II, a págs. 114-115), a propósito da pesca, que «os velhos documentos não têm designação própria para este acidente do nosso litoral» — referindo-se à Ria, que diz os antigos considerarem ainda mar. Mas, não só os **antigos**, pois, como já tivemos ocasião de apontar, grande número dos párocos que responderam ao inquérito de 1758, entre os quais muitos há que lhe chamam já **ria** e outros **rio** (de Ovar ou de Aveiro) e ainda alguns nem se lhe referindo ou mencionando em seu lugar os canais principais, a que chamam **rios** — dão o Vouga e o Antuã a desaguar no **mar.**

O mesmo investigador, embora sem tomar abertamente partido, admitindo, contudo, a existência da Ria («diferente da actual, com largas entradas marítimas»), trouxe (artigo citado), além das mencionadas bulas do séc. XII, outros documentos que poderão servir para o estudo do problema, embora sem constituirem elemento decisivo para triunfo de qualquer das teses em presença.

Um deles, de 1103, situa Esgueira à beira da foz do Vouga, perto do mar; em outro, de 1182, uns casais da **vila** do Rochico (Fermelã) são situados **in liture maris oceani, Vauga flumine discorrente ipsaque villa introitum ejus in mare ab Orientali parte non multum eminius intuente.**

Esta referência indiciará a Ria ou o golfo atlântico, a «barra aberta» de Jaime Cortesão?

Um terceiro documento, que damos como simples elemento de informação, é uma carta, de 15 de Abril de 1510, em que o rei D. Manuel faz mercê a D. Manuel Pereira (depois conde da Feira) dos direitos relativos «a toda a pescaria que se fizer na costa do mar **da foz de Eepinho até à foz do Vouga».**

Pelo mesmo título (presumìvelmente) de 1182, atrás referido (P.e Miguel de Oliveira, rev., vol. e art. citados, págs. 27), são doadas ao mosteiro de Grijó propriedades situadas entre Canelas e Fermelã **«subtus monte mansione frigida nuncupato in liture maris oceani Vauga flumine discorrente».**

Ainda, seguidamente, acrescenta o aludido investigador o extracto de mais um documento, do ano seguinte, de outra doação de bens no mesmo lugar — — **«subtus monte qui propter heremi magnitudinem vocatur mansio frigida, secus litus maris oceani et ostium,**

Estarreja — Capela de Santo António — Brazão dos Morgados da Casa da Praça, padroeiros do altar de S. Mateus e Santa Brígida, erecto a quando da sua mudança em 1735

quo Vauga flumen intrat in mare» — dando-nos, além do mais, a ideia do ermo, da selva, que era a zona.

O nome daquele monte — Mansão Fria (ou Mesão Frio) — que aparece em antigos documentos, servia de expressão referenciadora da localização de propriedades e terras desta região da beira-mar, como usados eram para tal efeito, acompanhando o do rio discorrente, os castros mais próximos (da Branca, de Ul, de Ossela, de Recarei) e a estrada (a antiga Via Militar romana Emínio — Cale) erròneamente designada por **mourisca.**

As **mansiones** (albergarias) figuravam, com as **mutationes** (mudas) e as **stationes** (estações), além dos apeadeiros e dos marcos miliários, entre os cómodos com que os romanos dotavam as suas magníficas estradas.

Tudo indica que o monte dos dois citados documentos, sobranceiro a Canelas e Fermelã, se situasse na região de Albergaria-a-Velha. A albergaria instituída na Carta de Couto e Foral de S. Pedro de Osseloa, em Novembro de 1117, pela «Infanta D. Teresa, Rainha de Portugal», é aí chamada de **Mejamfrio** (António Cae-

bibRIA

tano do Amaral, «Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal», ed. da Livraria Civilização, págs. 9, nota), e o P.e Miguel de Oliveira informa (artigo citado, págs. 26) que Albergaria-a-Velha era chamada em antigos documentos **Albergarie veteris de Meigonfrio.**

Aparecem, assim, documentos medievais a situar terras de Fermelã e Canelas, ou entre ambas as **vilas,** no litoral, e a pôr o Vouga a desaguar no mar, parecendo servir para abonar a tese da mais recente formação do cordão de areias exterior que veio a fechar a Ria.

Para se aceitar, porém, o pleno triunfo desta tese, faltará coordenar razões científicas que porventura expliquem como os apontados agentes naturais, no decurso de milhares de anos, reservaram as forças da sua influência acumuladora para as virem a exercer mais aceleradamente, apenas em 5 (com o máximo sugerido de 6) séculos, ao menos desde a Torreira a Mira. A própria formação dos medos, que se haveria, plausìvelmente, processado com maior lentidão, de Ovar (ou Espinho) até à Torreira, teria facilitado e propiciado, por sua vez, o levantamento mais rápido, a partir daí, do segundo (ou do restante) cordão, para sul?

Em conclusão:

Quanto às alterações do litoral e à formação da Ria, no que se podem considerar de acordo, declarada ou implìcitamente, todos os observadores é em a linha da costa oceânica, remotamente, passar pelas apontadas terras hoje na margem oriental da Ria, considerada em toda a sua extensão. Os sinais de incidência marítima que têm sido trazidos a lume, são evidentes, como se mostra das mencionadas obras e outros trabalhos de investigação.

Faltam os elementos de informação decisivos para se determinar até quando o mar banhou directamente as terras da primitiva linha litoral e desde quando passaram elas a ser interiores da laguna fechada. Os documentos e elementos escritos que os antigos nos tivessem deixado, são de escasso ou nulo esclarecimento.

Na posição actual do problema e dada a contrariedade das duas versões em conflito, apenas podemos considerar-nos habilitados com duas certezas, mas quanto à barra: primeira, a barra achava-se em 1643 na Vagueira, e já na segunda dinastia, e em 1756 um pouco ao norte de Mira e, portanto, até aqui formado, a essa data, e anteriormente, o cordão de dunas a encerrar completamente a Ria; segunda, a barra, aberta entre areias movediças, beneficiando de esporádicas e escassas obras, andou erradia ao longo de 6 séculos (1200--1808) e desse cordão, entre a Torreira e Mira, fechando-se ou tornando-se pouco praticável por acção dos mesmos agentes naturais que formaram, através dos séculos, a duna litoral (com as desastrosas consequências conhecidas, nos séculos XVII e XVIII, para a navegação e o comércio, a produção de sal, a agricultura e até a salubridade pública da região, com o paludismo a dizimar as populações ribeirinhas), e abrindo-se onde a incidência do mar e a pressão das massas de água acumuladas pelas maiores enchentes do Vouga e dos outros rios ia encontrando um ponto mais propício de ruptura.

E assim se manteve esta situação instável,até que foi fixada em 1808 e nela se empenharam as obras de engenharia que continuaram até aos nossos dias.

Temos, até aqui, lidado com os elementos de investigação recolhidos no «Arquivo do Distrito de Aveiro» e extraídos das conferências do Comandante Rocha e Cunha e da obra de Jaime Cortesão.

Só depois de elaboradas as notas que atrás deixamos, resolvemos ampliá-las, no contacto com as obras de maior desenvolvimento que até hoje foram publicadas sobre a Ria, o Vouga e os outros cursos de água que nela afluem, e as terras da Região, e podem fornecer aos estudiosos elementos de relevante interesse. Limitamo-nos, compreensìvelmente, a dar transcrições, que servirão a quem, privado das referidas obras, ofereça curiosidade o conhecimento do assunto nelas versado.

Os autores modernos que produziram os mais notáveis trabalhos sobre a Ria, o Dr. A. Amorim Girão, que foi distinto Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, e o ilustre Aveirense Dr. Alberto Souto, opinam pela sua mais antiga formação.

O primeiro, em «A Bacia do Vouga» (1922), falando da antiga linha da costa (anterior à Ria), diz-nos que ela «em parte coincidindo com a via férrea, tirada de Esmoriz por Ovar, Estarreja, Salreu, Fermelã, Angeja, Esgueira e Aveiro até Vagos, atravessando o Vouga muito no interior, separará duas zonas completamente diversas, tanto pela sua idade, como pelo seu modo de formação. A Oriente, ficam os terrenos antigos, triássicos, cretácicos ou ainda pliocénicos, e a Ocidente, sobrepondo-se a estes com mais ou menos evidência, formações recentes, quaternárias, de sedimentação marinha e em parte fluvial.» Acha um pouco exagerado o cálculo do Eng.º Araújo e Silva (que já referimos) e opina que «a formação definitiva da **ria** deve ser coeva da construção dessa estrada [a **estrada romana** entre Águeda e Porto, embora cognominada de **mourisca**]», que «Em qualquer das hipóteses, porém, este singular acidente litoral não deve ir além da era cristã, não sendo ùnicamente os geólogos, como diz o Sr. Marques Gomes, mas sim os geólogos e arqueólogos que têm de passar a certidão da sua idade», e que «..... por gran-

bibRIA

des vicissitudes passou a zona lagunar, diversas devendo ter sido as soluções de continuidade no cordão litoral, através das quais a ria comunicava com o mar, e diversos também os pontos onde nela desembocava o Vouga.»

E na «Geografia de Portugal» — 3.ª ed., 1960, págs. 102 — deixa afirmado: «Nos recuados tempos a que podem levar-nos os mais antigos testemunhos históricos a ria de Aveiro não existia ainda; nem é natural que, se já existisse na época romana, tivessem os escritores coevos deixado em silêncio o singular acidente, onde a Natureza prodigaliza ao homem tão variados recursos.»

Nesta última obra, a págs. 106, insere uma «Reconstituição hipotética do litoral junto da foz do Vouga na época proto-histórica», já reproduzida na «Bacia do Vouga», e o «Desenho da ria de Aveiro em mapas antigos», que nos dão uma ideia genérica da evolução histórica do nosso litoral.

O Dr. Alberto Souto, nas suas «Origens da Ria de Aveiro» (1923) — obra esgotada e que só tarde tivemos ocasião de compulsar — oferece-nos um amplo estudo da laguna e da sua história e da formação das terras e da vida dos rios da nossa região, incluindo também um mapa da «reconstituição da costa entre o cabo Mondego e Espinho depois do estabelecimento da rede hidrográfica e antes da formação do delta do Vouga e do sistema lagunar da Ria de Aveiro, segundo os dados fornecidos pela carta geológica».

Aí se mostram Ovar, Estarreja, Aveiro e Mira na linha costeira, o rio Antuã a desaguar directamente no mar, e o Vouga, o Cértima e o Aguedão em pronunciada reintrância marítima, «esteiro», «espécie de mar interior», como lhe chama o Dr. Amorim Girão e cuja existência considera evidenciar-se «na zona alagada e pantanosa onde assentam as pateiras de Fermentelos, Frossos e Taboeira». O Dr. Alberto Souto, depois de reproduzir estas considerações, com as quais concorda, diz: «..... simplesmente julgo poder acrescentar que a esse esteiro se seguiu o delta [do Vouga] e a este o distendimento do cordão litoral».

Esta a opinião do ilustre aveirense, que atrás havia afirmado, após extensa justificação geológica e geográfica:

«Antes, pois, de se formar o último cabedelo, ou seja o cordão de areias onde hoje assentam as praias do Furadouro, Torreira, S. Jacinto, Barra, Costa Nova do Prado, Mira e Tocha, cuja construção deve ter sofrido grandes intermitências, experimentado grandes vicissitudes, demorado longos séculos para chegar à continuidade e alinhamento presentes e determinado desastrosas perturbações na vida económica ribeirinha, é bem provável que o Vouga tivesse desaguado por um delta, embora imperfeito.

«E neste ponto divirjo eu dos autores que consideram a Ria um mar interior primeiramente fechado pelo distendimento do cordão litoral e depois preenchido pelas aluviões dos rios que aí trazem as suas águas.»

Continua mais adiante rebatendo as opiniões dos que sustentam ser a Ria de Aveiro moderna e posterior aos Romanos, afirmando que o cálculo do Eng.º Araújo e Silva «não anda longe da verdade e que a separação da laguna ou encerramento da reintrância costeira onde se estabelecera o delta do Vouga pelo cordão litoral, isto é, a formação da Ria na sua fase presente, deve ser obra anterior à dominação romana» e que «temos ainda muita liberdade para atribuirmos três dezenas de séculos à Ria de Aveiro.»

Passa, no final do seu valiosíssimo trabalho, a analisar a questão sob o ponto de vista arqueológico, histórico e documental. Cita as referências do Dr. Amorim Girão aos «monumentos pre-históricos que circundam o estuário e que marcam a linha do primitivo litoral, onde teriam vivido as populações neolíticas e proto-históricas, segundo as modernas ideias autóctones, em grande parte eivadas da mestiçagem dos imigrantes e dos invasores» — monumentos que descobriu «..... e em que até à data ninguém reparara .....a **Pedra Moira**, a S. E. de Aveiro, a **Mâmoa** de Requeixo e a **Mâmoa** de Estarreja, além de outros congéneres, restos de longínquas civilizações.»

Prossegue, com a análise e comentário do «.....mais antigo e valioso escrito que a este respeito possuímos .....a **Ora Maritima**, de Festus Avienus, poema nebuloso que Martins Sarmento comentou na parte respeitante a Portugal e à Galiza, num volume notàvelmente erudito, publicado em 1880.»

Trata-se de uma célebre composição poética que tem sido objecto de longos e profundos estudos e comentários também entre vários autores estrangeiros e «parece reproduzir as informações de um périplo fenício ou cartaginês do séc. VI a. C.». Interessa a Portugal na parte em que alude a uma **Pelagia insula**, sobre cuja duvidosa localização os autores se têm pronunciado divergentemente.

Martins Sarmento opinou que se devia situar em Aveiro, mas teria desaparecido, visto não encontrar nada que se parecesse com a ilha descrita.

O Dr. Amorim Girão adopta também a opinião de se tratar de uma ilha desaparecida, em frente à foz do Vouga.

Mas, o Dr. Alberto Souto, extraindo da descrição da ilha um argumento em favor da sua tese da antiguidade da Ria, afirma que «sendo aqui o lugar da **Pelagia insula** é bem de ver que nesse tempo a Ria tinha já muito da feição lagunar do presente», pois teria chegado à conclusão de se tratar de uma dessas «ilhas enormes de bajunças, juncos, canísia e ervagens ondeando com o vento e com a agitação produzida pela

bibRIA

passagem dos barcos» que ainda hoje se vêem na laguna: seria «um desses prados das nossas águas salobras».

E, quanto à localização, interroga: «.....nas proximidadesda foz do Vouga? na actual Murtosa? junto à planura da Gafanha?» — concluindo por a dar como situada «em qualquer das emergências do delta do Vouga».

Continuando a sua exposição, e relacionando-a com a tão discutida **Talabriga,** inquire onde seria então a foz do Vouga. Citando a opinião do Dr. A. Girão, segundo o qual a foz do nosso rio dominante ficaria mais distante da actual, muito para o interior, de harmonia com a sua tese da inexistência da Ria no tempo dos Romanos, o distinto investigador aveirense contrapõe que, em face do referido poema, «.....outra conclusão é forçoso tirar..... o fenómeno descrito por Avienus nos versos 164-171 do seu poema só era possível no estuário do Vouga ou no local ocupado hoje pela Ria de Aveiro, onde o carácter lagunar se mantém ainda tal qual o descreve o autor do **Ora Maritima** na sua **Pelagia Insula.»**

Numa separata publicada em 1933 — «A **Pelagia Insula** de Festus Avienus» — o Dr. Alberto Souto, mantendo a sua opinião em apoio de Martins Sarmento quanto à localização **aveirense,** rebate as conclusões a que, entretanto, havia chegado o investigador alemão Schulten, de a **Pelagia Insula** ser a Berlenga.

O Dr. Luís Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci, que foi assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e professor do Liceu de Pedro Nunes, na sua obra «Estudos Geográficos — Alterações Litorais — A Ria de Aveiro», 1918, cita já a opinião do Comandante Rocha e Cuha sobre a barra da Torreira, fala na corrente norte-sul que roça o litoral de quase todo o País e teria activado o desenvolvimento do cabedelo norte, «cujas raízes se prendem para as bandas do Furadouro», trata do alteamento ou exalção do fundo da Ria proveniente da precipitação de areias dos dois cabedelos, às toneladas, «juntando-se a esta colmatagem as aluviões do Vouga e dos outros ribeiros», o que leva a calcular em 3 cm a elevação sofrida anualmente (cálculo que já se conhecia de Francisco Regala) — mas não opina nada de concreto sobre a idade da laguna.

Marinhas de sal

Na busca e possível utilização de elementos determinativos da época da formação da Ria e como contributo, embora indirecto, para a almejada averiguação, não será dispiciendo o conhecimento da existência de marinhas de sal nos domínios do Couto de Antuã e Avanca, mais de um século após a sua instituição.

Na verdade, tal existência é assinalada, ainda no séc. XIV, em documentos reproduzidos pelo Dr. M. Rodrigues Simões Junior, no seu citado trabalho, a págs. 112-113: um, da era de 1408 (ano de Cristo de 1370), é o título do contrato entre a Abadessa do Convento de Arouca D. Maria Lourenço de Portocarreiro e Domingos Afonso e Martim Domingues, pelo qual estes se obrigaram a fazer a marinha de sal a que chamavam de Aré Alta, cumprindo anterior carta de emprazamento, com a obrigação de dar «metade do sal que Deos nela der» e o serviço da barca a cargo dos caseiros; outro, do mesmo ano, com Gonçalo Domingues, relativo à Marinha da Gesteira (que estava erma), fazendo-se do sal dois montes, escolhendo um a Abadessa, que daria «auxílio para fazer a barca», para o serviço da dita marinha, e 50 libras em dinheiro e um moio de trigo.

Das condições contratuais, evidencia-se que já haveria para o Convento senhorio, no emprazamento ou parceria das marinhas, dificuldades em aliciar «caseiros», presumivelmente devidas à quebra das condições favoráveis à **feitoria** do sal, inclusive quanto à obtenção da indispensável salinidade, a qual diminuição se deve ter operado paralelamente à formação do cordão arenoso do litoral (ou ao encerramento das suas aberturas?). Teriam sido precisamente as sucessivas deslocações da barra para sul que influiriam no gradual desaparecimento de tais condições favoráveis à produção e, consequentemente, levariam à extinção das marinhas.

E daqui poderão os partidários da mais recente formação da Ria extrair argumento...

A averiguação prende-se também com a das respectivas **marinhas** com que foi vendida uma herdade na «vila do Rochico», entre as **vilas** de Fermelã e Canelas, na zona do rio Antuã, «perto do litoral **do mar»,** pelo já citado documento de 1078.

São estes os únicos documentos que conhecemos relativos a salinas na área do nosso Couto e julgado.

Na sua busca de documentos referentes às marinhas de Ovar, que as dão em **Dagaredi** (Válega), no lugar do Cabedelo e outros, o P.e Miguel de Oliveira não os encontrou posteriormente a 1315, presumindo-as extintas à data do foral respectivo, de 1514, apesar de este aludir ainda a direitos de sal.

O foral de Antuã, de 15 de Novembro de 1519, é omisso a tal respeito. E essa omissão, paralela às referências contidas em forais coevos, de outras terras onde ainda se continuava a fabricar sal (Aveiro, Vagos, Soza), confirmará a extinção das marinhas nesta zona.

Entretanto, para esclarecer, em relação ao já apurado, o estudo das salinas na zona norte da ria de Aveiro, documentos recentemente publicados («Aveiro e seu Distrito», n.º 5, págs. 34-37) pelo Sr. P.e Aires de Amorim, dão notícias da existência, no concelho de Ovar, de marinhas velhas ainda nos séculos XV e XVI, e da abertura de novas no início do seguinte, o que, sobre-

bibRIA

tudo quanto a estas últimas, poderá parecer estranho, dada a distância da barra, nessa época. Haverá, no entanto, que tomar em consideração a circunstância de a freguesia de Ovar se estender «até à barra», tendo de admitir-se, nesse vasto alfoz, à margem da «cale que vem de Aveiro» — pois confinante era de todas as últimas das **praias** ali referenciadas — a perduração de condições favoráveis para «fazer marinhas de sal». E era por esse tempo, segundo informa o Comandante Rocha e Cunha, que o porto de Aveiro tinha um movimento marítimo de cerca de 60 navios por ano, de comércio e de pesca, em grande parte estrangeiros e muitos para embarcar sal, e se mantinha na Ria uma indústria salineira de considerável importância, mercê das satisfatórias condições da barra, o que se reflectiria no interior.

As referências dos aludidos documentos a outras **cales**, outras marinhas, praias, ilhas e ilhotes — além de «barcas e navios que aportam a Ovar, para carregar sal para outras terras», e já assim do Foral — induzem a conclusão de que, mantendo-se nesses tempos, e ainda, portanto, no princípio do séc. XVII, uma notável exploração salineira no termo de Ovar, se achavam já formados, por outro lado, os canais, francamente navegáveis, e os restantes acidentes que foram compondo a Ria e existiam já entre o território do Couto de Antuã e Avanca e o cordão litoral do domínio daquele termo.

As marinhas pertencentes ao Couto — pois que em ambos os instrumentos referidos se cuida expressamente do «serviço da barca» — deviam situar-se em ilhas, à margem da **veia** ou **canal de Ovar.** Os topónimos são inseguros: apenas o de **Gesteira** aparece hoje a designar vários locais banhados pela Ria.

Tudo isto vem a propósito da demarcação do Couto de Antuã e Avanca, onde se criou e desenvolveu o antigo concelho e a comarca de Estarreja.

Quanto ao seu início, a «água da Junqueira» que entrava no Antuã era, com evidência, qualquer regato afluente do Rio. Seria o seu leito uma das depressões hoje secas ou por onde ainda correm ínfimos cursos de água: a antiga «levada do Queirós», no lugar de Antuã, em Salreu, que vai dar ao rio no sítio denominado — — pode ser-se levado a dizer **expressivamente** — «Junças», ou outro, mais abaixo, de mais escassa alimentação, que, através do lugar do **Ribeiro** da Ladeira, ali vai dar na Cova da Raposa ou Lagoeiro, ou ainda outro, entre esses dois ou para juzante, impossível de determinar exactamente na actualidade?

Porém, o termo da linha de padrões, exarado na Carta do couto (.....**et intrat in venam que vocatur de Ovar**) é de molde a dar-nos a ideia segura de como se achava já então formada a Ria, pelo menos para norte da Torreira: a referência concreta à **veia de Ovar,** leva-nos a concluir que o golfo marítimo, o «braço de mar» que, remotamente, enchia a reintrância onde se veio a fechar a laguna, se encontrava aí substituído pelos referidos acidentes.

Será um elemento informativo para o debate, ainda não encerrado, sobre a formação da Ria e sua história.

Aliás, guiando-nos pelas plantas publicadas pelo Comandante Rocha e Cunha e pela notícia que este autor nos dá e aqueles documentos de Ovar confirmam, da franca navegação praticada na bacia da Ria, e das demais circunstâncias já apontadas, a «barra ampla, profunda» de 1500, bastante para sul, pode considerar-se, com mais propriedade, a entrada de um verdadeiro golfo, que se apresentava semeado de ilhas, algumas das actuais, porém, ainda submersas, como as de Monte Farinha e outras, isto é, na zona central, em 1276, conforme se conclui de documento referido na citada Conferência de 1923.

Esse seria o golfo, o «braço de mar», ainda provàvelmente com mais larga abertura, que existia à data dos mais antigos documentos conhecidos e da Carta de couto, admitindo-se que a zona norte tivesse beneficiado da sua pronunciada interiormente, quanto à mais distante fixação de tais acidentes, em relação à restante bacia da Ria.

Bem poderia ser a esse golfo, perfeitamente caracterizado, numa fase intermédia da formação da Ria, entre a primitiva e recuada linha da costa — passando pela ampla reintrância marítima que banhava os terrenos antigos — e o mais recente encerramento da laguna com o cordão litoral (e uma barra por abertura), que os velhos documentos chamavam **mar.**

O fim de uma contenda famosa

Para finalizar este bosquejo histórico do Couto de Antuã e Avanca (limitado, por agora, aos primeiros tempos), importa dar, embora resumidamente, alguns traços das vicissitudes por que ainda passou a instituição no tempo do próprio rei doador, que a tentou revogar, sustentando contra o Convento donatário longa demanda, cujo processo, num «rolo de 20 varas e meio palmo», entre muitas centenas de pergaminhos, se encontra na Torre do Tombo, desde a primeira encorporação do cartório de Arouca, executada por Augusto Soromenho em 1858, que viria a resultar da visita de Alexandre Herculano, 4 anos antes, nas circunstâncias relatadas pelo Dr. A. G. da Rocha Madahil, no «Arquivo do Distrito de Aveiro», IV, 121.

O coutamento foi condicionado à permuta com Bouças e Vilar de Sando, que a abadessa D. Mor e o seu Convento efectivamente vieram a dar ao rei, com a confirmação papal, por carta de 1 de Novembro do mesmo ano de 1257.

bibRIA

Mas D. Afonso III, mais tarde, pretextando que a permuta se achava viciada de «dolo e fraude» por parte das freiras, tentou tirar-lhes os coutos de Arouca e de Antuã e Avanca, o que levou a Abadessa, alegando que, sem eles, não podia sustentar as 110 religiosas que havia no Mosteiro, a solicitar a superior intervenção do Papa (Clemente IV), que mandou, por breve datado de Perusi aos 9 de Março de 1266, ao Abade de Alcobaça, ao prior de Santa Cruz e mestre-escola de Coimbra, fossem os juízes no pleito que o rei intentava contra o Convento para reivindicar «os coutos e herdamentos de Antuã e Avanca e Arouca».

O Rei, vindo a desistir da demanda, resolveu entregar à Abadessa e ao Convento do Mosteiro de Arouca os referidos coutos e herdamentos, por carta que bem revela a liberdade de julgamento de que gozava e com que se dignificava o alto tribunal da Corte e o acatamento com que o próprio monarca se submetia exemplarmente às suas decisões, senão o desígnio de se eximir à incidência da jurisdição papal...

Pelo manifesto interesse que, sob mais do que um aspecto, do seu conhecimento pode advir, permitimo-nos reproduzir as duas cartas, uma a 18 e outra de 20 de Fevereiro de 1274, pelas quais o Rei põe termo à longa e volumosa contenda, tal como no-las facultou, no seu valioso trabalho, que deixamos referido, o ilustre investigador Sr. Dr. M. Rodrigues Simões Junior:

Estarreja — Monumento dos Mortos da Grande Guerra (1914-1918), no largo do mesmo nome, inaugurado em 1921

Conuçuda Causa seja a quantos esta Carta virem, e ouvirem que como eu Dom Affonso pela Graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve, fise demanda à Abbadessa e ao Convento do Mosteiro de Arouca por Letra e por Juizes do Papa sobrelos Coutos e herdamentos de Antoãã, e dAvanca e de Arouca ssagravaron de mij em minha Corte por essa demanda por embargos que lhes fazia sobre esses Coutos e sobre esses herdamentos que lhes havia dados e coutados por minhas Cartas que de mim tem. Eu mandei que a minha Corte catasse a ellas o seu Direito, e outro sim a mjm o meo Direito sobre esta contenda, em a minha Corte sabuda a verdade deste feito, e vistas as Cartas de huma parte, e da outra veio por Direito e julgou os davanditos Coutos e herdamentos ao Mosteiro de Arouca e mandou a mj que eu me partisse e quitasse desta demanda que lhes fazia Cá non havia hj direito, segundo as Cartas que de mj teem e que eu deixasse a Abbadessa e ao Convento do Mosteiro d Arouca os davanditos Coutos e herdamentos de Antoãã e d Avanca e de Arouca com todos seos termos, e com todos seos Direitos, e com todas ssas pertenças assj como he contheudo em minhas Cartas que de mj teem d'esses Coutos e d'esses Logares e que des aqui adiante nunca lhis passe contra elles e eu ouvido este Juizo louvjo e outorgo e confirmo assj como de juso dito he e mando entregar esses Coutos e esses Logares de Antoãã, e de Avanca, e de Arouca à Abbadessa e ao Convento do Mosteiro de Arouca com todos seus termios e com todos seus direitos e com todas ssas pertenças asj como lhos havia dados e coutados por minhas Cartas que de mj teem, e prometo a boa fé por mj e por meus successores a gardar essas Cartas, e non veir contra ellas nem contra este Juizo em nenhuma maneira e recuncio aa Carta do Papa e aos Juizes porque demandava esses logares e a toda acçom e a todo o preito e a todo o direito que a mj pertence ou poderia pertencer por qualquer guisa sobrelos ditos logares e sobrelos ditos Coutos por essa Carta, ou por juizo dos juizes dessa carta que des aqui a diante a mj non possão prestar nem a ellas enpecer e que esta non venha en duvida, dou lhes esta minha Carta seelada do meu seelo eem testimonjo deste feito. Dada foi a Carta em Santarem aos dezoito dias de fevereiro. El Rey o mandou por seos ricos homens, e pelos outros do seo Conselho a quem encomendou o Feito do Corregimento quando recebeo o mandado do Papa. Jannes Eanes a fez. Era de mil trezentos e doze.

Alfonsus dej gratia Rex Por et Algarbij vobis Stephano petri meo Almoxarifo et tabellionj de terra sancte marie et Judici de Anthoáá salutem. mando vobis quod visa ista carta vos cum isto meo portario Johane de Barca latore presentis intreguetis Abbatisse et Conventuj Monasterij de Arouca. herdamenta et cautos de anthoáá et avanca cum suis terminis et cum suis pertinencijs sicut continentur in cartis quas de me tenent. unde aliter non faciatis. Et mando quod abbatissa et Conventus vel aliquis pro eis teneant istam cartam. Datum Sanctarene quode vicesimo die. ffebruarij. Rege mandante per suos Riquos homines et per alios de suo consilio. quibus comisit factum correctionis super mandato Dominj pape. Jacobus iohanis notuit. Era millesima trecentesima duodecima. (Lugar do selo pendente).

E assim se consolidou no domínio do Convento de Arouca, que viria a durar 6 séculos, o antigo núcleo do moderno concelho e da actual comarca de Estarreja, encerrando-se (ou com a própria carta de couto) o que se pode ter, a partir das origens (que não será ousio inédito, nem documentalmente desautorizado, fazer remontar à discutida referência **Ecclesia Antunane** do célebre **Parochiale** suévico de 569), como o primeiro período da sua história. Para esta se podem sistematizar mais três: o seguinte até à Restauração, quando surge a mudança de nome, daí ao Liberalismo, pelas extraordinárias transformações que o movimento operou, e o posterior.

III — ANTIGAS POSTURAS DA CÂMARA DE ESTARREJA

Tal como nos modernos, nos antigos concelhos, uma das principais atribuições e preocupações dos que, na época, se tratavam, genèricamente, de «oficiais da justiça», confusas as funções judiciais com as administrativas, era a elaboração de posturas, a que procediam anualmente, em conjunto com os «homens da governança», que eram os «juizes e homens bons que costumavam andar no regimento», para tal fim convocados.

Era o escrivão da Câmara quem redigia esses «acórdãos e posturas», que ficavam sujeitas à confirmação do provedor da comarca e à fiscalização do corregedor. Tinham a vantagem de serem renovadas todos os anos, o que permitia a assídua actualização das normas administrativas em conformidade com as circunstâncias e a experiência.

Vimos dar hoje notícia de algumas dessas providências legislativas municipais que, pouco depois da Restauração, os juizes, vereadores, procurador e os outros «homens da governança» do antigo concelho de Antuã, então já mudado o nome para Estarreja, tomaram e acordaram para o seu governo.

Contêm essas sábias determinações, além de medidas de polícia e de carácter penal, outras, muito apreciáveis, de fomento, e até nelas se provia quanto ao conveniente abastecimento dos viajantes que passassem nesta vila pela estrada do Porto, do conjunto das prescrições se colhendo interessantes informações a respeito de alguns costumes da época.

Começaremos pelas posturas de 1645:

POSTURAS que os ofesiais da Camara e homens da governansa fizerão para este anno de 1645

Anno do nasimento de noso sõr ihs Xpõ de mil e seis sentos e quorenta e sinquo annos aos des dias do mes de fevereiro do dito anno na villa de estareia e no paso do conselho della em Camara aonde estavão prezentes os iuizes diogo tavares e antonio mateus em este conselho e seu termo o prezente anno por sua magestade com os vereadores afonso pires e fernão pires com o procurador do conselho martinho ioão do boinheiro logo ahi elles ditos iuizes vereadores e procuradores do conselho com estando prezentes muitos homens da governasa ao diante asinados diserão que querião fazer acordos e pusturas pera bon governo do conselho etara [sic - estareia] deste prezente anno os quoais fizerão na maneira e forma seginte de que tudo mandarão fazer este auto E eu diogo da Cunha escrivão da Camara o escrevi

Acordarão que nenhuma pesoa que vender vinho acoartilhado mande amostra a Camara por outre senão a trara pesoalmente pera aver iuramento se a mostra he do mesmo vinho que hade vender

Acordarão que nenhuma pesoa venda vinho acoartilhado sem lisensa da Camara que dela levara feita pelo escrivão della e asinada por dous ofesiais os quoais lha darão sendo o vinho do douro maduro bom a des rs o coartilho e o da tera e anadia a oito rs o coartilho sendo bom e não meresendo os ditos presos os ditos ofesiais lhe porão o preso pera baixo como lhes pareser que val e a pesoa que o contrario fizer vendendo em outra forma pagara mil rs pela primeira ves e dous pela segunda

Acordarão que todo o vendeiro que mesturar vinho que venda com outro ou tiver duas pipas ao torno page mil rs pela primeira ves e dous pela segunda pagos da cadea

bibRIA

Acordarão que toda a pesoa que vender vinho acoartilhado sera obrigado a estar senpre em caza enquoanto o vender com pena de quinhentos rs

Acordarão que nenhum vendeiro venda vinho sem trazer as medidas aferir em ianeiro e iunho e as trarão per suas pesoas pera averem iuramento sejam as proprias por que ão de vender ou se tem outras com pena de quinhentos rs

Acordarão que nenhum vendeiro venda vinho na estrada de santiago que he a do porto e na cabesa do conselho sem se vir obrigar a Camara a ter vinho pão e carne e peixe e palha e sevada e o que fizer o contrario encora em pena de dous mil rs

Acordarão que nenhuma pesoa venda vinho en cargas a vendeiro que vender vinho acoartilhado com pena de mil rs e o vendeiro que lho conprar pera vender page dous mil rs porcoanto as cargas que a este C° ven são de vinho verde e os vendeiros que lhos conprão he pera mesturar com os maduros

Acordarão que nenhuma pesoa venda nem peze com pezos e medidas que não seiam aferidos em ianeiro e iunho com pena de dozentos rs e o mesmo todas as pesoas que tiverem medidas de pão e pezos ou outra quoalquer couza por que aião de conprar e vender as venhão aferir no dito tenpo com pena de dozentos rs

Acordarão que todos os moleiros venhão aferir seus maquieiros em ianeiro e iunho com pena de dozentos rs

Acordarão que todos os tesedeiros venhão aferir suas varas e pezos em ianeiro e iunho com pena de dozentos rs

Acordarão que todos os padeiros não fasão pão senão de quoatro e oito e dezaseis rs com pena de dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que falar malensinada a outra ou lhe chamar algum nome roin page quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que fizer portal em tapagem alhea page dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que fizer caminho por tera que o não deva sendo de pe page dozentos rs e se for com gado caro ou quavalgadura quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que apanhar erva em campo ou entrepão alheo page sem rs e sendo f° familia seu pai por elle e criado seu amo por elle

Acordarão que [toda a pesoa que] for apanhar bosta a terra que não for sua page dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que for achada em vinha ou pumar alheio ou orta page dozentos rs e sendo f° familia seu pai por elle

Acordarão que toda a cabesa de gado ou cavalgadura que for achada em novidade alhea sendo de dia page sem rs e de noite dozentos e sera condenado com iuramento do dono da novidade

Acordarão que toda a ovelha ou cabra que for achada em novidade alhea page sinquoenta rs cada cabesa e sera condenado com iuramento do dono da novidade

Acordarão que todo o porco que for achado em novidade ou canpo alheo page sinquoenta rs

Acordarão que toda a pesoa que achar patos em novidade os posa matar sem por iso encorer em pena

Acordarão que toda a pesoa que prometer a outrem dia de serviso e lhe faltar page sem rs e sendo de bois e caro dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que se achar com portal e não tiver tapado sua obrigasão sendo em teras galegas page dozentos rs e nas marinhas quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que tomar barco sem lisensa de seu dono page sem rs

Acordarão que toda a pesoa que der em gado alheo page sem rs

Acordarão que toda a pesoa que cavalgar em cavalgadura alhea sem lisensa de seu dono page quinhentos rs

bibRIA

Acordarão que toda a pesoa que tomar agoa de regadio a outrem em tempo q não for sua page quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que trouxer cão solto em tempo de uvas ou de milho zaburo page dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que tomar tomadia nos montes maninhos deste C.º ou neles lavrar ou cavar ou caminhos ou resios sem lisensa da Camara page dous mil rs

Acordarão que toda a pesoa que não abrir seus agreiros e recolher os enxuros page sem rs

Acordarão que toda a pesoa que tiver conboro em caminho ou estrada o pique e apare com pena de dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa da freigezia de veiros que não for abrir a Ribeira do dito lugar sendo o pregão lansado page quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que não for aos caminhos publicos sendo pera iso avizados ou lansado pregão page dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que não fizer orta tendo aonde page dozentos rs

Acordarão que toda a pesoa que lavar em fonte ou a ella for buscar agoa pera barar eira page sem rs

Acordarão que toda a pesoa que for apanhar iunquo a iunqual alheio sem lisensa do seu dono page sem rs

Acordarão que toda a pesoa q der em filho alheio page sem rs

Acordarão que nenhuma pesoa vendime sem lisensa da Camara pera o que se lansara pregão com pena de quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que for sitada pera vir dar testemunho em ausão q ponha o procurador do conselho e não vier dar seu testemunho page a pena em que ouver de ser condenada a pesoa contra quem se pozer a ausão

Acordarão que nenhuma pesoa mande ovelhas a marinha de ianeiro por diante ate outubro com pena de quinhentos rs

Acordarão que toda a pesoa que cavar nos caminhos publicos ou nelles cavar baro page quinhentos rs

E por esta maneira ouverão elles ofesiais estes acordos e posturas por feitas e as julgarão por sentensa e se mandarão se cumprisem como nella se continhão e asinarão E eu diogo da cunha o escrevi

ant.º mateus

fernaõ piz [de cruz]

Djoguo tavares [de cruz]

martin ioão [de cruz]
p. dor

D^os de Rezende

A^o pires [de cruz]
vereador

fr.^co da Sylua

Ant^o de mt^os

frco da silua

d^os iorge [de cruz]

Ant^o alves [de cruz]

Os nomes das assinaturas de cruz mostram-se feitos pelo punho do escrivão.

Nesse ano, em Setembro, veio a Estarreja o Dr. Felix Rebelo de Carvalho, «do Desembargo do Paço de Sua Magestade e seu Corregedor com alçada em a mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra e suas comarcas» — entre as quais a de Esgueira, em que se integrava esta vila e concelho — e aqui fez correição.

E, ou fosse pela informação que, segundo a Ordenação Filipina, lhe competia dar sobre «se havia nas Câmaras algumas posturas prejudiciais ao povo e ao bem comum», ou do Provedor, pois não se pode alcançar a origem da determinação, o que é certo é mostrar-se registada no mesmo livro da Câmara, em Dezembro, uma ordem quanto à suficiência do **corpo de delito**

bibRIA

em que se deveria basear o procedimento contra os donos de gado que fosse encontrado em propriedade alheia e para o qual, nos termos de dois dos **capítulos** das mencionadas posturas, bastava o «juramento do dono da novidade», sem qualquer testemunha.

Damos a seguir a mencionada ordem, sem a parte final (roto o papel):

Os Juizes e vereadores não podem fazer posturas e acordãos contra a Ordenação por q̃ onde a lej dispoem não pode dispor o homem E inda sua magde quando quebra a lej he necessario fazer expressa e particular derrogação della assi q̃ os acordãos q̃ o dono e senhor da propriedade q̃ achar em dano o gado alheo nella os possa por si so acoimar por seu Juramto não he boa nem se pode guardar por pto a lej e Ord. do livro, 1, tt° dispoem q o pode e deve fazer com hua testemunha pello q assi se farão as tais pª se poderem condenar pellas Justicas

E assi mais não podem os mesmos donos e senhores das propriedades dizer ao procurador do Cons.° q̃ vio o gado de foam em seu pam ou vinhas e pumares e então q̃ elle procurador os assente e acuze pello q pode aver de odio e inimizade e por esse cazo dizer q̃ assente a tal coima ... o mesmo soó poderce fazer na forma da Ord. indo diante ao escrivão os ... O modo de encoimar na forma de direito e Ord. e provizoins he q̃ os ..... [segue-se a parte rota do papel]

Nos anos de 1654 a 1656, os «acórdãos e posturas que os oficiais da Câmara e os homens da governança fizeram» mantêm quase todas as de 1645, com algumas variantes e novas transgressões, entre estas: o pôr marcos ou moirões nos caminhos públicos ou neles fazer covas, o não fazer os covais nas freguesias ou deles tirar gado sem licença da Justiça, o cortar pinheiros, castanheiros, carvalhos ou outras árvores, ou as esfrançar, nas terras que não forem maninhos, o apanhar lenha em propriedade alheia, com carro ou à cabeça, mais pesada a multa no primeiro caso.

A venda de vinhos e seu condicionalismo, em que são de notar as preocupações de ordem higiénica, eram objecto de especial cuidado por parte da justiça e administração municipal da época, que, pelos almotacés, se fazia incidir com maior ou menor rigor sobre os «vendeiros», e punindo mais duramente a especulação (como agora se diria) nos preços, os quais, **tabelados,** sòmente podiam sofrer as alterações que fossem determinadas **em câmara,** por meio de nova postura (em 1654, a 13 rs. o do Douro, e a 10 o de Anadia; em 1655 e 1656, os preços de 1645).

Nas posturas de 1655, foi estabelecido que ninguém poderia vender vinho aquartilhado (a retalho) sem se obrigar prèviamente na Câmara a vendê-lo todo o ano e pelo preço fixado e nas demais condições, sob «pena de 2000 rs. pagos na cadeia».

Entre essas condições, novas, também, em relação às de 1645, já as posturas de 1654 obrigavam os vendeiros «a ter as medidas lavadas, cobertas com toalha lavada e carqueja no funil, muito bem limpo» e a «ter o Regimento de acordos que lhes tocassem pregados na casa onde vendessem vinho, feito e assinado pelo escrivão da Câmara», em ambos os casos com pena de 500 rs.

Passando a «vendeiros obrigados», vêem-se estes a assinar os respectivos termos de «obrigação», com os juizes, vereadores e procurador do Concelho, que em 1655, eram, respectivamente: Domingos de Resende e Fernando Antão; João Vaz, João Alves e Domingos João; e Domingos de Pinho. Assim se **obrigaram** os vendeiros de todo o Concelho: Manuel André Cardadeiro e Maria Francisca, de Pardilhó; Manuel Rodrigues, moleiro, Manuel Gomes, Maria André, viúva, José João, Manuel Rodrigues, o Barbeiro, e Domingos Francisco, o Tutoro, de Veiros; Manuel Nunes e Maria Dias, de Avanca; Leonardo da Costa, de S. Sebastião, e Isabel da Cunha, dos Carvalhos, ambos ditos de Adou (por **Avanca?**); Belchior do Couto e Manuel Domingues, de S. Tiago, para a Vila; Polónia André, dos Sedouros (Bunheiro); António Rebelo, do Monte (Murtosa); e Domingos Gonçalves, de Santa Cristina de Salreu, então do concelho de Bemposta.

Logo, porém, em 1656 se pôs de parte o sistema dos «vendeiros obrigados». E as razões constam do seguinte:

Acordo q̃ os officiais da Camera fizerão sobre os Vend.ros de V.° // Anno do nasimento de nosso sõr jezus christo de mil e seis sentos e sincoenta e seis annos na Villa de Estareja e passo do Concelho della em camera aonde estavão os juizes marcos da silva Agostinho joão e os Vreadores Andre joão e affonsso dias e o procurador do Conçelho Antonio pinto elles officiais por queixas que os moradores deste Comcelho lhe havião feito em rezão de não aver vinho e se não obrjgarem elles officiais fizerão os acordos com alguñs os homeñs da governança seguintes

bibRIA

Acordarão que não ouvesse neste comselho vend.ros obrigados em rezão da falta q̃ avia de V.º e não aver quem se quizesse obriguar e que toda a pessoa que quizesse vender V.º o podia fazer mas q̃ seria sempre com ficar obrigado has pusturas atras feitas porq̃. ellas ficavão em seu vigor e somente revogavão ha q̃ tratava q̃ ouvesse vend.ros obrigados// E por esta maneira ouverão o dito acordo por feito e asinarão fr.co Cardozo p.co o escrevj [Francisco Cardoso Pacheco, escrivão da Câmara].

[Seguem-se as assinaturas; havia outras, que se não descobrem]

afonso dias

Marcos da silua

Dºs de pinho

Ant.º pinto [de cruz]
procurador

Manoel Rangel

Juam Rodrigez

Agostinho ioam

Mateos aº

Andre io

pº antão [de cruz]

manoel tauares

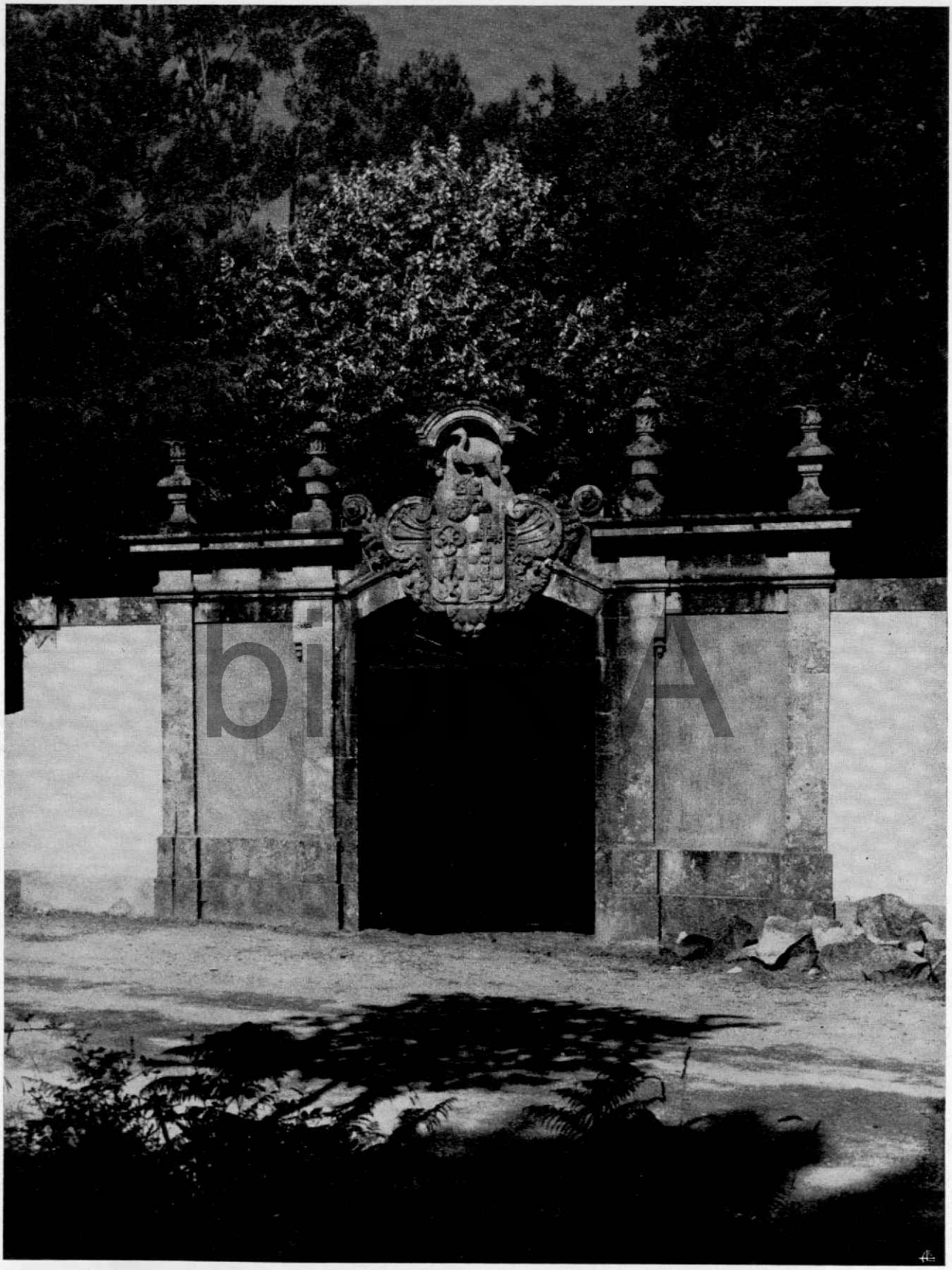
mel ioão [de cruz]

bibRIA

A acta não menciona o dia e mês, mas deve ser de Abril.

E, em Junho, os oficiais de justiça e homens da governança deliberam alterar os preços para 11 rs. o quartilho, o do Douro, e 9 rs. o de Anadia, «por queixas que havia que não havia vinhos em rezão da postura estar baixa e os vinhos caros».

Estarreja — Painel de azulejo na parede da escadaria nobre dos Paços do Concelho (1953)



PORTÃO DA PÓVOA DA CARREGOSA
Séc. XVIII.

Escudo esquartelado de Carvalhos, Pereiras, Silvas (?), Coelhos;
timbre dos primeiros

Estarreja no folclore e na saudade

Pelo Dr. Joaquim Soares Rodrigues da Silva

Advogado

Por várias razões já não corremos atrás dos foguetes. Custa-nos enumerá-las, até porque não é da falta de perna para correr o principal motivo da nossa decidida abstenção: o espírito ainda nos pede folia, o sangue ainda ferve e, o que chega às faces, também chega ao rubro, mas há que fazer o triunfo da vontade, dizer-se que não a muita coisa, para que não sejamos dos apontados por excessos e insensatez e para que não fiquemos fora de tempo, como os que dizem que a juventude é desvairada, nada faz de geito, nada vale e em nada contribuirá para a sua valorização e para o engrandecimento das gerações futuras.

Todos os povos, cá e lá fora, se orgulham do seu passado e toda a gente aproveita com sofreguidão, com desvelo e comovida paixão, os mimos de beleza que as gerações passadas lhes legaram ou abandonaram à voragem do tempo, sorvedoiro sem remissão, que tudo traga!

Não são os doentes da beleza, são todos os que tem amor às coisas, todos os que se devotam à civilização, em qualquer dos seus aspectos positivos, e vêem na arte a única flor da vida.

Aos nossos escritores Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Almeida Garrett, Jaime de Magalhães Lima, Corrêa de Oliveira, Afonso Duarte, João de Deus, Trindade Coelho, Alexandre Herculano, que em prosa e verso tiraram inspiração do nosso povo, das suas romanzas e ditos e dos resumos dos seus feitos, para a criação de novos mitos, em que o Senhor é servido no meio da exaltação das virtudes nacionais, dois dos seus principais objectivos do seu precioso labor, a esses, como a todos os mais escritores nacionalistas, ninguém regateia louvores e o seu merecimento os impõe como indiscutíveis mestres da nossa riquíssima literatura.

Mestres, astros, que ficam iluminando séculos fora, o seu labor não podem as gerações esquecer-lho e tem de ter-se como padrão, luzeiro, exemplo de nós todos, igualmente patriotas e à sua imagem e semelhança crentes devotadamente, posto que sem aversão às coisas novas, prescrutamos as antigas, para que se não obliterem, esfumem, acabem.

Ninguém dirá, com razão, que na sua terra não há folclore, não existe qualquer manifestação artística, em coisas ou em tradições, que valha a pena por ela se ocupar alguém ou uma agremiação. Somos dos que veneram os escritores acima citados e outros mais, que amaram e serviram, legando-nos em museu ou literatura, a sua notícia de amor às belas letras ou às belas artes, e mais que notícia, a obra feita ou reproduzida.

Foram aqueles criadores de novos mitos, que nos ensinaram essas outras formas de rezar, e é como quem reza que venho confessar que já não corremos a foguetes!... Mas que pena, que pena nos faz saber que as festas já são outras, ainda quando, como há milénios e sempre, estralejavam foguetes na nossa terra em clamor de festa!

Vem isto a propósito de, ainda pelo S. João e S. Pedro deste ano, eu estar no meu escritório, na Vila de Estarreja, e chegar-me à janela, em busca de ar mais puro, o ar de Junho, aqui um pouco húmido, mas suave, perfumado, que os nossos sentidos aceitam e tanto nos tranquiliza, ar que é mesmo repousante.

Dizia Junqueiro, quem se não lembra?!... «vinham-me da montanha as canções das ceifeiras»; e a montanha estava-me à esquerda, aos contrafortes, até Cambra, até ao Caramulo, enquanto para o mar, coachavam rãs,

bibRIA

e toda a terra, até por entre as casas, nos jardins e nos campos e nos interstícios das calçadas, na sua verdura, nas plantas, nas flores, evolava para o espaço a fragância inebriante, que ao meu coração, então puro, pagava, em repouso, o amor com que estava vivendo pelas coisas simples e belas.

Algures estralejavam foguetes, havia música, alguém festejava a quadra dos Santos populares, mas já não ouvi cantos, que seriam os nossos cantos tradicionais, outro tempo vulgares nestes dias, de boca em boca, a solto ou em conjunto apregoados, para animação de toda a gente e animação desta paisagem rica de cambiantes e ornamentos naturais e enlanguescente de perfumes silvestres.

Ai há quantos anos, ainda como dizia o poeta, andava eu pelas nossas ruas, de rua em rua, com o rapazio da minha laia, Manel Nordeste, João França, Miguel Ascêncio, Zé Manquinho, João Ferraz, o Artur Tavares, os Ferreiros e muita mais malta, descalço, calção e alça, como o menino herói de Edmundo de Amicis e o não menos tocante de Victor Hugo, andávamos a saltar fogueiras, às fogueiras todas, ainda que enxotados, praguejados e ameaçados, senão zupados pelos maiores, e então não sentia o ar desta boa terra, não o vivia pelo coração e pelo espírito, que o calor era outro, como outra era a música e a vida!

As canções das raparigas e dos rapazes atroavam os ares, chamavam à vida, quem já tanto vivia, davam mais vida à vida, e davam o riso das gentes, que é a mais sã e uma fecunda expressão de paz; as danças entre eles, em que nos metiamos fugidiamente, e o gargalhar de todos e o lume crepitante das fogueiras, imprimiam imorredoiramente em nossa alma a lição mansa das coisas e do desvelo que se lhes deve como matrizes do nosso carácter e civilização.

A esse tempo, os inúmeros esteiros da nossa região eram intensamente frequentados; neles circulavam imensos barcos e de Mira, Águeda, Aveiro, Ovar, as muitas coisas que iam ou vinham, todo o tráfego comercial de produtos da Ria, das lavouras e indústrias das redondezas, seguiam a via fluvial, a esse tempo, ainda haviam barqueiros:

O meu amor é barqueiro,
Leva a vida a fazer frete!
Quando parte para a viagem
Diz-me Adeus com o barrete

Assim, e a roda, cantavam as belas moças, e com estas os rapazes, e todos em refrain:

Bate lavadeira, lavadeira bate,
Que as nossas cantigas não têm remate!
Não têm remate, remate não têm
Bate lavadeira, lavadeira bate bem!

E no Rio Antuão, que me está capaz de aparar comovidas lágrimas, de já lá não ir nadar, eu que nele aprendi a nadar nuzinho, só com os da minha idade, aos seis anitos, a esse tempo, esse belo rio tinha os seus pitorescos areais, que eram das mulheres corarem e secarem a roupa que lavavam e eram os nossos campos de bola e de jogo da pela, nossos estádios de atletismo, do vasto exercício pré e post natação, então para nós, que nadáva-mos quatro, cinco e mais vezes ao dia!... meninos da beira-rio!

As lavadeiras do Rio,
Todas tiram o avental
Para fazer travesseiros
No meio do areal

E o refrain, cantado por todos:

Bate lavadeira, lavadeira bate!...

Os travesseiros eram para os filhos de colo, para os nossos irmãos, como para nós, um lustrusito antes!...

Mas o Antuã vai agora com muita água, que o verão antecipou o Inverno, esquecendo que o Outono havia de vir! E é certo que também o Outono e o Inverno têm aqui os seus encantos, mesmo no que toca a folclore, e eu lho haverei de trazer aqui, um dia, não longe, para que algumas riquezas de Estarreja não hajam de perder-se.

Iria ainda nas recordações da minha infância e das mil variadas canções que o povo cantava e já não canta, nem mesmo sufragando os Santos populares, mas comove-me tudo isto; as saudades nos cansam e, entretanto, pode ser que alguém nos ajude, um filho meu, ou vós, meus amigos, que adorais as boas e belas coisas e tendes o culto da Terra e haveis visto que Estarreja, por ora ignorada ou esquecida, é uma Terra grande, rica de seus valores naturais e rica de coisas humanas e até culturais.

É ver, andem comigo!

bibRIA

A Companhia Portuguesa de Celulose

1 — Considerações gerais

As instalações fabris da Companhia Portuguesa de Celulose ocupam uma superfície de terreno de forma triangular, com uma área de cerca de 400 000 m², no lugar da Marinha Baixa, em Cacia, limitada pelo Rio Vouga, pela estrada nacional Aveiro-Porto e pela linha férrea Lisboa-Porto.

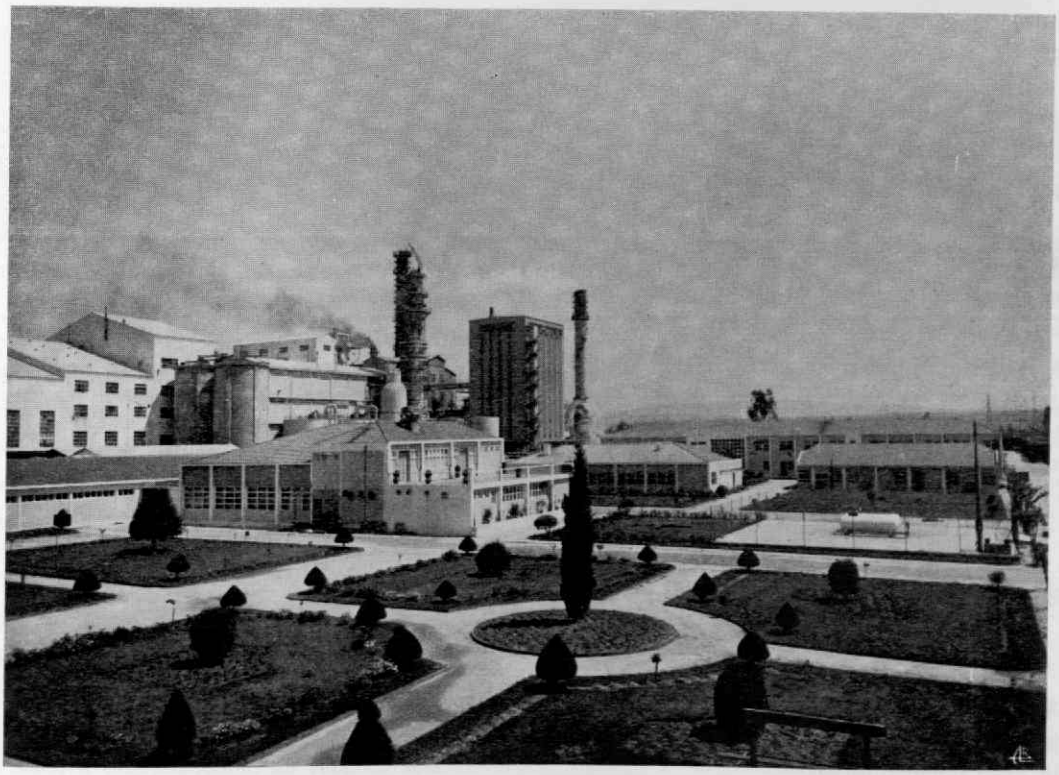
A proximidade do Rio Vouga, que fornece a água necessária para o fabrico, e a da via férrea e da estrada nacional que permitem um fácil aprovisionamento de matérias primas e o escoamento dos produtos fabricados, tornam previlegiada a localização das instalações fabris.

Entrou em laboração no 2.º semestre de 1953, tendo, então, uma capacidade de produção de 114 t/dia de pasta de madeira, 100 t/dia de papel e 50 t/dia de cartão canelado. Essas capacidades de produção são hoje de, respectivamente, 500 t/dia de pasta, 150 t/dia de papel e 80 t/dia de cartão canelado.

Faz-se notar que as capacidades de produção de cartão canelado se referem a períodos de 14 horas úteis de trabalho.

Parte da pasta produzida é branqueada, tendo as

bibRIA



Vista Exterior — lado Sul

capacidades de branqueio, no período referido, passado de 100 para 350 t/dia.

Fabrica ainda, a Companhia Portuguesa de Celulose, sacos de papel e fita gomada, sendo a produção de, respectivamente, 12 t e 1 t em cada período de 8 horas.

Para além dos aumentos de produção acabados de referir, também a qualidade dos produtos fabricados atingiu tal nível que não há dificuldade em exportar todas as pastas e papéis produzidos que não são absorvidos em consumo interno ou pelo mercado nacional.

2 — Fabrico

Todas as matérias primas naturais utilizadas no fabrico de papel têm a característica comum de serem constituídas por fibras celulósicas ligadas umas às outras por uma substância termoplástica, a lignina, que confere ao vegetal a sua rigidez.

Os diversos tratamentos papeleiros têm por fim:

— dissociar os aglomerados celulósicos ligados pela lignina, individualizando as fibras.

— aumentar a superfície das fibras assim libertadas e promover a sua associação de tal modo que formem uma folha.

A primeira finalidade atinge-se através dos processos de fabricação de pasta, e a segunda nas fábricas de papel.

2.1 — Fabrico de pasta

A dissociação dos aglomerados de fibra pode conseguir-se por meios meramente mecânicos, dando lugar à formação da chamada pasta mecânica, utilizada no fabrico de cartões e papéis que não exigem elevada resistência (papel de jornal, por exemplo); por meios em que a energia mecânica entra numa percentagem muito baixa, e em que se recorre quase exclusivamente à energia química, produzindo-se as chamadas pastas químicas; e, finalmente, por meios que utilizam tanto a energia mecânica como a química, em quantidades apreciáveis, de que resultam pastas designadas por semi-químicas.

Presentemente, em Cacia, fabricam-se exclusivamente pastas químicas pelo processo ao sulfato que produz pastas de grande resistência, as pastas «kraft» (em alemão, kraft significa força).

O fabrico de pasta envolve uma série de operações que, resumidamente, podem esquematizar-se do modo seguinte:

1) Preparação da madeira
2) Cozimento
3) Lavagem e depuração
4) Branqueamento
5) Tiragem da pasta

Subsidiàriamente há ainda a considerar:

6) Preparação e recuperação da lexívia
7) Aproveitamento dos produtos resinosos

A madeira de eucalipto ou de pinho, que é recebida em toros de 1 a 2 m de comprimento e com diâmetro entre 6 e 30 cm, é levada a uma estação de descasque donde, já limpa, segue para os destroçadores. As aparas produzidas são divididas e classificadas por um crivo oscilante. Aquelas que têm dimensões apropriadas seguem para o fabrico; as demasiado grandes voltam aos destroçadores.

Para além da madeira em toros, utilizam-se também desperdícios de serração, que são reduzidos a aparas numa instalação própria, idêntica à já referida.

Assim preparada, a madeira é então cozida. O cozimento constitui a principal operação de fabrico e o seu fundamento químico assenta na acção sobre a madeira, de uma solução, onde predomina a soda cáustica e o sulfato de sódio (lixívia branca).

O cozimento é feito em duas linhas de fabrico, sendo uma constituída por 4 digestores descontínuos de 85 m³ cada, e a outra, mais recente, por um digestor contínuo com lavagem incorporada, para uma capacidade nominal de 300 t/dia.

O cozimento, sob pressão, leva cerca de 4 horas e o aquecimento por meio de vapor é feito por via indirecta.

Após a cozedura, o conteúdo dos digestores é descarregado para tanques de maior volume, passando as aparas de uma pressão da ordem dos 8 kg/cm² para a pressão atmosférica, o que provoca o seu desfibramento.

O vapor libertado nas descargas vai a um condensador de superfície, sendo o seu calor aproveitado para aquecer água. Também a terebentina da madeira, arrastada por esse vapor, é recuperada por condensação.

Dos tanques de descompressão a pasta é bombada para um sistema de lavadores, passando no seu trajecto

bibRIA

por crivos especiais que retiram os nós da madeira e as aparas não cozidas.

A classificação final da pasta é feita em crivos e depuradores centrífugos.

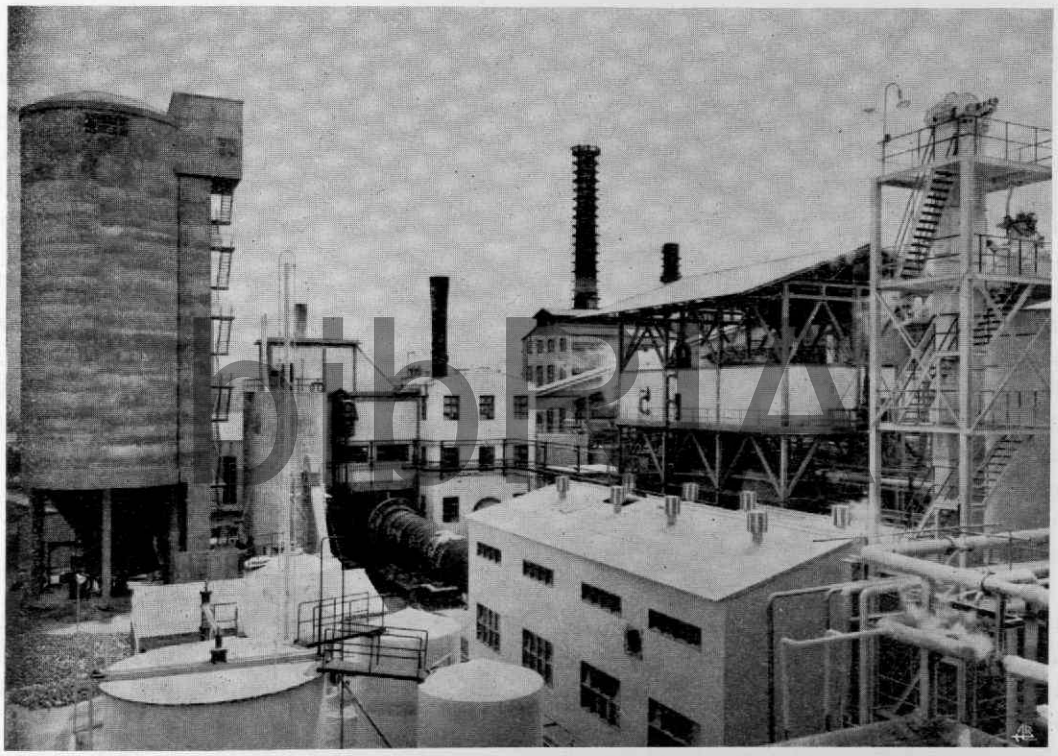
A lexívia separada na operação de lavagem, que é feita em circuito fechado e contra-corrente, é enviada a um conjunto de evaporadores, onde a sua concentração é elevada até cerca de 50% de sólidos, sendo depois queimada em caldeiras especiais (caldeiras de recuperação) a que voltaremos a referir-nos.

Para certos casos é necessário submeter a pasta a um branqueio tendente a destruir as impurezas que acompanham a celulose dando-lhe uma cor castanha.

As pastas cruas não enviadas para a fábrica de papel são prensadas até ficarem com 55% de humidade, cortadas em folhas e enfardadas, e enviadas depois para um local de recolha, sendo todas estas operações altamente automatizadas.

As pastas branqueadas, antes de sofrerem as operações referidas para as pastas cruas, são novamente depuradas e submetidas, após a prensagem, a um processo de aquecimento que permite tirá-las apenas com cerca de 10% de humidade.

Quando nos referimos à operação da lavagem de pasta, escrevemos que a lixívia separada era concentrada e queimada em caldeiras de recuperação. A esta



Fornos de Cal e Caustificação

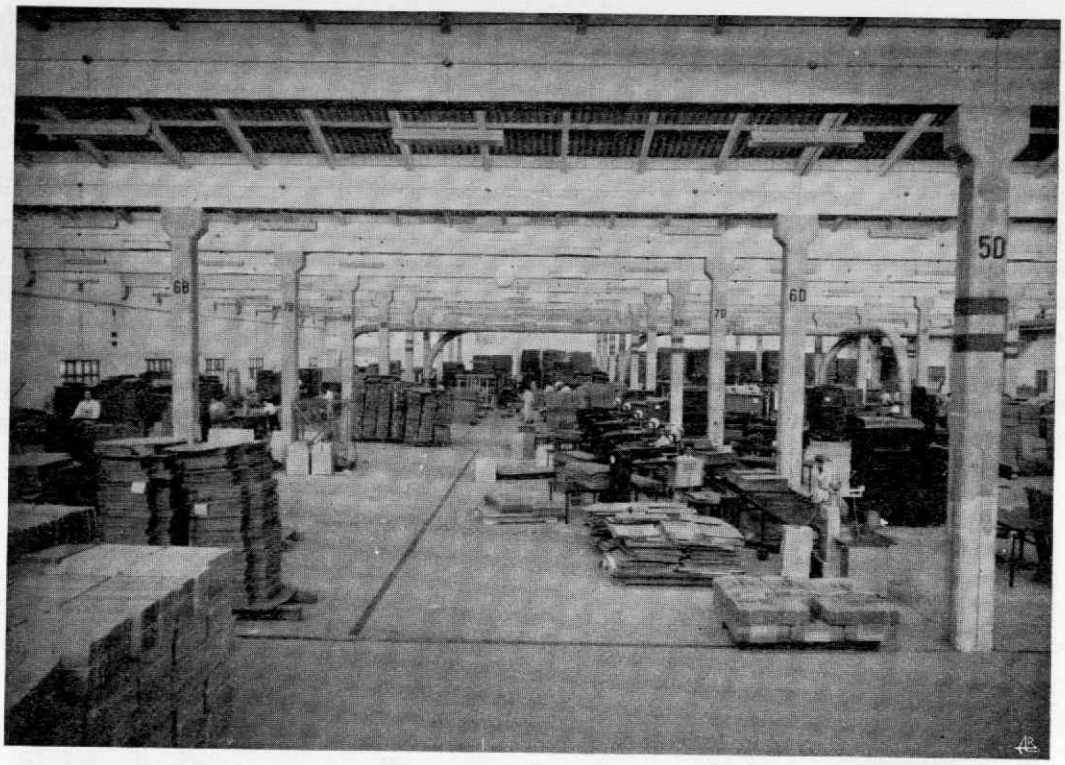
Existem em Cacia duas instalações de branqueio de pastas, utilizando na primeira, a mais antiga, cloro, soda cáustica e hipoclorito de cálcio e na segunda, cloro, soda cáustica e dióxido de cloro, e ainda hipoclorito de cálcio em alguns casos.

A introdução de dióxido de cloro como agente de branqueio permite fabricar pastas com muito elevado grau de brancura, mantendo as suas características de resistência a bom nível.

Quer a pasta branca quer a pasta crua (assim é designada a pasta não branqueada) podem ser enviadas em suspensão para a instalação de fabrico de papel, ou secas, cortadas em folhas e enfardadas.

lixívia dá-se o nome de lixívia negra e não é senão a lixívia branca utilizada no cozimento, depois de ter dissolvido os elementos não celulósicos da madeira. A matéria orgânica dissolvida é utilizada como combustível nas caldeiras de recuperação, produzindo quantidade muito apreciável de vapor, e as substâncias inorgânicas, que fundem, caem no fundo da fornalha e escorrem para um tanque, onde são diluídas.

Antes de se proceder à queima da lixívia negra, adiciona-se-lhe sulfato de sódio em pó (daí o nome do processo — processo ao sulfato —), para assim compensar as perdas em sulfureto de sódio que sempre se verificam.



Fabrico de Caixas

bibRIA

A solução de cinzas fundidas, a que se dá o nome de lixívia verde, é essencialmente constituída por carbonato de sódio e sulfureto de sódio.

A composição da lixívia verde é ainda diferente da da lixívia branca utilizada no fabrico, em cuja composição, como dissemos, entra fundamentalmente a soda cáustica e o sulfureto de sódio. Torna-se necessário, portanto, transformar o carbonato de sódio da lixívia verde em soda cáustica, o que se consegue pela adição de cal apagada.

Para produzir cal necessária existem em Cacia duas instalações de caustificação, constituídas por fornos de cal rotativos, extintores de cal, clarificadores, lavadores, tanques de armazenamento, etc.

Quando se faz a adição de cal apagada à lixívia verde, forma-se soda cáustica, como dissemos, e precipita carbonato de cálcio. Estas lamas de carbonato de cálcio são recuperadas e após lavagem, introduzidas no forno de cal juntamente com algum calcáreo britado destinado a compensar perdas que sempre se verificam, sendo aí novamente transformadas em óxido de cálcio.

A água da lavagem das lamas do carbonato de cálcio é utilizada na diluição das cinzas fundidas das caldeiras de recuperação.

Para além da recuperação acabada de referir, faz-se ainda um aproveitamento de produtos resinosos. A espuma da lixívia negra é essencialmente um sabão de resina. Tratada pelo ácido sulfúrico, dá origem a uma mistura de ácidos resínicos e ácidos gordos, o «tall-oil», utilizável em certas indústrias, como por exemplo as de vernizes, plásticos, etc.

2.2 — Fabrico de papel

A fábrica de papel de Cacia, que produz principalmente papéis para cartão canelado, sacos e saquetas e ainda outros papéis de embalagem, compreende 4 sectores diferenciados, a saber:

a) Preparação de pastas

b) Máquina de papel

c) Acabamento

d) Armazém

A pasta, quando recebida em fardos, tem de ser desfibrada para se transformar numa suspensão em que as fibras estejam, tanto quanto possível, individualizadas.

Esta operação é levada a efeito em dois desfibradores cuja capacidade pode ir até cerca de 10 t/hora.

Uma vez desfibrada, a pasta é tratada em aparelhos designados por despastilhadores, destinados a completar o processo de desfibração, e daí vai aos refinadores, que tendem a aumentar a superfície das fibras, transformando cada fibra num feixe de fibrilas que,

absorvendo água, aumentam de volume, tornando-se flexíveis e gelatinizando-se parcialmente. Também os refinadores são utilizados para cortar as fibras, quando estas são demasiadamente longas.

A pasta assim tratada é depois depurada em crivos rotativos e em depuradores centrífugos, seguindo daí para a máquina de papel, após a adição de quantidade considerável de água, que é retirada durante o processo de fabrico de papel.

Essa suspensão muito diluída entra numa caixa em que se mantém uma altura de líquido variável com a velocidade que se pratica e que tem uma saída inferior de abertura regulável, que permite que se deposite sobre uma tela metálica sem-fim e a toda a sua largura, um caudal constante.

Essa tela sem-fim, de malha aberta, que na máquina de Cacia tem uma largura de cerca de 4,70 m e um comprimento de 30 m, é mantida em movimento por um cilindro aspirante e apoiada sobre rolos cobertos de borracha e caixas aspirantes.

A água, por gravidade e pela aspiração provocada pelos rolos, caixas aspirantes e pelo referido cilindro aspirante, vai-se escoando à medida que a tela se vai deslocando.

Atingido o extremo da tela metálica, a folha de papel já formada, embora ainda com uma elevada percentagem de água, é depositada sucessivamente sobre três feltros de lã, passada através de três prensas e posta depois em contacto com 41 cilindros secadores de 1,5 cm de diâmetro, aquecidos com vapor.

Passa finalmente através de uma calandra e é enrolada em volta de um veio metálico.

A máquina de papel de Cacia, embora montada há já 15 anos, é ainda a máquina de maior capacidade de produção existente no nosso país, podendo produzir papel com uma largura de 4,40 cm, à velocidade de 440 m/min.

Uma vez fabricado, o papel segue para a secção de acabamento, onde é cortado em bobines com as medidas desejadas que, embaladas ou não, seguem para armazém. Daí, ou é expedido em bobines ou segue para uma das duas cortadoras existentes, para ser cortado em folhas e enresmado ou enfardado.

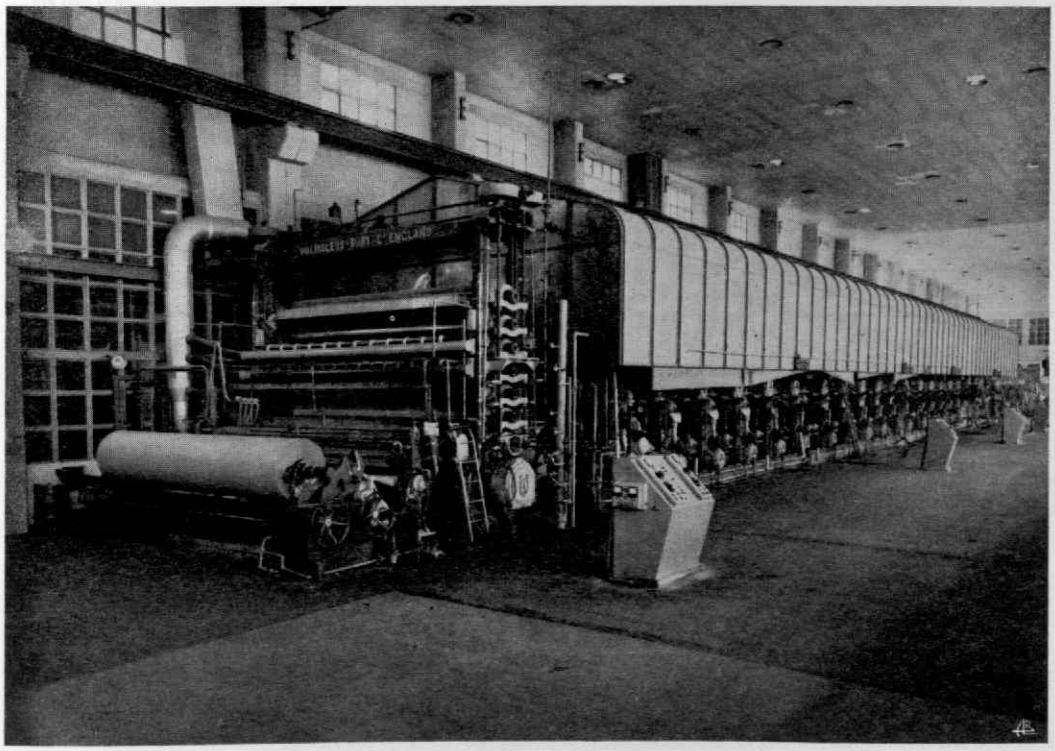
2.3 — **Fabrico de cartão canelado**

O cartão canelado, material básico para o fabrico de caixas para embalagem, é fabricado em Cacia numa máquina com 2,20 m de largura, capaz de atingir uma velocidade de 200 m/min.

Uma vez formada, a prancha vai a um conjunto de cinco máquinas ranhuradoras — vincadoras — impressoras, de características e possibilidades diferentes, sendo possível imprimir a três cores.

Dessas cinco máquinas, a mais aperfeiçoada per-

bibRIA



Máquinas de Papel

mite a colagem da patilha das caixas e é capaz de uma produção de 18 000 caixas/hora.

A fixação da patilha nas caixas não fabricadas nesta máquina é feita por agrafagem.

3 — Produção de vapor e energia

O vapor, produzido a uma pressão de 63 kg/cm³ e a 425° C, é gerado, como já referimos, por duas caldeiras de recuperação, que são capazes de uma vaporização de 75 t/h, e por duas caldeiras a «fuel-oil», que podem produzir 70 t/h. Uma terceira caldeira para 100 t/h será montada brevemente.

O consumo anual de fuel-oil anda pelas 55 000 toneladas.

A energia eléctrica é gerada por dois grupos turbo-gerados, com uma potência de 13 125 kW, um de condensação com duas extracções e outro de contrapressão. Um terceiro grupo de 22 700 kW, já adquirido, será montado dentro de pouco tempo.

4 — Água

A água para o fabrico é bombada do rio Vouga, consumindo-se cerca de 1000 l/s na plena produção da Fábrica.

5 — Alguns dados com interesse

Para se avaliar do grau de importância desta unidade fabril no distrito e na própria Economia Nacional, anotamos alguns números que nos parecem elucidativos:

Pessoal que presta serviço na Empresa

— cerca de 1 500 trabalhadores

Ordenados e salários

— cerca de 60 000 contos/ano (inclui cerca de 9 000 contos de encargos sociais)

Encargos com a política social da Empresa

— cerca de 4 300 contos/ano

Imposto de Comércio e indústria
(Câmara de Aveiro)

— cerca de 4 000 contos/ano

Pasta exportada pelo porto de Aveiro no primeiro semestre de 1969

— cerca de 32 000 toneladas

N.º de refeições (almoços e jantares) servidos na Cantina da Empresa em 1968

— cerca de 273 000

bibRIA

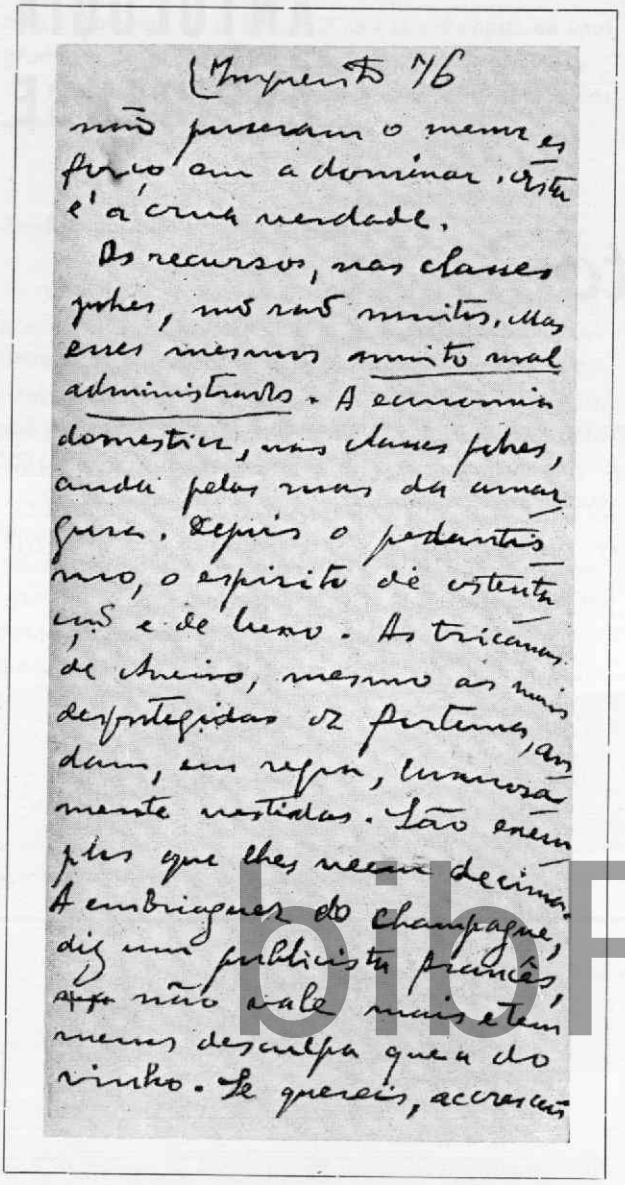
ANTOLOGIA AVEIRENSE

Homem Christo

«...MÃOS FINAS, ARISTOCRÁTICAS, CRUZADAS, O INSEPARÁVEL GORRO PRETO A PROTEGER-LHE A CALVÍCIE, PERNA TRAÇADA, O CORPO INCLINADO PARA AS COSTAS DA CADEIRA, OLHAR AGUDO E PRESCUTADOR —, ERA BEM ELE QUANDO EM BREVES PAUSAS DO SEU LABOR REPOUSAVA UNS MINUTOS MEDITANDO» — Carolina Homem Christo.

Retrato de Homem Christo, da autoria de Lauro Corado, existente na Sala dos Notáveis do Museu de Aveiro

bibRIA



Um trecho autógrafo de Homem Cristo

NOTAS BIOGRÁFICAS

HOMEM CRISTO (Francisco Manuel). Notável jornalista e panfletário, político, oficial do Exército, professor universitário, nasceu em Aveiro em 8 de Março de 1860, e faleceu na sua terra natal, a 25 de Fevereiro de 1943. Iniciou a sua famosa carreira na imprensa, aos dezassete anos, em «O Trinta» e, ainda jovem alferes, fundou o semanário **Povo de Aveiro**, de que foi, pràticamente, durante mais de meio século, o único redactor. O jornal de que foi director, em vez de seguir a feição de um órgão de propaganda regional, tomou o carácter de um contundente panfleto, e como tal atingiu extraordinária ditusão e popularidade.

Desassombrado nas suas opiniões, Homem Cristo fazia da sua pena um látego com que intransigentemente zurzia quem quer que fosse e sem temer as animosidades e as consequências. Criou, assim, a par de fervorosos admiradores e de fieis amizades, muitas inimizades e profundos ressentimentos, que contra ele se voltaram tenazmente.

Fez parte do Directório do Partido Republicano, ainda na vigência da Monarquia, conjuntamente com Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Jacinto Nunes, Azevedo e Silva e outros marcantes vultos da propaganda republicana.

Estabeleceu doutrina, não só no seu jornal, mas noutros órgãos da Imprensa, como os «Debates», e em «O Século», fundado e então dirigido por Sebastião de Magalhães Lima.

Quando se engendrou a revolta do Porto, de 31 de Janeiro de 1891, Homem Cristo manifestou-se contrário ao movimento, alegando que, sem a preparação necessária, esta estaria condenada ao malogro e a derramar sangue inùtilmente. Preso e julgado, como se provasse a sua inocência, veio a ser absolvido. Sempre arrebatado e rude, ora atacava os monárquicos ora combatia os republicanos, com o ímpeto indomável de um franco-atirador.

Apóstolo convicto e entusiasta da democracia e da instrução popular, realizou obra muito valiosa contra o analfabetismo, especialmente, em quarteis, enquanto oficial.

Quando da implantação da República, viu-se forçado ao homísio, havendo suspendido a publicação do seu semanário, editou, em Paris, o «Povo de Aveiro no Exílio».

Ficaram memoráveis muitas das suas polémicas. Aos seus ataques respondeu Guerra Junqueiro com o seu desforço «A Execução de uma Quadrilha». Ao desafio de Afonso Costa, o temível panfletário aveirense respondeu, negando-se a duelos, mas afirmando-se pronto a desafrontar-se onde quer que o encontrasse. Como resultado dessa pendência veio a deixar o Exército em 1909.

Deflagrada a primeira Grande Guerra, intervencionista convicto e acérrimo, regressou ao País, e voltou a publicar em Aveiro o seu jornal, então, sob o título de «O de Aveiro».

Foi nomeado, em homenagem aos seus méritos e cultura, pouco após o termo da conflagração, professor catedrático da recem-criada Faculdade de Letras da Universidade do Porto lugar que desempenhou, com alguns anos de interrupção da docência, por motivo de incompatibilização com outros professores, até atingir o limite de idade.

bibRIA

Em Aveiro, além de outras actividades e serviços de menor repercussão, foi presidente da Associação Comercial e Industrial e da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, onde teve acção notabilíssima a favor do ressurgimento portuário e económico da região.

Publicou: «Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão», «Pró-Pátria»; «Banditismo político»; «Cartas de longe»: I — A instrução secundária em Portugal e em França — II — Em defesa da instrução do povo; «Monárquicos e Republicanos»; «O bolchevismo na Rússia»; e Notas da minha vida e do meu tempo, 7 vol. Foi colaborador da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, e de numerosas outras publicações, como o «Guia de Portugal», de Raul Proença, o «Diário de Notícias», a «Ideia Nacional», dirigida por seu filho primogénito, etc.

bibRIA

HOMEM CRISTO NO PARLAMENTO

A extraordinária notoriedade alcançada por Homem Cristo resultou primacialmente da sua denodada actividade jornalística, exercida em mais de sessenta anos ininterruptos. Iniciou-a aos dezassete, no jornal «O Trinta», — fundado por Cecílio de Sousa —, moço prosélito dos ideais republicanos, voltado ainda mais à pura doutrina que à feição polemicante que seria o seu pendor temperamental mais conhecido, e o tornaria tão famoso como temido.

Já então usava a linguagem incisiva e ardorosa, e certa veemente intransigência. Ainda não sofrera, todavia, os desapontamentos, nem a incompreensão e resistência pela inflexibilidade das suas atitudes, simultâneamente meditadas e impulsivas, ou o bloqueio de silêncio e hostilidade que em sua volta os antagonistas procuraram estabelecer e apertar. Ainda não haviam surgido os diferendos com os correligionários, nem as lutas acendradas até ao rubro com as facções adversas.

O azedume do panfletário sem contemplações, que aliás nunca lhe obnubilaria a jovialidade de trato; o vigor exasperado de desforço na luta desigual a que se encontrou submetido, de um contra uns tantos, mais ou menos numerosos e dotados; a indignação máscula e bravia do homem inflexivelmente rijo, que não condescendia com transigências comprometedoras, com a molície acomodatícia do deixar correr, e com as tergiversações, ladeantes dos rumos definidos; o desencadear da irada veia de fundibulário de certeira pontaria, com evidentes excessos e em que o exacerbado espírito de justiça crítica atingiria, pela incontinência e desmesura, a injustiça, que execrava e combatia; o desbordar de fervor comunicatório, que lhe estava intrínseco e latente e constituía a sua característica dominante e de maior evidência — surgiriam depois, em crescendo. Intensificar-se-iam com o tempo, o estudo aturado dos livros e dos homens, e o treino ininterrupto. Singularizá-lo-iam na

truculência da arremetida, no estilo perfeitamente ajustado, transparente como uma evidência, intelegível a toda a gama de leitores, despido de atavios supérfluos, vernáculo sem demasias de purismo, e contundente como uma clava, cáustico como vitríolo, recheado de apodos e sarcasmos, e fluente, espontâneo, desafectado.

Teve tribuna efectiva em órgãos da imprensa, muito jovem ainda nos «Debates», em «O Século», onde Sebastião de Magalhães Lima lhe confiou o comentário internacional e redigiria, por vezes, o artigo de fundo.

Visceralmente jornalista, panfletário de inexcedida energia e intrepidez, com excepcional penetração e capacidade dialéctica, homem com uns quantos princípios irremovìvelmente firmes, a esses inalienàvelmente apegado, democrata até ao âmago e, como consequência, republicano, propugnador dos seus ideais, na exegese serena ou por vias, com mais lata audiência, da própria pugna e da diatribe, a feição plumitiva, a que deu o talento e a infatigabilidade de pelejador sem tréguas, o individualizou e notabilizou.

Toda a demais acção, privada ou pública, da sua vida ardente e agitada, embora levada a efeito com escrupulosa exacção e, em regra, com destaque no cotejo com a generalidade, e fecunda e útil, apaga-se em relação à do jornalista, tantas vezes solitário, a bradar a plenos pulmões o que ninguém mais tinha a coragem de proclamar.

A carreira militar, de que a política o afastou e na qual deixou rasto e fez sementeira pródiga de promoção humana nos soldados iletrados; as iniciativas que tomou a favor de Aveiro, como figura proeminente de uma vaga liga defensora dos interesses da cidade, que ficaria restrita ao seu esforço e influência individuais e, mais tarde, culminaria com uma obra de extrema eficiência, na campanha de apostolização — essa também jornalística — e nas tarefas sumamente esclarecidas, convincentes e pertinazes a que se entregou como presidente da ainda então incipiente Junta Autónoma da Ria e Barra, para o ressurgimento portuário aveirense; a cátedra da recém-formada Faculdade de Letras da Universidade do Porto; a sua vincada passagem pelas organizações políticas militantes, constituiram, embora atestassem méritos relevantes, como que episódicas fases da sua biografia, acessórios complementos de um «curriculum» em que a tudo sobreleva o jornalista nato e incomum, o foliculário como nenhum outro na nossa época singularizado.

O jornalismo, na sua feição política, específica e eminentemente o caracterizou. Franco-atirador, com um jornal fundado aos vinte e dois anos, que, pouco após a fundação com alguns qualificados redactores e colaboradores, passou a redigir pràticamente sòzinho, fez do seu semanário famoso sua pessoalíssima e exclusiva tribuna, sem peias, desobrigado de toda a sorte de contas ou satisfações a dar, sem ligações que compelissem a transigências, proclamando as suas convicções e as verdades de que estava persuadido, clamando em nome dos que calavam as reclamações, desferindo raios e frechas, e trovejando com estentorosa iracúndia os protestos.

Um aspecto da sua vida pública, porventura o mais esporádico, tem sido omitido nas referências biográficas a Homem Cristo. Não lhe acrescenta a glória, mas não compromete o nome prestigioso de que deixou recordação imperecível. Queremos referir-nos à sua passagem, em duas legislaturas pelo Parlamento.

O famoso e temeroso fundibulário do «Povo de Aveiro», que escrevia com uma fluência excepcional, ao correr da pena e redigindo colunas compactas para o seu semanário quase sem uma emenda, espontâneo, rápido, servido por uma multímoda e fidelíssima memória e uma bagagem cultural invulgar, não evendiciaria talvez correspondentes dotes parlamentares. Nunca se mostraria o orador do tipo em que normalmente o concebemos, cultivando a forma, desferindo a fantasia, rebuscando os efeitos retóricos, mas na pugna parlamentar embora fugaz, logo se impôs pela desassombrada virilidade e as suas peculiares qualidades.

Conversador invulgarmente atraente, com uma grande variedade de inflexões ajustáveis ao tema e à circustância, que do nasalado ao cristalino passavam no preciso momento, ora com registos graves e cavos, ora a focar na elocução o esganiçado e o falsete, arrastando as palavras para lhes imprimir um reforço de expressão ou em ritmos céleres, dando o claro e o escuro, e o colorido e o acre sabor, repetindo e repisando, recheando de pitorescos traços o desafectado colóquio, o jornalista rude e acerbo transmudava-se, prendia e enlevava. E ainda que, em frequentes ensejos, o interlocultor acabasse por se cingir a escutá-lo, já porque tinha a arte niata e consumada de discorrer, já porque tinha maior domínio dos assuntos e poder de transmitir, ou por falta de oportunidade e exercício dessas propícias faculdades, viveu, por conveniência própria e porque as circunstâncias, por ele em grande parte criadas, o isolaram na sua cidadela, sem contacto directo com assembleias.

Quem, aliás, o ouviu alguma vez discretear numa pequena roda de admiradores ou afeiçoados, ou nas reuniões, calmas ou tempestuosas, a que presidira na sua terra natal, ou a falar em público, lendo ou sobretudo improvisando, sentiu-lhe na forma tão desarrebicada como sugestiva e no tom incisivo e vivaz, o poder de persuasão e atracção. Não era orador espectacular, de grandes reptos e tropos arrebatadores, mas impressionava qualquer auditório pela força desbordante que punha ao discurso, pela sobriedade e propriedade acessibilíssimas, a clareza de ideias e factos expressos, filtrados pelo seu lúcido espírito e condimentadas pela pala-

bibRIA

vra ou o dito de mais realçante significado, ainda que com laivos de plebeismo ou caindo no despejo de linguagem.

*
* *

Um dia, finda há cerca de um ano a primeira Grande Guerra, na qual foi intervencionista entusiástico, com uma obra de propaganda e esclarecimento que lhe trouxe um enorme prestígio e criou uma corrente de opinião para lhe confiar a chefia de um novo partido político, Homem Cristo, com essa redobrada aura, sem para o facto meter prego nem estopa, sem dar nesse sentido um só passo, já que inteiramente desconhecia a escolha da sua candidatura, surdiu, de surpresa, deputado pelo longínquo círculo eleitoral de Timor.

A eleição verificada a 3 de Agosto de 1919, para o fogoso e grande jornalista constituíu uma tal surpresa que, ao princípio, nem a queria acreditar», uma vez que ninguém sequer o havia consultado sobre a propositura — «um caso raro, creio que único na nossa história constitucional, o ser eleito deputado um cidadão, **sem o desejar, sem o esperar, sem ser consultado,** por mero arbítrio dos eleitores». (1)

A inesperada eleição, se ao próprio escolhido causou surpresa, adquiriu foros de inquietante acontecimento nos meios políticos. Não era dócil a Câmara, nem acomodatícia e a oposição não se coibia de criticar e interpelar o governo. Mas uma vez desgarrada de todos os grupos, inteiramente descomprometida, impiedosamente castigadora, causaria compreensíveis inquietações. Assim, a acta da eleição extraviou-se, ou foi propositadamente descaminhada e sonegada. Ao facto se referiria, na sua estreia parlamentar, que efectuaria apenas vinte meses após a eleição, pois só veio a ser proclamado deputado em 27 de Janeiro de 1921, e só veio a tomar assento na Câmara na segunda quinzena de Março seguinte.

A maledicência rosnava várias causas para o desinteresse que o panfletário, tão malquisto de certas parcialidades políticas, mostrava em ocupar a sua cadeira de deputado e fazer valer os seus direitos, uma vez que o presidente da assembleia de apuramento lhe enviara um duplicado da acta. «Uns diziam: — Tem medo que lhe batam. Outros: — Tem medo de ir lá e ficar entupido. Outros: — Não sabe falar. Os factos desmentiram tudo isso». (2) Estivera quarenta e um anos sem falar em público, precisamente desde 1880, num discurso de que a imprensa da época exaltou as qualidades oratórias. Mas não estranhava que, pela falta de hábito, se pensasse recear que, indo à Câmara dos Deputados, pudesse «**ficar engasgado,** fazendo uma triste figura».

O seu primeiro discurso parlamentar data de 4 de Abril desse ano, de uma breve quinzena depois de assumir o seu lugar, o bastante para tomar o pulso à Assembleia, conhecer o ambiente, poder avaliar as reacções que o seu modo e temperamento provocariam quando arremetesse.

A sua intervenção tem aspectos de desforço pessoal, mas constitui uma candente crítica ao que classificou de triste regime de solidariedade, com actos de indisciplina e corruptibilidade com correligionários: «**Pedi a palavra para ler à Câmara** — são as suas primeiras palavras — **um papel largamente distribuído em Lisboa, há dois ou três dias, e que foi escrito na polícia. Não digo pela polícia. Digo na polícia, por um dos seus mais ínfimos funcionários, que, todavia, se atreve a dirigir-se nos termos que a Câmara vai ouvir ao sr. Presidente do Ministério.**»

Lê um manifesto do Grupo Carbonário «Os Trese», que o criva de doestos e enxovalhos — bandalho, traste, desavergonhado, pulha de Aveiro, bandido, todo um chorrilho de insultos do mais soez primarismo. Repudia a pasquinada e acrescenta:

«Se declaro que não escrevi que o «Grupo dos Trese» não recebeu dinheiro do sr. Liberato Pinto não é para dar satisfações por mínimas que sejam /.../ mas para pôr em relevo essa miséria moral. Que envergonha o País, que diminui a República, que atenta contra a dignidade nacional».

Liberato Pinto, contra quem vinha travando rija e inclemente campanha no seu semanário, embora em tom mais comedido, é visado, a propósito de um inquérito que o Governo mandara proceder aos actos do Comandante da Guarda Nacional Republicana quando mandou passar guia àquele seu subordinado para se apresentar no Ministério da Guerra.

O discurso é quase como um dos seus violentos artigos, ditado. Não iguala, por ventura, o jornalista, mas não o desmerece. Paulo Freire, no dia seguinte, — e ele só se atreveu a quebrar a muralha de silêncio que mais uma vez se quis formar em volta do vigoroso jornalista aveirense, — fazia o seu habitual comentário à sessão da véspera: (3)

«O sr. Homem Cristo estreou-se ontem na Câmara. Foi um sucesso. Voz forte, gesto largo, imponência de parlamentar aguerrido. Durante minutos a voz do sr. H. C. tonitroou na sala /.../ e a Câmara submissa, acagaçada, metida debaixo das carteiras, ouviu. E o sr. H. C. gesticulava e vozeava alto: — «Enquanto o regime não se libertar destas misérias, não terá autoridade para proceder contra bandidos desta força». refere uma passagem em que o orador alude a ameaças de morte:

---

(1) «O de Aveiro», n.º 202, de 20-3-1921.
(2) Idem, idem.
(3) «Jornal de Notícias», de 5-4-1921.

o texto integral **parece arrancado** ao «Povo de Aveiro»: ...«**o autor do papelucho /.../ declarou alto e bom som, sem pejo nem receio, que me havia de assassinar. Pois venham os assassinos. A mim não me metem medo. Não vim a esta Câmara para ficar calado diante de atentados desta ordem nem para recuar perante bandidos desta natureza. E não é por fanfarrice, nem por valentice, que clamo aqui e em toda a parte que não tenho medo. Não pretendo as honras de valentão, antes as rejeito. Mas tenho, e isso me basta, a consciência do meu dever. Que venham os assassinos. Mas que se apressem, porque se não vierem quanto antes eu lhes estrangularei a voz da calúnia e da infâmia, eu lhes cortarei a língua perversa.**»

A catilinária ultrapassava o diapasão habitual. Era insólita, mas nova. A hostilidade premeditada, a primeira impressão de tácita censura pela veemência incomum foi cedendo à curiosidade. Homem Cristo, pouco a pouco, foi dominando o auditório meio atónito com a energia desmedida. Inteiramente senhor de si, conquistada a atenção pelo vigor e pelo poder de argumentação, o estreante, com um longo passado de semeador de tempestades, impunha-se à conjurada inimizade da maioria adversa. Já com pleno à vontade relata o cronista da sessão: «Lá ao longe, lobriga um contínuo: — Olá, traga-me um copo de água, que tenho muito que dizer!» E a Câmara, toda a Câmara, já então ri descontraída.

No final, descarregada a ira, o tom mais sereno e ameno, é de ironia acobertada de modéstia. Assim remata essa primeira oração parlamentar:

«**Tenho sessenta e um anos de idade. E só agora entro nesta Câmara, embora sem o pedir, sem trabalhar por isso, sem o esperar e sem sequer o desejar. A prova — e mostra o duplicado da acta de eleição — está aqui, é a famosa acta da eleição de Timor, o célebre documento que se procurava. Eis o diploma que me teria desde há muito dado entrada na Câmara se, porventura, nela quisesse querido entrar. Não é o que foi roubado. Os eleitores parece que conhecendo já os desgraçados costumes deste país, tiveram o cuidado de me enviar um diploma igual àquele que se extraviou. É este. Bastaria havê-lo apresentado para ter sido desde logo proclamado deputado. Mas como não tinha empenho nenhum em entrar nesta Câmara, e não o digo por desconsideração por ela ou por qualquer dos seus membros, mas pela consciência de que não vinha cá fazer nada, deixei-o ficar tranquilo na gaveta onde o tinha fechado.**

Enfim, cá estou. Mas cada vez reconheço mais a minha inutilidade.

Lembra-me, a propósito, um caso que já tornei público uma vez, no meu periódico, e que José Luciano de Castro, aborrecido com as insofridas ambições do seu correligionário José de Alpoim, contava, certo dia, a alguns íntimos, numa das salas do seu palácio da Rua dos Navegantes.

José Luciano, moço ainda, quis ser deputado. Não tão moço que não tivesse já vinte e seis ou vinte e sete anos, e não fosse já conhecido pelos seus escritos sobre Direito, sobretudo Direito Administrativo e Economia Política, a que toda a vida mais ou menos se dedicou.

José Estêvão, seu patrício, pois que ambos eram de Aveiro, dispunha nessa época de larga influência política, como forte coluna, que era, da Regeneração. Mas José Luciano tinha receio de se dirigir directamente a José Estêvão. Empregou como intermediário seu cunhado José Henriques, grande amigo do tribuno e com relevantes serviços à causa constitucional. José Henriques escreveu a José Estêvão no sentido que José Luciano desejava. Mas não obteve resposta.

À coca, JJosé Luciano viu um dia José Estêvão chegar a Aveiro. E correu a Estarreja buscar o cunhado. Vieram os dois e procuraram José Estêvão em sua casa. Este apareceu pouco depois a receber as visitas; tratou José Henriques com muito agrado, abraçando-o efusivamente, mas sem fazer de José Luciano o menor caso. E trava-se o seguinte diálogo:

— Não recebeste uma carta minha? É que te escrevi solicitando a tua intervenção a favor da candidatura de meu cunhado.

— Recebi. O que me admira menino — disse voltando-se para José Luciano — é a sua audácia em querer ser deputado. Que títulos apresenta a justificar a sua pretensão? Quais são os seus serviços ao País? Quais são os seus méritos provados? Como hão-de os eleitores consagrar o seu nome? Se fosses tu, José Henriques, homem cheio de serviços autênticos e méritos reais! Mas teu cunhado! Desculpa, mas é audácia.

José Luciano comentava no salão do palácio da rua dos Navegantes: — Eu já pedia ao soalho que se abrisse para desaparecer por ele abaixo».

Hoje, em regime republicano, que se diz de pura democracia, o critério é outro. Sem ofensa para os jovens deputados que me ouvem e são, sem dúvida pessoas de grande mérito. Se a estátua que está defronte desta casa pudesse animar-se, descer do seu pedestal e entrar por aqui dentro, é natural que José Estêvão ficasse admirado. Mas eu, por mim, eleito tanto contra a vontade dos dominadores do regime, que até ao meu diploma desapareceu, e recebido com tão pouca simpatia por esta Câmara, que só ao fim de mais de ano e meio se resolveu a proclamar-me deputado, é que não tenho de que me admirar. A culpa é minha, não é da Câmara. Eu sou velho e vejo aqui tudo cheio de gente nova. Mas isso só quer dizer que os novos têm o talento e os serviços que eu não tenho, a competência que me falta; que eles são um valor e eu uma inutili-

bibRIA

dade, e que razão me assiste para dizer que não vim aqui fazer nada.

Sim, Senhor Presidente, entro nesta casa por respeito aos meus eleitores, que me elegeram tão espontaneamente que me julgo no dever de os não desgostar. Mas reconheço a minha insuficiência para cumprir o seu honroso encargo, a minha inutilidade, perfeita inutilidade, dentro desta casa.

Positivamente, os tempos mudaram».

Plenamente cônscio dos seus predicados, tinha vencido afoitamente a primeira prova. A sua forte personalidade, embora em torno da sua primeira intervenção parlamentar se mantivesse a campanha de segregador ostracismo político, e o propósito de lhe abafar todos os ecos exteriores, arrefeceu de algum modo a animadversão contra o indesejado ferrabrás iconoclasta, esfrangalhador de reputações, impenitente e incorrigível. Bernardino Machado, que combatera ardorosa e pertinazmente, e crivara de apodos numa desafronta que julgou devida, casual ou deliberadamente — mais provàvelmente procurando o ensejo — olvidando os motivos que os haviam afastado, dirigiu-se-lhe, numa breve troca de palavras de cortesia. Sentiu-se que na Câmara passaria a contar-se com uma nova voz, livre como uma rajada, poderosa, independente, com a ousadia de abordar e verberar os temas tabús, doesse a quem doesse.

Fiel, como era seu timbre, às obrigações assumidas, salvo os dias em que se deslocava ao Porto para dar as suas lições na Faculdade de Letras, passou a exercer a sua função de deputado com assiduidade e activa participação. Reduziu «O de Aveiro» — designação então adoptada para o seu inconfundível semanário — a duas páginas, que o tempo escasseava-lhe para preencher as quatro habituais. Desdobrava-se, afanosamente, pela actividade parlamentar, pela docência universitária e pela inalienável missão jornalística, que lhe estava nas tendências irremovíveis ou, para usar a sugestiva expressão corrente, na própria massa do sangue.

Na sessão de 10 de Abril seguinte, a Câmara comemorou a batalha de La Lys. Homem Cristo propõe-se «levantar duas ou três afirmações» de antecedentes oradores, numa hora que, **«se não era de recriminações, era, todavia, de justiça e de verdade histórica»**, que **«nunca se deve perder a ocasião de afirmar».**

A reposição da verdade histórica, no ensejo, consistia, em afirmar a sua convicção de que não fora o partido com maioria na Câmara que tomara a iniciativa da participação do nosso país na Grande Guerra de 1914 - 1918, mas que ela resultara das obrigações do tratado que de longa data nos unia a uma Nação — a Grã-Bretanha — que tinha entrado nessa pendência.

«**Mas** — continuava — **se não houve nenhum partido a tomar a iniciativa da guerra, houve, todavia, a obrigação, que não foi cumprida, de auxiliar o partido que então estava no poder. Este é que é o facto».**

E, preconizando o princípio de que, uma vez declarada a guerra, não havia mais que discutir se Portugal devia ou não ter tomado parte nesse conflito, frisava:

«Não quero aqui censurar ninguém, porque, repito, a hora não é para retaliações nem para recriminações. Mas o que também não posso, eu que defendi tenazmente a intervenção na guerra, é consentir que se diga aqui que ninguém foi contra a guerra. E não só por ter o meu nome ligado à guerra, mas porque do facto de ela ser contrariada resultou uma coisa tremenda para Portugal — e essa coisa tremenda foi não termos feito na guerra a figura que devíamos ter feito, nem tirarmos da guerra o resultado que devíamos tirar. Esta é que é a verdade.

«Não houve quem combatesse a guerra? Então porque estive eu três meses metido na Cadeia?

«Houve o mais vivo combate à guerra. Contrariou-se a guerra por todas as formas. Esse combate à intervenção na guerra desmoralizou o Exército, desorientou a opinião pública».

Verberando a atitude dos que, no decorrer dela, combateram a nossa intervenção no conflito mundial, e lamentando a conduta dos partidos, observava:

«Se, feita a paz, nos tivéssemos sabido manter naquela atitude de moralização e de respeito pelo Direito, pela Justiça e pelo Trabalho, em que nos devíamos ter mantido, nós seríamos hoje o primeiro povo da Península e não estaríamos assistindo a este espectáculo único de a Espanha ter maior consideração internacional que o país que combateu ao lado dos Aliados.»

E continuava, considerando que se tornaria desnecessário associar-se à homenagem da Câmara, pois, tendo defendido a guerra e nunca se tendo arrependido de o fazer, tàcitamente lhe estava dada a sua adesão. «**Além, todavia, dessa adesão tácita** — concluiu — **eu queria declarar expressamente que me associava às palavras de V. Ex.ª, sr. Presidente, e que o principal acto de Portugal, nos últimos tempos foi a sua entrada na guerra. Lamento apenas que desse facto see não tenha tirado as consequências que seriam de esperar».**

Voluntarioso e inquebrantável, experimentados os dotes e os meios em que os exercia, a intensidade a imprimir intrínseca e extrìnsecamente ao discurso, e as capacidades de captar a atenção, já nem mesmo o impressionam as desapontadoras qualidades acústicas do hemiciclo onde os «pais-da-pátria» debatiam as grandes e as pequenas questões nacionais ou de mera regedoria — daquela a que chamou, dando largas à veia satírica, na epígrafe de um artigo publicado no seu jornal, «Uma Sala Desmoralizadora».

Conhecera-a na fase precedente, antes do incêndio

biblRIA

CONGRESSO DA REPÚBLICA

CARTA DE DEPUTADO

Em virtude da disposição do artigo 11.º da lei de 3 de Julho de 1913, é passada esta Carta ao Ex.mo S. Francisco Manuel Homem Cristo:

Deputado eleito pelo círculo n.º 13 – Aveiro

depois de pela comissão abaixo assinada terem sido verificados os seus poderes.

No verso vão mencionadas as suas imunidades, fixadas nos artigos 15.º, 16.º e 17.º da Constituição Política da República Portuguesa.

Por este documento lhe será reconhecida a sua qualidade de Deputado.

Sala das Sessões da 1.ª Comissão de Verificação de Poderes, em ___ de Fevereiro de 1922.

A COMISSÃO,

José Domingues Santos

Diploma de Deputado de Homem Cristo

que sofrera, e lá ouvira oradores como Pinheiro Chagas, Latino Coelho e Hintze Ribeiro, e figuras de saliente relevo como Rodrigues Sampaio, Mariano de Carvalho, Emídio Navarro e Dias Ferreira, além de outras que deixaram nomeada. Depois de reconstruída, só então lá voltava e «surpreendido, surpreendidíssimo ao vê-la, ao ouvir falar dentro dela, que ninguém tivesse clamado que aquela sala era uma das fontes, e das mais perniciosas da desmoralização e da anarquia portuguesa». (1) E repisava, espantado e exprobatório, exagerando o traço como um caricaturista, na maneira que lhe era tão própria: **«Aquela casa é imoral: Aquela sala é dissolvente.** Aquela sala foi feita justamente para o pau de bater bifes, para os **chinfrins,** para as algazarras, a falta de atenção, a falta de respeito, a votação de **projecticulos** às carradas, sem ninguem saber o que se vota, enfim, tudo aquilo que assinala a Câmara, desde que se construiu o novo edifício. Porque, é notável, a grande decadência da Câmara dos Deputados coincide precisamente com a nova sala».

Analisa as consequências morais e políticas de um caso com aparências somenos e que, entre austero e risonho, considera influente na vida pública nacional, e se diria coisa simples, de secundária importância, «essa coisa de oradores não se ouvirem», os oradores que eram precisamente os componentes da assembleia legislativa e os procuradores dos povos das diversas regiões do País.

Pois «o deputado, com a consciência plena de que o não ouvem, fala sempre sob essa pressão terrível, e em vez de orar berrava, o que obstava a uma verdadeira e sã eloquência», e assim, «não havendo forças humanas, nem regras de educação, nem leis de boa sociedade, nem praxes de bom tom, **nem o diabo»,** que forçassem os demais, não ouvindo, «a ser surdos, a ser mudas e ainda por cima a **estar quedos como penedos».**

Por isso, a sala era por si mesma, uma causa de desmoralização, um motivo de desordem, um motivo de indisciplina e de anarquia. «Não única, de certo, mas uma causa», acentuava.

Não tarda, no entanto, a tomar a palavra, certo de que se fará ouvir, na verberação severa de acontecimentos académicos pouco antes ocorridos em Coimbra. Com o seu proverbial desassombro, ferindo para todos os lados, e sem temor de a todos desagradar, em 19 de Abril: ...**«O Tempo» disse em público o que todo o mundo diz em Coimbra. Que sabe o Governo a esse respeito?»** E acrescentava: **A República não pode consentir que se acusem de verdadeiros crimes os funcionários públicos, ficando de braços cruzados. Tem de proceder contra os acusadores ou contra os acusados».**

A traços gerais, refere as consequências do conflito, que tivera origem num discurso pronunciado pelo estudante Eduardo Coelho, quintanista de Medicina, junto do féretro do professor Daniel de Matos, a greve consequente, os manifestos com ataques aos professores, o perigo de se suscitar a solidariedade dos estudantes das duas outras Universidades, para, depois, salientar o número limitadíssimo de lições que da greve resultariam. Aliás, mesmo sem essas atitudes estudantis de rebeldia, o número de aulas era reduzido sob os mais diversos pretextos: **«Sabe V. Ex.ª, Presidente, quantas lições tenho dado na Universidade do Porto, desde onze de Março até hoje? Duas. SEM EU NUNCA TER FALTADO! Os estudantes, que marcam as férias a seu talante, faltando às aulas em massa — é um novo género de greve — entenderam que as deviam prolongar de onze de Março a onze de Abril. Um mês, nada menos. Depois houve feriado porque os generais estrangeiros (2) foram ao Porto. Nos dias em que eles lá estiveram, e nos dias em que eles já não estavam. E por aqui, sr. Presidente, pode V. Ex.ª calcular, e a Câmara, o estado a que chegou o ensino em Portugal».**

Confronta o nosso com o regime do ensino e a orgânica da Faculdade de Letras de Paris, que pouco antes visitara. Discreteia sobre um problema da sua predilecção e com que estava inteiramnte familiarizado: «...**em Paris, há seis cadeiras de História Antiga, com seis professores diferentes. Em Portugal há só uma. Há quatro cadeiras de História da Idade Média, com quatro professores diferentes. Em Portugal há só uma. E há onze cadeiras de História Moderna e Contemporânea, com onze professores diferentes. Em Portugal, para não fugir à regra, há uma só!**

«Já por esse lado nós estaríamos em espantosas condições de inferioridade. Já por esse lado o nosso ensino seria miserável. Junte-se-lhe a anarquia das greves dos cursos livres e dos feriados, sem falar na péssima preparação e falta de zelo de uma parte do professorado, e ver-se-á que o ensino entre nós NÃO É NADA.

Levado ao exagero, reconhece, depois, calmamente, que as responsabilidades não cabiam ao governo de então, mas a muitos governos, para pedir «por amor do País» e com aplausos da assembleia, «que se ponha cobro a esta situação, que se tornou intolerável».

E, passado o tempo da acrimónia, remata a sua segunda intervenção parlamentar — que, como a primeira, nos chega pela deficiente reconstituição dos taquígrafos — dirigindo-se, com serena isenção ao Dr. Bernardino Machado:

«Sabe V. Ex.ª, sr. Presidente do Ministério, V. Ex.ª que foi professor ilustre tantos anos, que a mentalidade nacional está cada vez mais baixa. E há-de reconhecer, com o seu talento, a necessidade impreterível de a ele-

(1) — «O de Aveiro» — n.º 205, cit.º

(2) — O marechal francês Joffre, o generalíssimo italiano Diaz e o almirante inglês Dorien, quando da tumulação dos dois soldados desconhecidos na Batalha.

biblRIA

var. De contrário, onde iremos parar? Dediquemo-nos a esta obra, sobre todas benemérita, sobre todas patriótica».

Volvida precisamente uma semana, e, assim, a 26 desse mesmo mês de Abril de 1921, tomando já familiaridade com o ambiente, perseverando em trazer a público o que as conveniências partidárias procuravam evitar, chama a atenção da Câmara e do Governo para os ataques de que vinha sendo alvo, no Rio de Janeiro, o embaixador de Portugal, que a imprensa brasileira, e alguns membros da colónia portuguesa ali residente acusava de actos pouco consentâneos da sua função. Nem só sobre esses factos incide a acerba crítica de Homem Cristo, mas contra o facto de o representante diplomático do nosso país não tomar clara e firme defesa de Portugal, nas reavivadas teses nativistas. A campanha reacendera-se e o deputado, em termos embora mais moderados que o panfletário, refuta-a com larga e concludente argumentação: **«Sob este ponto de vista a nossa glória é sem igual.** /.../ **Ao mesmo tempo, quanto mais os anos decorrem mais se reconhece e admira a cultura e a ciência, a alta ciência, dos portugueses dessa época».** Da do descobrimento e do desbravamento da terra brasileira.

Acusa contundentemente o embaixador Duarte Leite de não se dedicar sem tergiversação à tarefa patriótica, de erguer bem alto o nome e o prestígio da sua pátria, prossegue com a peremptória condenação do procedimento que se atribuía ao nosso representante — a quem, aliás, já espontâneamente, defendera, com o seu habitual calor, em outro período da sua vida política.

E fazendo-se eco do que chegara ao seu conhecimento, conclui: **«Pode esse homem continuar representando o nosso país no Brasil, depois de tudo o que fica relatado? O Governo e a Câmara que respondam. Apelo para os seus sentimentos patrióticos».**

*
* *

Em consequência do caso Liberato Pinto (a que fizemos alusão, tão sucinta como exige a natureza desta notícia que se não compadece com pormenores marginais) e por a favor daquele oficial e influente político se haver manifestado em meados de Maio uma larga parcela da G. N. R., surgiu uma crise política e com ela a queda do Governo.

Em «O de Aveiro», o indomável director do aguerrido semanário comentava os acontecimentos com a sua vivacidade costumada e acrescentava (1): «Ainda há oito dias tive que aplaudir o sr. António José de Almeida (Presidente da República nessa data) e já hoje tenho que o censurar.

«Sou amigo do sr. António José de Almeida e não o sou nem do sr. Correia Barreto, nem do sr. Bernardino Machado, nem do sr. Álvaro de Castro. Mas a verdade é uma só, é que o sr. Correia Barreto e o sr. Álvaro de Castro andaram bem e que o sr. António José de Almeida andou mal»: Períodos antes escrevia: «Não quero com isto ofender pouco nem muito o sr. dr. António José de Almeida a quem dedico a mais profunda amizade. Estou repetindo o que cem vezes tenho feito na minha vida, que é pôr acima de tudo o dever cívico, quando ele se impõe de uma maneira imperiosa».

Punha pràticamente termo, antecipado de dias, à sua carreira parlamentar, tão proteladamente encetada e tão abruptamente interrompida: «Anuncia-se já que alguns deputados não voltarão à Câmara. Eu sou um deles. Entrei ali de cabeça erguida, sem directa nem indirectamente o solicitar. Foi por simples respeito aos eleitores, contrariado, forçado, como quem ia cumprir, sempre o disse, uma pena. Não hei-de ser eu que lá permaneça numa situação humilhante...»

A curto trecho, o Parlamento foi dissolvido, e, assim, Homem Cristo não chegou a levantar de novo na Câmara, como tencionara e anunciara no seu jornal, a questão da greve académica coimbrã, da qual, dizia, «não foram só os estudantes que andaram mal».

*
* *

Nas eleições seguintes apresentou-se às urnas pelo Círculo de Aveiro uma lista extra-partidária, a denominada Aliança Regionalista, que englobava vários matizes. Compunham-na Jaime Duarte Silva, Manuel Alegre e Homem Cristo, como deputados e o dr. Augusto de Castro — não natural do distrito, mas de ascendência aveirense — como candidato a senador. O movimento regionalista — que mereceria ser recordado — saiu vencido pela coligação Egas Monis - Barbosa de Magalhães. A campanha tomou calor acendrado, com «O de Aveiro» na vanguarda. Por largo tempo se mantiveram os ecos dessa luta apaixonada, e apaixonante, como a generalidade das pugnas eleitorais.

Não teve melhor êxito em Moçambique, nas mesmas eleições legislativas, para as quais, como sucedera em Timor, nem sequer teve conhecimento prévio da candidatura do seu nome. A iniciativa partira de vinte e cinco eleitores de Lourenço Marques «que se lembraram de apresentar o nome do Sr. Francisco Manuel Homem Cristo (pai), o erudito jornalista, hoje lido em toda a parte onde se fala a língua portuguesa — conforme diziam no manifesto de propaganda publicado em 1 de Julho. Uma breve justificação da escolha entre os títulos com que a justifica, termina por declarar: «Outra

(1) — N.º 212, de 29-V-1921.

bibRIA

causa nos leva a votar em Homem Cristo. O ilustre professor de História da Universidade do Porto e director de **O de Aveiro** não promete a ninguém os seus bons ofícios em qualquer negócio, empresa ou emprego, nem a sua influência se exercerá para abafar qualquer processo de sindicância, libertar criminosos e apadrinhar injustiças».

Não figurava em qualquer lista. Tinha sido apresentada a candidatura, «em tempo e modo legal», mas isolada. Deveria, pois, ser riscado o nome de outro qualquer candidato e substituído pelo seu. E a verdade é que, não tendo vencido embora, ainda assim, e apesar de se ter tomado como probabilíssima a eleição pela sua terra natal — que de certo preferiria no caso de obrigado a opção — conseguiu saír vitorioso nalgumas das principais assembleias de voto daquela província ultramarina.

Voltaria a ser eleito deputado em Janeiro de 1923, de novo candidato pelo agrupamento regionalista aveirense, desta vez vitorioso em luta não menos tenaz. Menos assíduo nessa legislatura do que na primeira de que fizera parte, absorvido com as suas fogosas campanhas, Homem Cristo não deixa, assim mesmo, de participar nos trabalhos da Câmara, e de intervir, uma ou outra vez, com a sua veemência insubmissa. As suas opiniões dissentem da maioria ou até da totalidade. Considera-se todavia, na obrigação cívica de as manifestar, ainda que desagradem ou destruam qualquer ideia estabelecida. Como algures dissemos, estar só não o coibia, desde que estivesse convencido de uma verdade. Em certas circunstâncias antes se queria só de que mesmo bem acompanhado.

Aliás, ele o proclamou: «Ninguém cultiva menos o favor público neste país do que eu, a antítese mais perfeita do **engraxador** que Deus tem criado». E completou: «Não lisonjeio os meus leitores, não lisonjeio os meus próprios amigos».

Em 12 de Março de 1923, volta a usar da palavra, para prestar homenagem a Basílio Teles, dois dias antes falecido — **«não para afirmar que foi um grande português e um grande patriota»**, qualidades de todos conhecidas, mas, como lhe estava no ânimo inquebrantável para ir à mão dos que pecavam por simples inexactidão, **«para destruir a lenda da sua misantropia, e declarar os motivos por que ele se afastou da política da República».**

Trazia o seu depoimento pessoal nessa breve intervenção no decorrer do preito que a Câmara prestava ao grande e incompreendido vulto republicano. E esse testemunho de algum modo infirma uma impressão vulgarizada acerca de um notável pensador, — de quem Júlio Brandão num folheto «in-memoriam»,assinalava com um «talento enorme que refulge aureolado por um carácter que se diria antigo. É de bronze e cristal essa figura estoica». Ao mesmo tempo proporciona-nos um ensejo para apreciar a forma do improviso oratório de Homem Cristo, na homenagem a um amigo, a que algum arrufo ocasional não ensombrou o velho afecto — «constante», como o próprio Basílio escrevia em 4 de Julho de 1922. Transcreveremos assim toda a parte final desse discurso, extraída da redacção obtida pelas notas taquigráficas:

DISCURSO DE HOMEM CRISTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA SESSÃO DE 12-3-1923

«Bazílio Teles foi um homem de acção, por excelência. Afirmando que ele foi um trabalhador, V. Ex.ª afirmou, evidentemente, uma verdade. Desde 1877 até ao presente trabalhou sempre pelo desenvolvimento das ideias do País, pelo prestígio da República e pela grandeza da Pátria, sem descanço algum. Se, em 1910, não fez parte do Governo Provisório, foi porque o impediram. Nem mais, nem menos.

Bazílio Teles fez-me muitas vezes as suas confidências. Ele, que toda a gente apontava como encerrado em sua casa, sem sair, não só me abria a porta de par em par, mas procurava-me na Faculdade de Letras para, ruas abaixo até à estação de S. Bento, me ir fazendo as suas confidências. Disse-me mais de uma vez: — «Em 5 de Outubro estava assente que eu seria Ministro do Interior. Encontrava-me em Paris, ocupado nos trabalhos revolucionários e, de repente, sem a menor satisfação aparecia Ministro das Finanças. Entendi que, tratado desse modo, me devia abstrair, mas depois procurei ainda avistar-me com um dos altos trunfos da República» — e o seu nome abstenho-me agora de citar — «tendo-me sido impossível trocar impressões com esse homem, o qual dispunha então absolutamente do movimento republicano.

Em seguida, procurou Bazílio Teles uma outra individualidade que hoje desempenha altas funções na República, e da mesma forma viu inutilizados os seus esforços.

Desde que não podia ser senão um elemento secundário na política, natural era que se afastasse. Mas nunca Bazílio Teles deixaria de anuir a todas as propostas que lhe fizessem para trabalhar pela reabilitação da República e por um melhor caminho para os destinos do País.

O que acontecia, porém, com Bazílio Teles? Acontecia que era sempre convidado à última da hora. Vinha uma revolução, convidavam-no na véspera; vinha outra, sucedia o mesmo. E ele, que era um homem metódico, que era um homem de planos, não queria, naturalmente, aderir por tal forma a movimentos revolucionários.

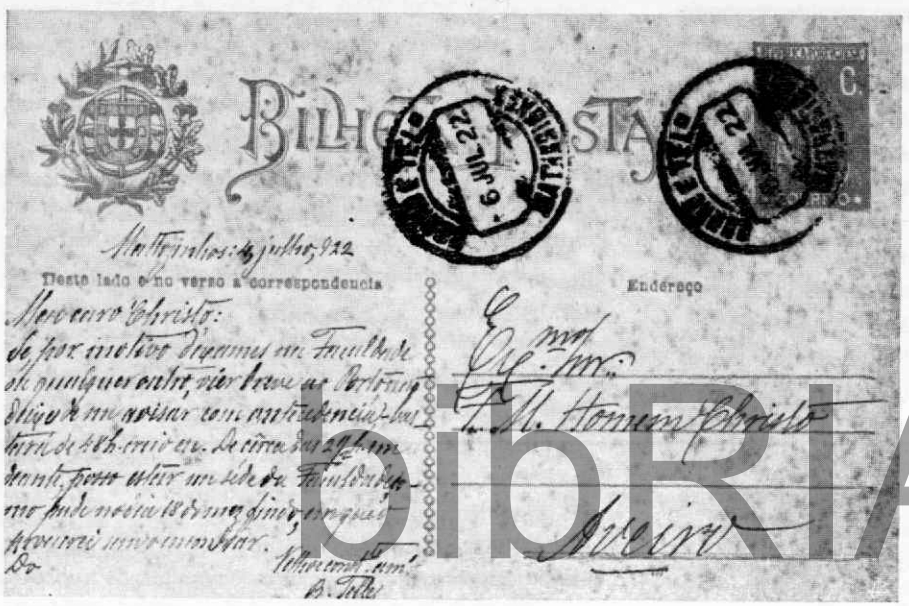
Ainda na ante-véspera do 19 de Outubro fui a sua

bibRIA

casa, a pedido de um chefe outubrista. Dizendo-se que Bazílio Teles não abria a sua porta a ninguém, pediu-me esse chefe outubrista que o acompanhasse, pois que queria expôr-lhe as ideias do movimento e convidá-lo para tomar a chefia.

— Vamos lá — disse-lhe —, mas, certamente, Bazílio Teles não adere à tentativa que vão fazer, porque ela é feita sem um objectivo fixo, e ele não é homem para essas coisas.

Lá fomos. Bazílio Teles respondeu exactamente o que eu previa, com uma grande lucidez de espírito, com grande conhecimento das coisas, acabando por dizer:



Postal de Basílio Teles para Homem Cristo

— «O melhor é desistirem desse movimento e empregarem todos os esforços para que ele não saia, porque, se sair, será mais um desastre para a Pátria».

Nunca se encerrou, não digo na sua torre de marfim, porque se algum fraco tinha era o seu orgulho, mas de renúncia, levada a um extremo que não sei como definir. Vivia pobrìssimamente e não havia forma de aceitar fosse o que fosse por mais que os seus amigos insistissem. Eles não sabiam mesmo como lhe haviam de falar a tal respeito para não o melindrar, porque, naquele estado de renúncia e de concentração, em que vivia tudo lhe poderia parecer uma esmola, e Bazílio Teles não era homem a quem se pudesse dar a ideia de que, pela circunstância de não poder lutar com a vida, receberia qualquer coisa. Se lhe ofereciam um emprego, declarava-se sempre incompetente; de modo que era impossível arrancá-lo àquela miséria em que ia definhando o seu espírito.

Aceite, porém, esse facto, o que é certo é que Bazílio Teles — e era isto que eu queria afirmar — nunca, em época nenhuma, deixou de estar pronto a intervir em certas circunstâncias, e essas circunstâncias nunca se deram.

Infelizmente para ele, morreu com a maior amargura que pode torturar a alma de um homem — a amargura de ver o avanço de mediocridade que triunfou por todas as formas na República. Ele, um homem de tanto talento, viu-se preterido por quantos medíocres têm surgido; ele, um homem tão honrado, de uma honestidade verdadeiramente antiga, viu-se posto de parte por quantos exploradores têm aparecido nesta terra, desde 5 de Outubro. O seu ideal viu-o manchado. Assim foi fenecendo, fenecendo, fenecendo até desaparecer, encolhido na sua cama, ante-ontem de madrugada, como se ainda aí a perversão terrível em que se apaga o País o pudesse ir incomodar.

Sr. Presidente: Associo-me às palavras de V. Ex.ª, mas lamento que, em vez de dois minutos de silêncio, não tivesse V. Ex.ª proposto que se levantasse esta sessão em sinal de luto pela morte do grande português que era também um dos raríssimos republicanos históricos que ainda existem. Não vejo nesta Câmara um único republicano do seu tempo! Tudo isto é novo! Pode ser que eu esteja enganado, mas creio que não há aqui nenhum homem do seu tempo.

Uma voz: A principiar pelo Sr. Presidente.

O Orador: O Sr. Presidente é muitíssimo mais novo na política republicana, pois que apareceu em 1890, ao passo que Bazílio Teles trabalhava pelo ideal republicano desde 1877, ou seja desde treze anos antes.

Por consequência, sendo um dos republicanos mais velhos de Portugal, tendo prestado tantos serviços à República, sendo um grande talento, a homenagem da Câmara devia ir mais longe que os dois minutos de silêncio, e esta sessão devia ser encerrada como manifestação de sentimento.»

*

* *

A mais probante das intervenções parlamentares de Homem Cristo, e que atcançou foros de retumbante e verdadeiramente memorável, verificar-se-ia em 7 e 8 de Novembro de 1924, numa das mais tempestuosas sessões que em qualquer época se registaram na Câmara

biblRIA

dos Deputados — única, porventura, se considerarmos, que um orador, sem qualquer grupo que lhe desse algum apoio efectivo e fiel e, na circunstância, pràticamente desacompanhado, encarou intrèpidamente, a manifesta e concertada hostilidade da enorme maioria dos membros da Assembleia.

A questão que se levantara, tempos antes, na Faculdade de Letras do Porto e que opusera fundamentalmente Homem Cristo a Leonardo Coimbra, dera motivo a uma das exacerbadas campanhas do temível fundibulário aveirense.

Leonardo Coimbra foi atacado com a mais implacável e destemperada crueza, apodado com uma alcunha desprimorosíssima que ganhou voga, numa escalpelizadora análise da sua obra, sem continência nem o menor vislumbre de contemplação, numa longa série ininterrupta de números de «O de Aveiro». Confiado nas suas faculdades, tão evidenciadas e aplaudidas, de orador, deputado que também era, levou o pleito, imprudente e intempestivamente, para o Parlamento onde o ambiente lhe era afecto.

Acusou o antagonista cerrada e contundentemente, usando dos seus provados recursos tribunícios, com os quais, antecipadamente, escolhendo a arma que manejava com mestria e o campo para o duelo, que estimara como desigual, julgou irremediàvelmente aniquilar o adversário, menos dextro e experiente nesse género de pugna a que o compelia.

A sensação generalizada no fim do exprobatório e mordaz discurso do director da Faculdade de Letras portuense, principal visado na campanha do panfletário, era a de que este ficara insanàvelmente esfrangalhado e desmoralizado. Os membros da Câmara, sabendo embora que o polemista destemido, como o felino que não é mortalmente alvejado, reagiria com o mais imediato e intenso ímpeto, viram, meio estupefactos, que Homem Cristo, após um ataque tão eloquente e mordaz, lívido mas altivo, se levantou acto contínuo para ripostar aos altissonantes reptos do acusador com um insuspeitado e incontido denodo, e com uma imprevista e inabalada força de ânimo;

«Senhor Presidente: Acabo de assistir à sessão mais indigna de que há memória não só nos anais parlamentares deste país, mas nos de qualquer outro país do mundo civilizado. Se as palavras de infame insulto contra mim fossem dirigidas a outro, V. Ex.ª chamaria à ordem, pela certa, o orador: Mas como se tratava de um homem que tem as mãos limpas, num país de ladrões».

Era o primeiro arremesso do felino provocado — o «Leão de Arnelas» lhe chamavam, aludindo ao reduto onde residia, e em tons pretensamente ridicularizantes, os patrícios que lhe haviam sentido as garras sangrentas, na pele frágil. Mas era inconforme com as normas, inaudito de audácia e arreganho. De todos os sectores se elevaram clamorosos protestos, de estranheza compreensível, e de táctica, para abafar a voz incómoda.

O presidente, árbitro que não se impuzera a impedir as primeiras contravenções às regras do jogo, intervém: — «Eu peço a V. Ex.ª que retire essa expressão».

O orador, indomável, retira-a evasivamente: — **«Dizer um país de ladrões, não significa QUE TODOS SEJAM LADRÕES. Sabe-o toda a gente, até aqueles que não têm exame de instrução primária.**

Os protestos repetem-se, recrudescem, mas a minoria democrática, que, para significar a sua sobranceira hostilidade abandonara a sala, não resiste à curiosidade, e volta. E o inflamado orador, enfrentando a malquerença da assembleia, exclama: « — **É extraordinário que um homem só, meta medo a tanta gente».**

As interrupções sucedem-se: — «Não pode ser. Não consentimos...». Homem Cristo, sem ceder um ápice, afronta a animadversão, eleva a voz acima do sussurro que não abranda: — **«Não pode ser o quê? Eu é que posso dizer isso aos senhores! Eu é que estou aqui desempenhando uma missão de moralidade e de justiça. Já se esqueceram das horas de agonia em que, sob o látego do sidonismo, a minha voz era a única a ouvir-se e me aplaudiam».**

Alguém interrompe de novo: — «A única a ouvir-se?» — «Sim — retrucou o orador —, **com altivez, sem medo e constante, a única a ouvir-se».**

O rumoroso ambiente acentua-se. O desforço, contudo não abranda de intensidade. A agitação, a balbúrdia atinge o extremo, mas Homem Cristo não se intimida nem acua. Alude ao facto de o seu acusador ter mostrado disposição de o esbofetear e comenta: **« — Pobre dele, que lhe fazia saltar os miolos à primeira tentativa** ...»

E, como documenta o «Diário das Sessões», logo se levanta uma voz atónita: « — Então V. Ex.ª vem armado para aqui?»

O orador redargue: **«Chegue-se cá, atreva-se, e eu lhe direi se venho armado ou não. O primeiro que avançar, queimo-lhe os miolos.»**

À enorme agitação, já que nada detinha o arrebatado e contumaz polemista, que na tribuna afirmava a mesma descomedida violência que usava no jornal, seguiu-se uma relativa e progressiva calmaria, expectante. Alguns deputados não pertencentes à parcialidade mais numerosa, rodeavam Homem Cristo, que, sem interrupções, encetou a sua defesa, a desafronta máscula, atacando inclementemente, analisando ponto por ponto cada uma das acusações e voltando-lhes o gume acerado contra o querelador.

Fica nessa sessão com a palavra reservada. Retoma-a no dia imediato e fala durante duas longas horas e meia. Divaga, documenta e demonstra, floreteia,

bibRIA

brande o cajado e descarrega a maça; ironiza, braveja e vitupera; desvia-se porventura, da conexão e retoma o fio. Duas longas horas e meia, com as galerias repletas, sem qualquer mostra de arrefecimento, sem perder o domínio e antes vencendo o malquistado auditório que já o escuta: «— **Os senhores devem estar um pouco admirados de me ouvir hoje falar com tanto desembaraço. Julgavam-me um** patrazana, **não é verdade? A falar e a escrever não sou peor, antes sou melhor, não digo do que o** génio da raça, **que com esse ninguém se compara, mas do que muitos outros que andam aí nas tubas da fama e nas asas da glória. Que me falta, para ser também um dos queridos dos que decretam as supremas honras do Capitólio?**

Sabe o meu país (com energia) **o que me falta? (com veemência) SER LADRÃO!»**

No dia seguinte, um diário da capital, que lhe não era afeiçoado, mas dos poucos que não entraram na concertada barreira de silêncio com que se pretendeu abafar o efeito do aspérrimo discurso, comentava-o, assinalando que Homem Cristo «divagou em erudições que prenderam a atenção geral e teve uma eloquência que, sem ser formoso nas suas linhas, não deixou de ser solene na substância. Com todos os seus defeitos, num ambiente intra-câmara absolutamente hostil, conseguiu triunfantemente ser ouvido com interesse justificado. O panfletário revelou-se um orador didáctico talvez prolixo mas profundo».

Não é compatível com a natureza deste bosquejo rememorativo, como já atrás observamos, a transcrição de extensos trechos, mesmo os mais significativos, desse longo discurso, aliás integralmente publicado em «O de Aveiro»(1). Limitamo-nos a trasladar os períodos finais — como demos os do início, como simples documento e curiosidade. E pelo contraste de bem humorada tranquilidade que estabelece em relação à investida inicial:

«Meu irmão tinha uma pequeníssima fábrica de moagens em Aveiro, a que eu era alheio inteiramente. Um dia viu-se em dificuldades, e foi-me procurar a Coimbra, onde eu estava então, para me pedir um auxílio de dez contos de reis, que era tudo quanto eu possuía. Com esses dez contos de reis, ficando eu sócio da fábrica, e mais dois ou três auxílios do mesmo valor, equilibrava os seus negócios, dizia, e a fábrica andaria para diante. Dei-lhe o auxílio pedido e fiquei sócio da fábrica, mas sem ter na administração ingerência alguma. Durante uns poucos de anos, recebi desses dez contos, sem mais lucro nenhum, apenas seis por cento. Mas veio a guerra, constituíram-se empresas novas, e um dia apareceu alguém a perguntar-me se eu queria vender a minha parte por 155 contos. Julguei que era mangação. Quando vi que era a sério, não esperei que mo perguntassem outra vez. E sem me lembrar de que tinha de pedir licença ao sr. Leonardo, vendi.

Empreguei o dinheiro desta forma. Mandei fazer uma casa, que é medida de prudência, dada a enorme falta delas em todo o país. Mas para mim! Para eu viver! Que para alugar não caíria em tal tolice.

Custou-me a casa 72 contos.

Comprei 30 contos de acções da nova companhia. Emprestei a meu filho 35 contos para o seu negócio. E o resto ficou de reserva, para chegar ao menos até à fronteira, quando tenha de fugir deste país!

Fora disso, vivo dos interesses honestos do meu jornal, sem despezas de redacção, e onde tudo o mais se faz com a máxima economia.

Meu filho ficou de me pagar oito por cento, e tem pago. Não me deve coisa alguma. Mas paga em livros, foi o contracto, o que diminui o juro, tendo ele, como tem, uma livraria em Paris, e no preço da viagem do comboio, quando lhe faço alguma visita. O comer paga-o ele. Sou seu hóspede. E está dito tudo! E aqui tem o sr. Leonardo como eu vou de graça ao estrangeiro. De graça, sr. Leonardo. Fique sabendo que vou de graça ao estrangeiro (Risos).

Meu filho tem automóvel. Tem muitos amigos que possuem automóvel, também, como ele. E eu percorro a França, vou onde quero, estudando e divertindo-me. É uma pândega rasgada, (Risos) **sem eu, todavia, meter para isso as mãos nos cofres públicos, nem gastar as minhas economias.**

O que peço a meu filho é que me obrigue o menos possível a smokings **e casacas, que não me dou bem com isso** (Risos). **E que me não ponha no meio de senhoras, o que para um velho é um perigo. A gente, depois de velho, ouve pouco e vê pouco. É tudo** pouco. **Dizemos** sim **quando devemos dizer** não, **e** não **quando devemos dizer** sim. **E, não obstante eu saber falar francês, há precalços como este: Estando em casa de uma dama muito ilustre, agora condecorada com a Legião de Honra pelo governo francês, Madame Rachilde, perguntou-me ela em certo momento: «Está muito aborrecido, não é verdade, sr. Homem Cristo?» Ao que eu respondi de pronto e tom firme para ser maior a delicadeza:** «Oui, oui, Madame» (Risos).

Sem isso, sr. Leonardo, tudo me corre por lá às mil maravilhas.

Vou concluir, dizendo ao meu país que ponha os olhos em mim. Diz-se aos rapazes novos a toda a hora: Não te metas em nada, deixa lá, que daí não vem pão à gente. **Eu tenho-me metido em tudo. Eu tenho protestado contra tudo. Eu tenho sempre reagido. Há quarenta e cinco anos que sou uma voz constante de protesto**

(1) — N.os 378 e 379, de 16 e 23 de Novembro de 1924.

neste país. E estou vivo! E estou são! E ainda não me faltou pão para comer!

É mentira que a felicidade não acompanhe os que se batem pela verdade, e pela honra do seu país!»

Não está, no propósito do rabiscador e concatenador destas linhas relembrar em pormenor o que de justo ou destemperado motivou e visou esse incidente pessoal acendradíssimo, nem qualquer tim de recolha antológica do jornalista famoso que acidentalmente foi deputado.

Este discurso, que teve resposta franca, foi larga e vivamente comentado na altura. «Leonardo Coimbra ficou a escorrer sangue» na expressão de um evocador do memorável duelo parlamentar (1). Não há dúvida que o «complot» contra Homem Cristo resultou contraproducente. E Moreira de Almeida, no dia seguinte ao último acto da renhida luta, escreve em «O Dia»: «Ai, Sr. Leonardo Coimbra, mais lhe valia ter quebrado uma perna do que subir àquela tribuna».

Registamos essa oração reveladora de um fogoso e inflexível temperamento apenas como um dos casos mais singulares da nossa vida parlamentar, a que raros antecedentes congéneres se poderão apontar — como, salvaguardadas as diferenças de estilo, das personalidades e das circunstâncias, os de Garrett contra Rodrigo da Fonseca Magalhães, de José Estêvão contra Costa Cabral e alguns mais. No seu desmesurado e inultrapassado azedume e ímpeto, esse discurso constituiu sem dúvida o ponto culminante e o canto de cisne de Homem Cristo como deputado, e, dele, assim, damos duas passagens mais reveladoras — no auge da procela e na calmaria em que, já risonhos, alguns raios de luz rompem o cinzento das nuvens a clarear.

Esta esquecida e eventual faceta do jornalista eminente fica, assim, ainda que apressada e toscamente, esboçada. Não pretendemos com estas páginas desluzidas, juntar novos louros à glória do grande e prestimoso aveirense. Ficarão singelamente como uma achega para a biografia de um homem individualizadíssimo, que foi medular e sobressalientemente um jornalista, inconfrontável pela sua singularidade temperamental e de processos, e um dos maiores que a Imprensa portuguesa tem evidenciado.

EDUARDO CERQUEIRA

(1) **Luís Barradas (Almedina) — «Homem Cristo e Leonardo Coimbra no Parlamento»** 2.ª ed., 16 págs., Lisboa, 1941.

biblRIA

Dr. Manuel Ferreira Santos Louzada

bibRIA

NO passado dia 24 de Setembro faleceu, inesperadamente, o Dr. Manuel Louzada.

O ilustre finado, que exerceu o alto cargo de Governador Civil do Distrito de Aveiro, desde 27 de Dezembro de 1962 até 31 de Outubro de 1968, era natural da freguesia de Antes, do Concelho da Mealhada.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi Conservador do Registo Civil no concelho que lhe serviu de berço, tendo presidido à Câmara Municipal durante cerca de 16 anos. Em Fevereiro de 1957, foi nomeado Inspector Administrativo. No Ministério do Interior foi Chefe de Gabinete do Ministro Santos Júnior.

À Família do saudoso Dr. Manuel Louzada, expressa a Direcção da Revista, uma vez mais, sentidas condolências.

Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras – Secção de Ciências Histórico-Geográficas – pela Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

Com a publicação deste estudo, desejo prestar uma merecida e oportuna homenagem a toda a imprensa denominada periódica (jornais) da minha terra, hoje representada pelo semanário «Correio da Feira», único sobrevivente entre muitos que, com ele, alinharam o passo durante dezenas de anos, o que se deve ao esforço e tenacidade do que foi seu proprietário e director — José Soares de Sá, bem continuado por suas filhas D. Brizida Monte Santos Soares Alvão e D. Maria Luísa Soares de Sá Braga que, dedicadamente, assumem hoje, respectivamente, a responsabilidade da sua direcção e administração.

A esta homenagem bem justa por valiosos motivos, desejo associar uma saudação, muito viva e calorosa, a todos os que trabalharam, e trabalham nos jornais que se publicaram e publicam neste concelho, não esquecendo os seus mais humildes servidores, testemunhando-lhes, assim, e à memória de tantos, a gratidão do povo do nosso concelho que aqui me permito representar, lembrando quanto é ingrata a missão da pequena imprensa regional onde a insatisfação vai desde os que nela trabalham até ao público, que dela se utiliza.

Prossigo na execução do plano, que já anunciei, de elaborar trabalhos que possam beneficiar empreendimento de maior vulto: a publicação de uma história desenvolvida da vila e do concelho da Feira, que se torna necessário fazer, associando-me, assim, àqueles que já para ela têm contribuído com seus valiosos trabalhos, procurando entusiasmar e incentivar outros que, impulsionados pelo seu bairrismo e auxiliados pela sua cultura, venham ao nosso encontro com as suas faculdades de estudo, inteligência e alimentados de muita perseverança...

Daí resultaria obra muito útil, sobretudo se, por boa conjugação de esforços, for possível encontrar meio de dividir as tarefas, de modo a evitar repetições, conquistando-se ao tempo uma maior brevidade na conclusão da obra.

Para tanto, há necessidade urgente de arrecadar e catalogar na Biblioteca Municipal, na maior amplitude possível, os livros, documentos, papéis, e demais elementos de interesse e de estudo que existam dispersos e até em risco de se perderem, e que os seus respectivos proprietários possam ceder, para que venham a ser utilizados pelos estudiosos, contribuindo-se, para fortalecer os alicerces de uma meritória obra de cultura que não se confinaria, apenas, ao interesse local por também ser de natureza regional.

Pode-se mesmo ir mais longe: catalogar as principais obras que, não podendo ser integradas na Biblioteca, estejam em mãos de particulares e tenham, para o efeito, manifesto proveito, ficando a servir de guia para todos os que necessitem consultá-los e de caminho aberto para eventuais aquisições no futuro, por parte da Câmara Municipal.

Todo este trabalho deve ser acompanhado da reorganização da actual Biblioteca Municipal, de modo a nobilitá-la e a torná-la útil e digna da alta função para que foi criada, o que é desejado, com alvoroço, por todos os feirenses que vêem na cultura uma necessidade imperiosa da sua vida espiritual, por vezes tão abandonada ao ostracismo.

Entre os elementos de interesse e de estudo, atrás apontados, sobressaem os jornais, fontes abundantes de informações e de conhecimentos que convém divulgar para facilitar o estudo daqueles que encontrem encanto e utilidade em viver em contacto com o passado, para o dar a conhecer aos do presente e aos vindouros, pois são verdadeiros cartórios, com documentos preciosos que, divulgados, também podem estimular e auxiliar estudos que interessem à história da nossa terra.

Podemos, assim, ouvir a voz dos nossos conterrâneos de antanho, acompanhando a evolução da sua vida entre o dobrar dos sinos que anunciaram a sua

bibRIA

natividade para esta vida e para a de além.

Justifica-se, deste modo, a preferência que dei à conclusão e publicação deste trabalho sobre outros que tenho entre mãos, esperando que muitos me acompanhem neste propósito de enriquecimento cultural.

Impõe-se, materializando o que atrás dissemos que, sem demora, se vão remetendo os jornais e revistas locais, sobretudo os mais antigos, para as respectivas Bibliotecas Municipais, num amplo e continuado esforço de defesa dum apreciável património municipal que cumpre defender, num movimento de solidariedade cultural de todo o distrito, obstando, no máximo possível, às barbaridades que o vão comprometendo e desfalcando dia a dia.

Também seria interessante promover, em todo o distrito, a troca de jornais antigos, concentrando-os nos arquivos dos respectivos concelhos, favorecendo-se a formação de colecções o mais completas que for possível.

Durante as aturadas pesquisas que fiz para a elaboração deste trabalho, tomei conhecimento das inúmeras destruições que se fizeram de colecções de jornais, sobretudo por falecimento de seus velhos detentores, pois, antigamente, em famílias cultas, havia o bom hábito de guardar os jornais locais.

Se quem os ler atentamente, pode colher elementos úteis para a história da nossa terra, deve, contudo, estar precavido contra os exageros desencadeados pelas paixões que dominam muitas das suas páginas.

Infelizmente o entusiasmo provocado pela defesa dos ideais políticos e religiosos e dos interesses partidários e até as inclinações pessoais dos directores dos jornais, apesar de proclamarem a sua independência, prejudicam a imparcialidade que é de desejar.

Só o tempo e os acontecimentos podem atenuar ou acabar com estes defeitos, que infelizmente deixam muitas ruínas no seu caminho, provocando grandes danos; os seus escritos, próprios do ambiente que os determinou, fazem com que os seus desígnios se encaminhem mais para o ataque pessoal do que para a defesa doutrinária, mascarando a verdade conforme a conveniência política a que se hipotecaram.

Assim, para que o trabalho seja proveitoso e confinado à verdade, torna-se necessário saber tirar das páginas chamuscadas, se não ardidas, pelo fogo da paixão as informações úteis, à semelhança de quem retira, com as mãos, as castanhas da fogueira, sem queimar os dedos, pois a verdadeira história só se pode fazer quando o historiador tem a força, e por vezes a coragem, de se vencer a si próprio, integrando-se na época e no ambiente em que os factos se geraram e se desenvolveram.

A proximidade, e sobretudo a actualidade em relação às ocorrências que servem de base a um estudo, obrigam a um especial cuidado, bem necessário ao desenvolvimento de um trabalho, como este, que toma a natureza de «jornal dos jornais», em número único.

Desejamos ser objectivos, sem magoar quem quer que seja, nem a memória dos que já partiram sem, contudo, esquecer o que devemos à verdade e a nós próprios.

Há necessidade de se promover a publicação de trabalhos, da natureza deste, em todos os concelhos do nosso distrito, de modo a poderem ser reunidos em volume, iniciando-se uma nova modalidade de política cultural, à base regional, que afirme a unidade e a inteira colaboração entre todos os concelhos do distrito.

Também se pode desenvolver esta política, e com a mesma orientação, alargando-a, sucessivamente, a outros sectores da vida dos mesmos concelhos, onde se verifique uma identidade ou afinidade de actividades ou motivos, como sejam: história das armas, selos, bandeiras e estandartes concelhios, do teatro, dos conventos, do folclore, do turismo, etc.

O estudo dos jornais, sobretudo o dos mais antigos, deve ser de certo modo detalhado remediando-se, na medida do possível, as consequências do desaparecimento, tão frequente, de grande parte deles.

Convém indicar onde eles estão arrecadados, possibilitando, com tal prática, o seu estudo a todos os que, porventura, se interessem pelos acontecimentos locais.

Consumi dilatados meses na procura de jornais de modo a poder oferecer um trabalho que abrangesse o maior número dos que se publicaram na vila e concelho.

Apesar dos esforços que desenvolvi não me foi possível ver qualquer exemplar dos dois jornais, adiante referidos: o «Jornal dos Anúncios» (1884) e o «Brinco» (1908). O mesmo quanto ao manuscrito «A Feira» (1910).

Encontrei muitos na Biblioteca Municipal da Feira que pertenceram às colecções do Dr. António Toscano Soares Barbosa, que foi ilustre Delegado do Procurador Régio e, em seguida e durante muitas dezenas de anos — — até ao termo da sua vida profissional, contador judicial desta comarca e José Adão Rodrigues Pinhal, grande bairrista e dedicado feirense, a quem a vila, o concelho e designadamente a sua freguesia natal — Santa Maria de Arrifana, tanto devem, em prestimosos e dedicados serviços, de tal modo que se tornou conhecido por «Consul da Feira no Porto».

Outros, tenho-os no meu arquivo.

Dos mais antigos ainda se encontram alguns, mas muito poucos, na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Na redacção do «Correio da Feira» pode-se encontrar a valiosa colecção deste jornal.

Desde que se tornou obrigatório o depósito dos jornais que se forem publicando, em determinadas bibliotecas, fácil é a consulta: (Decreto-Lei n.º 19 952, de 27

bibRIA

de Junho de 1931, decretos, de 17 de Dezembro do mesmo ano, 24 569, de 18 de Outubro de 1934, 25 134 de 15 de Março de 1935, decretos-lei, 38 684 de 18 de Março de 1952, 46 350 de 22 de Maio de 1965 e portarias 8 634, de 19 de Fevereiro de 1935 e 14 205 de 23 de Dezembro de 1952).

Beneficiam-se, entre outros, do depósito, as bibliotecas Nacional de Lisboa, da Academia de Ciências de Lisboa, Geral da Universidade de Coimbra, Municipal Central de Lisboa, Pública Municipal do Porto, Pública de Évora, Pública de Braga, Popular Central de Lisboa, Municipal de Coimbra e ainda os Ministérios do Interior e da Justiça.

Algumas colecções são raríssimas. Assim acontece com as revistas musicais de publicação quinzenal, que se intitularam «Miscelânea Musical» e o «Eurico» que se editou nesta vila em sua continuação.

Daquela só conheço duas, que se completam; uma na mão do Dr. Humberto Xavier de Paiva, que nesta vila foi distinto veterinário municipal e a quem a vila e concelho muito devem no domínio da sua actividade profissional e no campo da assistência, da arte e da cultura e de sua mulher, a senhora D. Gilberta Xavier de Paiva, distinta pianista, fundadora, nesta vila da Feira, da Academia de Música de Santa Maria; e outra na mão do distinto maestro António de Melo, da cidade de Lisboa.

Existe também o número 1 na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Do «Eurico» só conheço uma colecção na mão do referido maestro António de Melo: dela foi principal redactor o grande maestro Miguel Angelo, do Porto.

À generosa ajuda destes ilustres colaboradores, devo a possibilidade que tive de estudar as duas referidas revistas e de adquirir as fotografias que delas se publicam.

A eles protesto o meu agradecimento que torno extensivo a Francisco Vicente da Costa Neves, desta vila, muito devotado feirense e antigo funcionário da Repartição de Finanças, pelo auxílio que me deu, com valiosas informações, muito seguras e honestas, sobre a existência e a vida de vários jornais, que foi buscar ao vasto manancial de conhecimentos que tem da história contemporânea da Feira.

Só assim, e com lances de felicidade, consegui compulsar os jornais publicados de modo a fazer um estudo cuidadoso sobre a imprensa periódica na vila da Feira, no qual se inclui, como pertencendo ao resto do concelho: o «Arrifanense» que se publicou na referida freguesia de Santa Maria de Arrifana e o «Leverense» que se publicou na freguesia de Lever, enquanto pertenceu ao concelho da Feira, do qual foi desanexada em 1926 para ser integrada no do de Vila Nova de Gaia. Incluo, ainda os paroquiais e o desportivo.

Quase todos os jornais que se publicaram na vila e concelho da Feira, como de resto aconteceu e acontece na província, inscreveram no seu programa, a defesa dos interesses regionais e locais: apenas se exceptuam, em razão dos seus fins, a «Miscelanea Musical» com a sua continuação o «Eurico» e o «Diário D'Anuncios».

Cumpriram a sua missão o melhor que poderam, conforme o critério dos seus directores, nem sempre bem esclarecidos ou com possibilidades de inteira independência; até se encontram os que se enfeudaram à parte comercial, como necessidade para angariar os meios necessários para a subsistência dos seus proprietários, como aconteceu com o Campeão da Feira.

Na sua esmagadora maioria os jornais que se estudam foram políticos e com essa finalidade se fundaram, representando e defendendo o interesse de ideais ou partidários, motivo de manifesta perda da sua independência, embora, por vezes, invocada nos seus cabeçalhos.

Nas duas últimas décadas do século passado, as que nos interessa considerar, (pois o primeiro jornal da Feira foi fundado em 1882), existiram dois partidos políticos que se alternavam no poder, dando lugar ao chamado rotativismo político: o Progressista, fundado em 1877 em resultado da fusão do Histórico com o dos Reformistas, chefiado por Anselmo Braancamp Freire a quem sucedeu, por sua morte em 1885, o conselheiro José Luciano de Castro, do concelho de Anadia, e o Regenerador que, quando se constituiu, foi chefiado pelo Marechal Saldanha e depois, sucessivamente, pelo grande Fontes Pereira de Melo e conselheiro Hintze Ribeiro.

Em 1901, o conselheiro João Franco abriu cisão neste partido, formando o Regenerador-Liberal, conhecido por Franquista, de que ele foi chefe e, em 1904, outro tanto sucedeu ao partido Progressista pela cisão aberta pelo conselheiro José Maria de Alpoim, que fundou o partido Dissidente ou Alpoinista, de que foi chefe.

Por morte do conselheiro Hintze Ribeiro, em 1907, a chefia do partido foi confiada ao conselheiro Júlio de Vilhena, na qual se manteve até 1910, data em que lhe sucedeu o conselheiro Teixeira de Sousa, mas no mesmo dia em que a este foi confiado tal encargo foi eleito, chefe de facção conservadora do mesmo partido, o conselheiro Campos Henriques.

Assim foi até à proclamação da República.

Todos aqueles partidos tiveram a sua representação assegurada na imprensa da vila.

O partido Progressista viu a sua política defendida pelo «Feirense» que foi seu órgão (1883), continuado pela «Voz da Feira» e a partir de 3 de Agosto de 1902 pelo «Jornal da Feira», que embora só desde então se intitulasse seu órgão, já de há muito alinhava ao lado daquele partido: em 1904 surge, como órgão do partido, o «Progresso da Feira».

bibRIA

O Dissidente teve como seu órgão o «Notícias da Feira» (1909), que continuou o «Informador» (1907): este, nos seus últimos tempos, já tinha tendência Alpoinista.

O Regenerador, que também foi apoiado pelo referido «Jornal da Feira», teve como seu órgão, a partir de 1897, o «Correio da Feira» que, depois da morte de Hintze Ribeiro, seguiu o conselheiro Júlio de Vilhena e, depois, o conselheiro Campos Henriques como regenerador- conservador, enquanto a facção do conselheiro Teixeira de Sousa teve o apoio da «Gazeta Feirense» (1908), conhecida pela «Zefa», que em 7 de Fevereiro de 1910 já se intitulava «único órgão do partido regenerador do concelho da Feira».

Por sua vez, o Franquista teve como seu órgão, no concelho, o «Comércio da Feira» (1902).

Os Republicanos, até 1910, não tiveram órgão privativo.

Os Católicos (nacionalistas), até esta data, acolhiam-se ao «Correio da Feira» e os Legitimistas não tinham representação na imprensa local.

Depois da proclamação da República formaram-se três partidos: o Republicano Português, também conhecido por Democrático, o Evolucionista e o Unionista, chefiados, respectivamente, pelo Doutor Afonso Costa, e Drs. António José de Almeida e Brito Camacho.

Os demais republicanos agrupavam-se, como independentes, sob a chefia de Machado dos Santos.

Apenas os dois primeiros tiveram órgãos a representá-los nesta vila e concelho.

O Democrático pelo «Democrata Feirense» (1914) e o Evolucionista pelo já referido «Correio da Feira».

Antes de tomarem esta posição partidária, ambos se intitularam e sucessivamente, órgãos do partido Republicano, primeiro este e depois aquele.

O «Progresso da Feira» continuou a ser de tendência monárquica.

Como é sabido, os partidos da República, em dado momento, passaram a pulverizar-se em pequenos partidos.

Destes, apenas teve representação, nesta vila, o Liberal- Republicano, da direcção do Dr. António Granjo, do qual foi órgão o «Correio da Feira» designando-se órgão do partido Republicano-Liberal. O partido Católico foi representado pelo jornal «Vila da Feira» (1902).

Como semanários nacionalistas apontamos dois: um em continuação do «Democrata Feirense» denominado «Povo Feirense» (1938) e outro, Tradição (1932), este de tendência monárquica.

Finalmente, em 1957, fundou-se o «Notícias»,independente, que a partir de 1964 (3.ª série) passou a ter feição de jornal católico.

Todos os jornais da sede foram semanais, com excepção da «Miscelânea Musical» e «Eurico» que foram quinzenais e «O Campeão da Feira» que foi bi-semanário.

Alongarei o estudo aos jornais paroquiais, quer periódicos quer em números únicos ao desportivo, e, por curiosidade, aos manuscritos.

Como afirma José Tengarrinha, na sua «História da Imprensa Periódica Portuguesa» são condições indispensáveis para que uma publicação possa ser considerada jornal, «a periocidade, encadeamento e conteúdo específico diverso do livro ou do panfleto «(fl. 16) no qual se pode incluir «o problema dos números únicos (ou mais pròpriamente das publicações avulsas ou comemorativas) (fl. 20).

Na ordenação deste trabalho, seguimos o critério da periodicidade em seu conceito genérico e, assim, estudaremos, em primeiro lugar, os periódicos — jornais — da vila e concelho, depois os paroquiais e o desportivo, seguindo-se os números únicos, tipo jornal e comemorativos e depois, como curiosidade, os manuscritos.

Pouco se tem escrito sobre os jornais da vila e concelho da Feira. Lembramos as referências feitas pelo Dr. António Zagalo dos Santos (Imprensa periódica do distrito de Aveiro — Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. 9.º págs. 69 e 121) com adições por A. Carneiro da Silva (cit. Revista e volume pág. 296), trabalhos de mérito mas muito incompletos e com equívocos.

Ainda se pode indicar o artigo publicado no «Comércio da Feira», (n.º 33 de 14 de Agosto de 1902).

Finalmente, podemos citar os trabalhos de Augusto Xavier da Silva Pereira, «Jornalismo Português» e «Jornais Portugueses».

I

IMPRENSA PERIÓDICA (JORNAIS)
A
DA VILA E CONCELHO

1

JORNAL DA FEIRA

Em 20 de Agosto de 1882, iniciou-se na Vila da Feira, a publicação do seu primeiro jornal — «Jornal da Feira» — semanário que se distribuía aos domingos com 4 páginas, cada uma com 5 colunas: o seu formato era de 0,47 x 0,32.

Este jornal teve dois formatos no seu cabeçalho: um que se manteve até ao número 1042 e outro que apareceu com o número seguinte, que coincidiu com o número um da segunda série (3 de Agosto de 1902).

Foi impresso na tipografia municipal, na Praça Velha, que o seu proprietário arrendara, por arrematação, e onde tinha a sua sede e redacção.

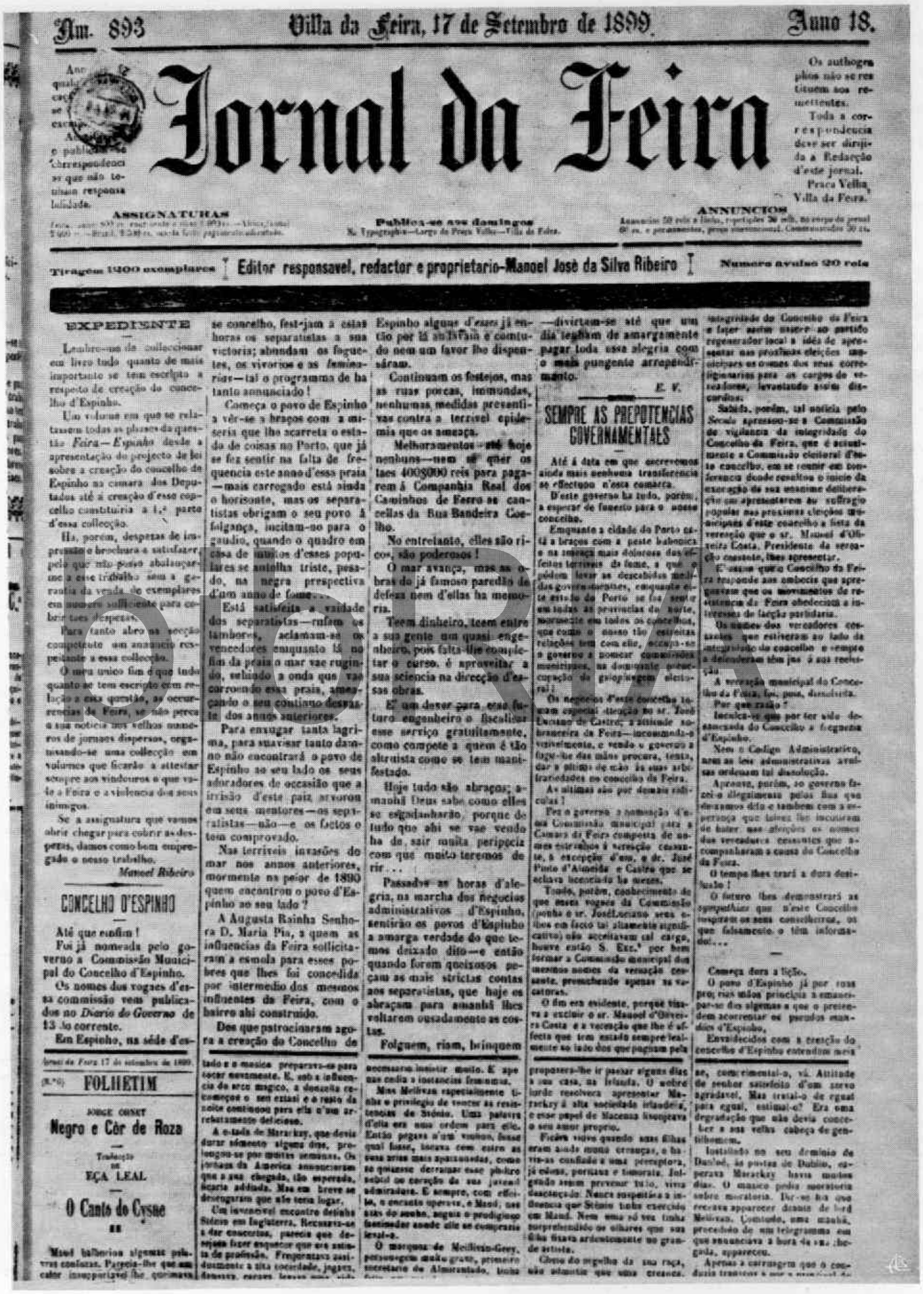
Foi fundado por Manuel José da Silva Ribeiro, um

biblRIA

jovem muito audacioso que, durante toda a sua vida, votou um especial carinho à imprensa periódica, que sempre serviu com dedicação.

Nasceu na Vila da Feira, em 8 de Março de 1850, filho legítimo de Manuel José da Silva Ribeiro, e de sua mulher D. Marcolina (também conhecida por Miquelina) de Freitas Apenceler Ribeiro, que foram proprie-

ceu, em Espinho, em 6 de Julho de 1922, em estado de grande decadência económica não obstante ter herdado bens de certo valor de seus pais e sogros. Como me informou o já referido Francisco Vicente da Costa Neves, orientou a construção do altar da Senhora da Lourdes, na Capela da Piedade desta Vila, e construiu o prelo de madeira onde se imprimiu o jornal — «Brinco» adiante



Num. 893 — Villa da Feira, 17 de Setembro de 1899. — Anno 18.

Jornal da Feira

[illegible] publica-se correspondencias que não tenham responsabilidade.

Os authographos não se restituem aos remettentes. Toda a correspondencia deve ser dirigida á Redacção d'este jornal. Praça Velha, Villa da Feira.

ASSIGNATURAS [illegible]

Publica-se aos domingos. N. Typographia—Largo da Praça Velha—Villa da Feira.

ANNUNCIOS [illegible]

Tiragem 1400 exemplares | Editor responsavel, redactor e proprietario-Manoel José da Silva Ribeiro | Numero avulso 20 reis

EXPEDIENTE

Lembro-me de colleccionar em livro tudo quanto de mais importante se tem escripto a respeito de creação do concelho d'Espinho.

Um volume em que se relatassem todas as phases da questão *Feira—Espinho* desde a apresentação do projecto de lei sobre a creação do concelho de Espinho na camara dos Deputados até á creação d'esse concelho constituiria a 1.ª parte d'essa collecção.

Ha, porem, despezas de impressão e brochura a satisfazer, pelo que não posso abalançar-me a esse trabalho sem a garantia da venda de exemplares em numero sufficiente para cobrir tães despezas.

Para tanto abro na secção competente um annuncio respeitante a essa collecção.

O meu unico fim é que tudo quanto se tem escripto com relação a essa questão, as occurrencias da Feira, se não perca a sua noticia nos velhos numeros de jornaes dispersos, organisando-se uma collecção em volumes que ficarão a attestar sempre aos vindouros o que vale a Feira e a violencia dos seus inimigos.

Se a assignatura que vamos abrir chegar para cobrir as despezas, damos como bem empregado o nosso trabalho.

Manoel Ribeiro

CONCELHO D'ESPINHO

Até que emfim!

Foi já nomeada pelo governo a Commissão Municipal do Concelho d'Espinho.

Os nomes dos vogaes d'essa commissão vem publicados no *Diario do Governo* de 13 do corrente.

Em Espinho, na séde d'esse concelho, festejam a estas horas os separatistas a sua victoria; abundam os foguetes, os vivorios e as *luminarias*—tal o programma de ha tanto annunciado!

Começa o povo de Espinho a vêr-se a braços com a miseria que lhe acarreta o estado de coisas no Porto, que já se fez sentir na falta de frequencia este anno d'essa praia—mais carregado está ainda o horisonte, mas os separatistas obrigam o seu povo á folgança, incitam-no para o gaudio, quando o quadro em casa de muitos d'esses populares se antolha triste, pesado, na negra prespectiva d'um anno de fome...

Está satisfeita a vaidade dos separatistas—rufam os tambores, aclamam-se os vencedores emquanto lá no fim da praia o mar vae rugindo, selando a onda que vae corroendo essa praia, ameaçando o seu continuo desvaste dos annos anteriores.

Para enxugar tanta lagrima, para suavisar tanto damno não encontrará o povo de Espinho ao seu lado os seus adoradores de occasião que a irrisão d'este paiz arvorou em seus mentores—os separatistas—não—e os factos o tem comprovado.

Nas terriveis invasões do mar nos annos anteriores, mormente na peior de 1890 quem encontrou o povo d'Espinho ao seu lado?

A Augusta Rainha Senhora D. Maria Pia, a quem as influencias da Feira sollicitaram a esmola para esses pobres que lhes foi concedida por intermedio dos mesmos influentes da Feira, com o bairro ahi construido.

Dos que patrocinaram agora a creação do Concelho de Espinho alguns *d'esses* já entio por lá andaram e contudo nem um favor lhe dispensaram.

Continuam os festejos, mas as ruas porcas, immundas, nenhumas medidas preventivas contra a terrivel epidemia que os ameaça.

Melhoramentos—até hoje nenhuns—nem se quer os taes 400$000 reis para pagarem á Companhia Real dos Caminhos de Ferro as cancellas da Rua Bandeira Coelho.

No entretanto, elles são ricos, são poderosos!

O mar avança, mas as obras do já famoso paredão de defeza nem d'ellas ha memoria.

Teem dinheiro, teem entre a sua gente um quasi engenheiro, pois falta-lhe completar o curso, é aproveitar a sua sciencia na direcção d'essas obras.

E' um dever para esse futuro engenheiro o fiscalisar esse serviço gratuitamente, como compete a quem é tão altruista como se tem manifestado.

Hoje tudo são abraços; amanhã Deus sabe como elles se esgadanharão, porque de tudo que ahi se vae vendo ha de sair muita peripecia com que muito teremos de rir...

Passadas as horas d'alegria, na marcha dos negocios administrativos d'Espinho, sentirão os povos d'Espinho a amarga verdade do que temos deixado dito—e então quando forem queixosos peçam as mais strictas contas aos separatistas, que hoje os abraçam para amanhã lhes voltarem ousadamente as costas.

Folguem, riam, brinquem—divirtam-se até que um dia tenham de amargamente pagar toda essa alegria com o mais pungente arrependimento.

E. V.

SEMPRE AS PREPOTENCIAS GOVERNAMENTAES

Até á data em que escrevemos ainda mais nenhuma transferencia se effectuou n'esta comarca.

D'este governo ha tudo, porém, a esperar de funesto para o nosso concelho.

Emquanto a cidade do Porto está a braços com a peste bubonica e na ameaça mais dolorosa dos effeitos terriveis da fome, a que o pódem levar as descabidas medidas governamentaes, emquanto este estado do Porto se faz sentir em todas as provincias do norte, mormente em todos os concelhos, que como o nosso tão estreitas relações tem com elle, occupa-se o governo a nomear commissões municipaes, na dominante preoccupação da galopinagem eleitoral!

Os negocios d'este concelho tomam especial attenção ao sr. José Luciano de Castro, a attitude sobranceira da Feira—incommoda-o visivelmente, e vendo o governo a fugir-lhe das mãos procura, tenta, dar a ultima de mão ás suas arbitrariedades no concelho da Feira.

As ultimas são por demais ridiculas!

Fez o governo a nomeação d'uma Commissão municipal para a Camara da Feira composta de nomes estranhos á vereação cessante, á excepção d'um, o dr. José Pinto d'Almeida e Castro que se achava licenciado ha mezes.

Tendo, porém, conhecimento de que esses vogaes da Commissão (ponha o sr. José Luciano essa cifra em facto tal altamente significativo) não acceitavam tal cargo, houve então S. Exc.ª por bem formar a Commissão municipal dos mesmos nomes da vereação cessante, preenchendo apenas as vacaturas.

O fim era evidente, porque tinha a excluir o sr. Manoel d'Oliveira Costa e a vereação que lhe é affecta que tem estado sempre lealmente ao lado dos que pugnam pela integridade do Concelho da Feira e fazer assim surgir ao partido regenerador local a idéa de apresentar nas proximas eleições municipaes os nomes dos seus correligionarios para os cargos de vereadores, levantando assim discordias.

Sabida, porém, tal noticia pelo *Seculo* apressou-se a Commissão de vigilancia da integridade do Concelho da Feira, que é actualmente a Commissão eleitoral d'este concelho, em se reunir em conferencia donde resultou o inicio da execução de sua unanime deliberação em apresentarem ao suffragio popular nas proximas eleições municipaes d'este concelho a lista da vereação que o sr. Manoel d'Oliveira Costa, Presidente da vereação cessante, lhes apresentar.

E' assim que o Concelho da Feira responde aos embocas que apregoavam que os movimentos de resistencia da Feira obedeciam a interesses de facção partidaria.

Os nomes dos vereadores cessantes que estiveram ao lado da integridade do concelho e sempre a defenderam [illegible] á sua resolução.

A vereação municipal do Concelho da Feira foi, pois, dissolvida.

Por que razão?

Inculca-se que por ter sido desanexada do Concelho a freguezia d'Espinho.

Nem o Codigo Administrativo, nem as leis administrativas avulsas ordenam tal dissolução.

Aprouve, porém, ao governo fazel-o illegalmente pelos fins que dexamos dito e tambem com a esperança que talvez lhe incutiram de haver nas eleições os nomes dos vereadores cessantes que acompanharam a causa do Concelho da Feira.

O tempo lhes trará a dura desillusão!

O futuro lhes demonstrará as sympathias que n'este Concelho inspiram os seus conselheiros, os que falsamente o têm informado...

—

Começa dura a lição.

O povo d'Espinho já por suas proprias mãos principia a emancipar-se das algemas a que o pretendem acorrentar os pseudos mandões d'Espinho.

Envaidecidos com a creação do concelho d'Espinho entendem meia [illegible]

Jornal da Feira 17 de setembro de 1899.

(N.º 6) FOLHETIM

JORGE OHNET

Negro e Côr de Roza

Traducção de EÇA LEAL

O Canto do Cysne

II

Maud balbuciou algumas palavras confusas. Parecia-lhe que um calor insupportavel lhe queimava [illegible]

[illegible] tudo e a musica preparava-se para tocar novamente. E, sob a influencia do arco magico, a donzella recomeçou o seu extasi e o resto da noite continuou para ella n'um arrebatamento delicioso.

A estada de Marackey, que devia durar sómente alguns dias, prolongou-se por muitas semanas. Os jornaes da America annunciaram que a sua chegada, tão esperada, ficaria addiada. Mas em breve se desenganaram que ella teria logar.

Um invencivel encontro detinha Stenio em Inglaterra. Recusava-se a dar concertos, parecia que desejava fazer esquecer que era artista de profissão. Frequentava assiduamente a alta sociedade, jogava, dançava, [illegible] necessario insistir muito. E apenas cedia a instancias femininas.

Mas Mellivan especialmente tinha o privilegio de vencer as resistencias de Stenio. Uma palavra d'ella era uma ordem para elle. Então pegava n'um violino, fosse qual fosse, tocava com estro as arias mais apaixonadas, como se quizesse derramar esse philtro subtil no coração da sua joven admiradora. E sempre, com effeito, o encanto operava, e Maud, nas azas do sonho, seguia o prodigioso fascinador aonde elle se comprazia leval-a.

O marquez de Mellivan-Grey, personagem muito grave, primeiro secretario do Almirantado, tinha [illegible] propozera-lhe ir passar alguns dias á sua casa, na Irlanda. O nobre lorde resolvera apresentar Marackey á alta sociedade irlandeza, e esse papel de Mecenas lisongeava o seu amor proprio.

Ficára viuvo quando suas filhas eram ainda muito creanças, e havia-as confiado a uma preceptora, já edosa, portanto e timorata. Julgando assim prevenir tudo, vivia descançado. Nunca suspeitára a influencia que Stenio tinha exercido em Maud. Nem uma só vez tinha surprehendido os olhares que sua filha fixava ardentemente no grande artista.

Cheio do orgulho da sua raça, não admittia que uma creança [illegible] ar, cumprimental-o, vá. Attitude de senhor satisfeito d'um servo agradavel. Mas tratal-o de egual para egual, estimal-o? Era uma degradação que não devia conceber a sua velha cabeça de gentilhomem.

Installado no seu dominio de Dunloé, ás portas de Dublin, esperava Marackey havia muitos dias. O musico pedia moratoria sobre moratoria. Dir-se-hia que receava apparecer deante de lord Mellivan. Comtudo, uma manhã, precedido de um telegramma em que annunciava a hora da sua chegada, appareceu.

Apenas a carruagem que o conduzia [illegible]

tários da parte nascente do prédio que hoje pertence a Francisco Plácido de Resende, que faceia a Praça do Doutor Oliveira Salazar pelo lado norte: era neto paterno de Manuel Ribeiro e de Custódia Moreira e materno de Joaquim Manoel de Freitas e Clara Joana Apenceler.

Casou com Maria do Vale de Moura Ribeiro e faleceu referido, com o auxílio de um hábil carpinteiro, filho de um tal João de Freitas, assim como se dedicou à manufactura de miniaturas do Castelo da Feira e de outros monumentos além de outros trabalhos de artesanato, actividades de que se socorreu, sobretudo quando lhe faltaram os meios necessários para poder viver.

Não obstante os esforços que empreguei, mesmo entre os membros da sua família, não me foi possível obter a sua fotografia.

Na vida deste jornal destacam-se três épocas bem distintas: a) — uma que decorre desde a sua fundação, em 20 de Agosto de 1882, até 3 de Agosto de 1902, completando 20 anos, com 1042 números; b) — outra, desde esta data até ao número 1094 de 26 de Julho de 1903 com o qual completou o 21.º ano; c) — outra, desde 3 de Agosto de 1903 até à sua extinção em 10 de Julho de 1904, com a publicação do seu número 1144, quando estava para completar 22 anos.

a)

Durante este período e desde a sua fundação, o Manuel Ribeiro figurou, a princípio, como seu editor responsável, redactor e proprietário, intitulando-se, depois e sucessivamente, como administrador e director: tinha por editor António d'Almeida Júnior.

N.º 1 (N.º 1043) Domingo, 3 de Agosto de 1902 (Anno XXI) Anno 1.º

João de Magalhães
Director

JORNAL DA FEIRA

SEMANARIO PROGRESSISTA

Amarante de Paiva e Sá
Secretario

Jornal da Feira

O programa com que, ha vinte annos, nos apresentamos ao publico compendiava-se apenas em seis artigos, das quaes o quarto tem o seguinte texto:

«Auxiliar aquelle partido politico que melhor cumpra o seu programa, quando este programa nos satisfaça.»

E' do presumir que o publico, que ha vinte annos nos vê, hoje, ao ver-nos entrar no vigesimo primeiro anno, filiados inteiramente no partido progressista, marcando uma nova serie, com um corpo de redacção inteiramente refundido, com novo typo, novo titulo e com melhoramentos materiaes que dia a dia iremos procurando augmentar, tenha uma sensação de surpreza e de admiração.

Se bem que, de ha tempos a esta parte, as nossas affeições convergissem fortemente para o partido progressista, como temos manifestado pela nossa attitude, é certo que nunca opusemos favor das affeições pessoaes, porque nisto nos restava uma esperança, suppomos que nunca frustra, de que se fará justiça a esta terra que tão descaradamente tem sido tratada por quem tinha toda a obrigação de cumprir solemnes promessas feitas, e realisar compromissos d'honra, tratados em especialissimas condições politicas.

Absolutamente desilludidos, e convencidos pela experiencia de duas longas detenas de annos, que a independencia em politica é inutil e ineficaz, resolvemos abraçar as ideas do partido monarchico mais avançado do paiz, á sombra de cuja bandeira d'ora em diante iremos pugnando fazer cumprir os restantes cinco artigos do nosso programa inicial dos quaes o primeiro contem esta doutrina — *pugnar quanto em nossas forças cabe por tudo quanto possa contribuir para a prosperidade d'esta terra* — doutrina que para nós tem sido sempre como que um evangelho.

Ninguem nos poderá acoimar de transfugas, porque nunca tivemos praça assente em partido algum, e eram vez determinados a seguir esta parcialidade politica, ahi permanecemos, já porque detestamos as deseppções, e porque é a consciencia que para lá nos leva, absolutamente convencidos de que do passo que agora damos algumas coisas teremos de bem merecer da nossa terra, cuja prosperidade é o nosso supremo ideal.

E possivel que haja por ahi quem malsine a nossa procedimento, vendo nelle aspirações satisfeitas ou vaidades a envolver.

Os nossos actos nos justificarão.

E demais como a melhor satisfação que podemos ter é a obediencia cega ao que a consciencia dos inflics como bom e util, que nos importa a não que haja oscillas que haja Pantagias?

Já dissemos que o passo que hoje damos é fructo de larga reflexão. Não é a inconsciencia ou o acaso que nos impulsiona a fazer a nossa profissão de fé politica. E' a convicção intima e perfeitamente arraigada de que, procedendo assim, mais uma vez somos patriotas, mais uma vez galhardamos em prol do engrandecimento da Feira.

Reconhecendo a chefia do sr. conselheiro José Luciano de Castro o estadista mais eminente da actualidade em Portugal, pugnamos denodadamente em prol do seu partido, que é também a nossa, mas, por mais vigorosa que a luta seja, por mais encarniçada que se apresente, já nos ultrapassamos as lobrigas da educação, do desenvolvimento entusiasta e da dignidade jornalistica.

Não temos odios nem rancores contra ninguem. Vamos incetar este novo periodo com a mira apenas na realisação das ideas que esperamos.

Justificada assim a nossa attitude, expostos claramente quaes os nobres fins a que visamos, resta-nos fazer a apresentação do pessoal que desde hoje fica á frente d'esta empresa.

A direcção absoluta do jornal é confiada ao sr. dr. João Pereira de Magalhães, um talentoso rapaz a todos sympathico, cujos merecimentos intellectuaes por todos são bem conhecidos. Não lhe falta erudição, nem talento, nem actividade. Um caracter primoroso e um partidario já velho de convicções profundas e decididas.

Fazem parte da redacção o sr. abbade Manoel d'Oliveira Costa, indefectivelmente o homem de maior influencia eleitoral no concelho, velho progressista em quem não escasseiam aptidões de intelligencia, um trabalhador infatigavel, popularissimo e por todos altamente considerado e respeitado. E o actual presidente da camara, cargo que desempenha de ha cinco annos ininterruptamente.

Dr. Gaspar Alves Moreira, conceituado advogado, cavalheiro dignissimo, caracter austero e digno, de reconhecido valor.

Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro, medico pelas Universidades do Porto e de Coimbra, o cavalheiro aspectoral, cujas altas aptidões intellectuaes ahi estão attestadas pelos distinctos cursos que fez.

Manoel Gustavo d'Oliveira e Domingos Augusto de Souza, dois rapazes de provado merecimento e quem não faltam qualidades d'intelligencia e de caracter.

Temos conta da secretaria da redacção o sr. Americo de Bastelle, um moço esperançoso, cheio de vida e de intelligencia, caracter diamantino, cavalheiro irreprehensivel e partidario valentissimo.

Na administração e propriedade fica o fundador do jornal o sr. Manoel José da Silva Ribeiro, o benemerito a quem a Feira deve a primeira emoção d'um jornal.

Haverá ainda collaboração extraordinaria, tanto a parte litteraria a cargo d'um collaborador especial.

Ovala que o nosso jornal continue a bem merecer o favor publico na nova carreira que agora enceta.

E, como lhe compete, ao entrar na sua nova phase o *Jornal da Feira* apresenta os seus cumprimentos aos seus collegas.

O NOSSO ANNIVERSARIO

Passou com o numero mil e quarenta e dois o vigesimo anno da fundação d'este jornal.

Por vezes difficil e laboriosa a sua carreira, temos a satisfação intima de ter cumprido honestamente o nosso dever, e temos a consciencia de termos prestado bons serviços á nossa terra.

Não deixarmos de confessar que alguns excessos nos teem arrebatado, mas, se os teem havido, foram sempre attenuados a um fim nobre e grande, legitimo e indiscutivel — o bem servir a Feira.

Nas lutas que por vezes ahi se teem ferido, e em que interessava de vulto para o concelho se vitalisasse, litigasse com mais ardor e com maior denodo os defensores e seus interesses, ninguem mais encarecidamente e mais delicadamente abraçou a luta em prol das nossas vantagens.

Amantes da justiça e da verdade, nunca negamos elogio a quem a elle tem jus, como sinta deixamos de verberar com todo o vigor e com todo o desassombro que a nos merece cousas feias.

E temos a convicção de que muitas vezes a nossa voz tem sido ouvida, já para evitar determinadas em projecto que iriam se realisar, já para alentar empreendimentos que interessam mais ou menos fundamentalmente a Feira, de levar a effeito.

Não nos propomos fazer apenas o inventario do que temos feito a favor da terra onde nascemos, mas não podemos também ocultar, e com orgulho o dizemos, que a imprensa é e ha de sempre ser a prosaica alavanca que efectivamente ha de mover o mundo.

Seja a imprensa diaria ou periodica, quer pelo jornal quer pelo livro, ha de ser sempre a primeira voz, a primeira indicação e as aprendes a contar tyranos de tiranias.

Sim, porque é este constante explodir do pensamento humano que nos ensina se repartir todas as tiranias.

Foi Guttenberg, talvez inconscientemente, o heroe de arrebatar as trevas em que jaziam, porque, cruzado e conhecimento das letras, garantiu a independencia na ruina.

Da sua escripta estabelecimento do seculo 18 que cada letra d'esse alfabeto que saha de sob os dedos de Guttenberg, contribuia em si mesmo força que se extinguia, que mas e que se cuja dos pontifices.

E de facto é o exercicio da intelligencia que elle armou com a metralha irresistivel da palavra.

A intelligencia e a palavra, eis as duas forças que dominam o homem, e que hão de fornecer a evolução os elementos necessarios para o aperfeiçoamento da sociedade.

E foi d'essa intenção mechanica que se erguem alto e luminoso o sol da sciencia a cujo bem fecente calor o mundo se vivifica e alenta.

Sabemos que por ventura alguns espiritos mesquinhos procurarão as vezes attenuar o valor moral e incontestavel d'esta força prodigio a que o mundo obedece...

Esbora. A sua gravidade é tamanha que, allegando-se, atenuo-se e subtraem-se para as lactas da vida.

A missão da imprensa, quer elogia quer critica, é sempre redimptora, e o seu objectivo é o supremo bem.

Não teremos cabelmente satisfeito aos seus preceitos, é possivel e provavel até, mas salvamos a intenção que sempre tem sido a mais pura e a mais alevantada.

CANCIONEIRO

Coimbra.

MESQUITA DE CARVALHO

E' quasi contagiosa em Portugal a tendencia que poderiamos chamar «pessoaes» ou «caseiras». E' a tendencia de se dizer, que pelo acontecimento ou heroe estudado, o heroe ou o acontecimento, que ahi vem dentro de uma [illegible] que é uma apoteose de toda a gente.

O jornalismo [illegible], com verdadeiros talentos, [illegible] e outros sem mais [illegible].

Muito ha que não nos estabelecemos [illegible] alguem. Temos prazer em [illegible] estas linhas para prestar homenagem ao talento [illegible] e distincto elegante do advogado Mesquita de Carvalho, um residente em Vila do Conde e que entre nós viveu durante algum tempo quando [illegible] a cidade. Pela simples apresentação, revela sua ex.ª um rapaz de qualidades raras. Figura imponente, palavra facil e phrase correcta, cavaco publico e clario de esperiencia.

Na tribuna! Mesquita de Carvalho vestindo aprumadamente a toga negra realça a phrase [illegible] e da sua [illegible]. Dando a austeridade imposta que o faro reclama. O seu discurso na audiencia de 23 de julho finda foi seu verdadeiro e elegantissima dissertação academica em que não esbanja que mais admirar se a folheza da forma se a profundeza dos conhecimentos.

Mesquita de Carvalho arrebata por vezes o auditorio [illegible] e a defesa, pela [illegible] delicadeza [illegible] de [illegible] que [illegible] ou mesmo até o mais [illegible] posta.

O attrapito em questão foi profundamente e lealmente tratado e desenvolvido, quer sobre diversos aspectos profissionaes quer como uma consequencia logica e dificil de diver-

A sua actividade caracterizou-se pela defesa dos interesses locais, nomeadamente na da integridade do concelho da Feira, quando do seu desmembramento com a criação do concelho de Espinho em 1899, sendo então, juntamente com o «Correio da Feira», verdadeiros órgãos da causa da defesa dos interesses da vila e do concelho

dando, assim, o «Jornal da Feira», cumprimento à promessa feita no primeiro número do seu programa, quando fez a sua apresentação: «pugnar quanto em nossas forças caiba por tudo quanto possa contribuir para a prosperidade d'esta terra».

Politicamente, embora iniciasse a sua actividade dentro da norma enunciada no número quatro daquele programa «auxiliar aquele partido político que melhor cumpra o seu programa quando esse programa nos satisfaça», veio a inclinar-se para o partido regenerador que nele tinha o jornal da sua confiança.

Mas, ainda dentro deste período — evoluiu para o partido progressista que no concelho era chefiado pelo abade Manuel d'Oliveira Costa, que então era presidente da Câmara Municipal da Feira, conhecido por abade Costa ou abade de Arrifana por ter, durante muitos anos, paroquiado esta freguesia do concelho e que era natural de Milheirós de Poiares, também deste concelho da Feira.

Isto provocou a fundação do «Correio da Feira» como órgão daquele partido. Assim o afirmou este jornal no seu número de 23 de Julho de 1904, com áspera censura ao «Jornal da Feira». «Estão na memória de todos os acontecimentos de há sete anos, em que pela deslealdade do «Jornal da Feira» tivemos que fundar o «Correio» para vir à imprensa em defesa do partido regenerador que aquele abandonara. Então o sr. Manuel José da Silva Ribeiro, proprietário do «Jornal da Feira» desamparando os regeneradores, seguiu aberta e ostensivamente os progressistas...»

No dizer deste «Correio» a filiação do «Jornal da Feira» no partido progressista data de 1896.

Em 30 de Julho de 1899 (número 887) o «Jornal da Feira» proclama a sua independência perante os partidos políticos, nomeadamente do progressista pelo qual combatia para se dedicar, exclusivamente, à luta pela integridade do concelho da Feira, por certo muito ressentido com a atitude do chefe daquele partido, conselheiro José Luciano de Castro, que presidia ao ministério que criou, então, o concelho de Espinho.

Mais tarde retomou a defesa dos interesses do mesmo partido até ser reconhecido como seu órgão neste concelho.

O «Jornal da Feira» chegou a anunciar a sua extracção em 1200 exemplares (número 893, de 17 de Setembro de 1899).

b)

No segundo período, ou seja desde o dia 3 de Agosto de 1902 (número 1043), tomou a posição de órgão do referido partido progressista sob a direcção do Dr. João de Magalhães (João Pereira de Magalhães), mantendo-se, como seu editor, aquele António d'Almeida Júnior e, como seu proprietário e administrador, o referido Manuel Ribeiro que o jornal apelidou de «benemérito a quem a Feira deve a primeira creação d'um jornal»: aparece como secretário Américo de Resende.

O Dr. João de Magalhães nasceu em Torres Vedras em 22 de Maio de 1873, quando seu pai aí era magistrado, descendendo duma distinta família de S. Jorge, do concelho da Feira: — seu pai foi o distinto Desembargador Dr. Joaquim Pereira de Magalhães e sua mãe D. Luísa Augusta Coelho da Rocha. Bacharel formado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fixou-se na Vila da Feira, onde exerceu com grande permanência e brilho, a profissão de advogado. Militando no partido progressista, foi eleito deputado pelo círculo de Aveiro, (em 1906 e 1910) de que fazia parte o concelho da Feira sendo designado secretário da Câmara dos Deputados, onde se estreou em 22 de Novembro de 1906. Foi presidente da Câmara Municipal da Feira, nas vereações de 1907, 1908, vice-presidente e vereador em outras gerências, sócio da Sociedade de Geografia e Secretário Geral da Província de Macau por duas vezes, a primeira em 1918 e a segunda em 1926.

Dr. João Pereira de Magalhães

bibRIA

Foi aí Governador interino de 5 de Abril de 1929 a 30 de Março de 1931, onde desempenhou as funções de Encarregado do Governo, de 15 de Outubro de 1931 a 21 de Junho de 1932.

Faleceu naquela Província, e no exercício daquele cargo de Secretário Geral, em 9 de Agosto de 1933.

Muito culto, era de um trato muito distinto, tendo manifestado sempre a sua grande dedicação pela vila e concelho de Feira, na defesa dos quais sempre se esforçou.

Fez parte de vários elencos de actores amadores que tanto se evidenciaram na vila, em récitas que ficaram memoráveis.

O referido Américo de Rezende (Américo Soares de Rezende) nasceu na freguesia de Sanfins, deste concelho da Feira, em 29 de Abril de 1875, sendo seus pais António Joaquim de Rezende e sua mulher Maria Soares da Mota, tendo falecido em 10 de Outubro de 1913.

Foi durante muitos anos ajudante do escrivão-notário (2.º ofício) José Candido Marques de Azevedo, salientando-se, também, como actor amador e organizador de festas no distinguido meio social da Feira, de então.

Foi vereador da Câmara Municipal da Feira de 1908 a 1910 e administrador do concelho (1911).

No artigo de fundo daquele número 1043 quando o jornal dá a explicação da sua filiação política, reconhecendo a chefia do conselheiro José Luciano de Castro, proclama os méritos do seu referido director, o referido Dr. João de Magalhães «Um caracter primoroso e um partidário já velho de convicções profundas e dedicadas» que, então, era o vice-presidente da Câmara Municipal.

Confessa que de há muito as suas afeições políticas convergiam para o partido progressista, acrescentando «Absolutamente desiludidos e convencidos pela experiência de duas longas dezenas de anos que a indepnedência em política é inútil e ineficaz, resolvemos abraçar os ideais do partido monárquico mais avançado do país... ninguém nos poderá acoimar de transfugas porque nunca tivemos praça assente em partido algum».

Parece, por isto, que quando teve tendência regeneradora, como o acusa com acrimónia o citado «Correio da Feira» de 23 de Julho de 1904, era apenas «político miliciano».

Refere, como fazendo parte da redacção, o já aludido abade Manuel d'Oliveira Costa, Dr. Gaspar Alves Moreira, Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro, Manuel Caetano d'Oliveira e Domingos Augusto de Sousa.

A parte literária, como se diz no referido artigo, ficava a cargo de um colaborador especial.

Ainda durante este período o jornal continuou a ser impresso na tipografia municipal.

c)

Neste terceiro e último período, que teve início com o n.º 1095 em 12 de Agosto de 1903, deixaram de ser, aqueles, director e secretário: embora o jornal não designasse quem o dirigia, o certo é que o Manuel Ribeiro assumiu, de novo, a responsabilidade do cargo, assim como ficou a ser o editor a partir do número 1129 de 27 de Março de 1904, conservando-se no exercício de todas as funções dentro do jornal, até à sua extinção.

A 10 de Julho de 1904, em suplemento ao n.º 1144, Manuel José da Silva Ribeiro, anunciou estar inibido de continuar a publicação do jornal por a aludida tipografia municipal, onde ele ainda se imprimia, ter sido arrematada pelo proprietário e administrador do jornal «Progresso da Feira» — Domingos Augusto de Sousa.

A partir do referido n.º 1095, o jornal retomou a antiga numeração. Do «Jornal da Feira» foram colaboradores, o dr. Eduardo Vaz de Oliveira, além dos referidos vultos do partido progressista.

Publicou em folhetim — «Feira Espinho 1.ª parte. A contribuição do concelho de Espinho» seguido do aditamento. «Passagem do concelho da Feira para o Distrito do Porto», o que tudo teve seu início em 27 de Outubro de 1901, (n.º 1003).

O Dr. Zagalo dos Santos, no referido artigo publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. 9.º pág. 157, diz que este jornal se publicou em 1881, quando é certo que teve o seu início em Agosto de 1882 e seu termo em Julho de 1904 durando, assim, cerca de 22 anos.

Também foi referido no trabalho de Carneiro da Silva (cit. Arquivo vol. 9.º pág. 297) e no «Comercio da Feira» (n.º 33 de 14 de Agosto de 1902).

Xavier da Silva, na citada obra «Jornais Portugueses» diz a pág. 86 «Jornal da Feira» 1882.

Deste «Jornal da Feira» existem poucos números na Biblioteca Nacional de Lisboa e alguns na Municipal da Feira.

Tenho no meu arquivo uma colecção desde o número 885 — até final, Manuel José da Silva Pereira, merece uma especial referência de louvor por ter tido a iniciativa de fundar o primeiro jornal da Feira e de o ter mantido durante tantos anos, através de muitos sacrifícios.

A ele se deve a publicação de mais jornais e revistas, pois além de ser fundador, proprietário e dirigente, durante muitos anos, deste «Jornal da Feira» (1882 - 1904):

a) — fundou e editou, juntamente com seus irmãos, a revista «Miscelanea Musical» (1883-1884), continuada por «Eurico», da qual foi editor juntamente com seu irmão Joaquim;

biblRIA

b) — fundou e foi proprietário do «Diário dos Anuncios» (1885);

c) — Montou o «Campeão da Feira» (1885).

O «Jornal da Feira» além do interesse que tem, como primeiro jornal publicado na Feira, torna-se agradável pela sua apresentação, no estilo da época, com regular impressão, colaboração apreciável e respeitadora e muito devotado à Feira.

Saía regularmente e parece, pelo que ele anunciava, que tinha muitos assinantes.

2

O FEIRENSE

Este semanário iniciou a sua publicação em 23 de Março de 1883: publicava-se aos sábados com 4 páginas, cada uma com 5 colunas e com a dimensão de 0,48 x 0,325.

A sua existência não ultrapassou 1898, pois a partir de 15 de Outubro deste ano começou a imprimir-se o jornal que lhe sucedeu, a «Voz da Feira», sendo certo que ainda existia em 19 de Março de 1898, data em que, com o seu n.º 781, começou o 16.º ano. Imprimia-se no lugar das Eiras, n.º 803, onde estavam instaladas as oficinas, redacção e administração.

Não consegui encontrar o seu primeiro número e, assim, não me foi dado conhecer o programa aí enunciado. Apenas posso reportar-me ao que aquele número 781 anunciava, em seu artigo de fundo: «O programa que traçamos no primeiro número é ainda o mesmo que hoje adoptamos. Estamos no mesmo campo e influenciados pelas mesmas crenças...»

A sua tendência política era a favor do partido progressista.

Deste jornal existem alguns números na Biblioteca Municipal da Feira (nomeadamente dos anos 12, 15 e 16).

Foi seu proprietário, director e editor responsável, João José Ferreira que sucessivamente se foi designando redactor principal, editor responsável, editor e redactor principal. Em 22 de Março de 1897 aparece como editor responsável seu pai, José João Ferreira.

Veio, em criança, do Porto para a Feira com seu

N.º 580 SABBADO 8 DE JULHO DE 1898 11.º ANN

O Feirense

ASSIGNATURA
Feira, anno, 600 reis. Pelo correio 800 reis

TODA A CORRESPONDENCIA DEVE SER DIRIGIDA AO PROPRIETARIO, DIRECTOR E EDITOR RESPONSAVEL
JOÃO JOSÉ FERREIRA

PUBLICAÇÕES
1.ª publicação 60 rs. a linha. Repetições 40 rs.

CALENDARIO DE JULHO

Sab...	1	8	15	22	29
Dom..	2	9	16	23	30
Seg...	3	10	17	24	31
Terç..	4	11	18	25	—
Quart.	5	12	19	26	—
Quint.	6	13	20	27	—
Sext..	7	14	21	28	—

Q. ming. no dia 6 á 9 h. e 29 m. da t.
L. nova no dia 13 aos 11 m. da t.
Q. cresc. no dia 20 ás 4 h. e 26 m. da t.
L. cheia no dia 28 ás 7 h. e 33 m. da tarde

Villa da Feira

desdenhar das crenças religiosas, em que fomos embalados na infancia. Substituem Deus pela rasão fria e alcunham de rediculas as orações, que nos ensinaram a dirigir à Providencia. Os espiritos fortes do ultimo quartel d'este seculo, os que se arroraram em directores e defensores do povo, não cessam de dizer lhe, que a fé é um absurdo e um ultrage ao raciocinio. Por estas e outras doutrinas de egual importancia e utilidade, é que nós estamos ricos, civilisados, instruidos e respeitados do estrangeiro. Se não fosse os taes fiscaes da independencia e

só pelo pequeno movimento que houve na bolsa de Lisboa, como tambem por quasi todos os valores têrem frequejado no sabbado, não podendo aguentar as cotações da semana anterior, e que tinham sustentado *tant bien que mal* durante os primeiros dias. Talvez que o dia santo encravado na semana, e principalmente o facto de ser fim de semestre, em que ha sempre liquidações de vulto, concorressem para essa depressão. O que é certo, porém, é que o unico papel que se sustentou foram as inscripções, pela rasão de

10 7/8. Isso, porém, nada influiu nos cambios de Lisboa sobre Londres e Paris, apezar de ter havido bastantes remessas a fazer, por causa da liquidação de contas semestraes. O de Londres até melhorou um pouco, fazendo-se o cheque a 43 3/4. Sobre Paris continuou a taxa de 653. E as libras não poderam alcançar mais de 950 réis, agio egual ao das duas ultimas semanas.

—

Parece que o governo está resolvido a apresentar ao parlamento uma proposta de lei, pedindo auctorisação para sancionar o accordo ne-

de Lisboa, durante a semana ultima, foi o seguinte:

Titulos do Estado—As inscripções, com o juro recebido, alcançaram 28,40 a 28,50 as de assentamento, e 28,30 a 28,40 as de coupons. A divida externa esteve bastante firme a 28,40 e com algum movimento. O emprestimo de 4 1/2%, que chegou a obter 36$500 reis baixou no sabbado para 36$. O de 4% não alcançou mais de 31$500. E o de 4% com premios, teve bastante movimento a 13$000 reis.

Obrigações particulares—As da Companhia Predial aguentaram, muito firmes e com procura, as cotações de 91$500 para as de 6%, e 86$000 reis para as de 5%. Dos outros typos não appa-

bibRIA

João José Ferreira (reprodução do n.º 907 do Jornal da Feira de 24 de Dezembro de 1899)

referido pai que se estabeleceu com oficina de sapataria nos baixos da casa, hoje dos herdeiros de José Soares de Sá, na Praça do Dr. Gaspar Moreira, que ao tempo pertencia ao Desembargador Castro Matoso. Casou com uma senhora desta Vila, irmã de uma tal Emília do Lambro, que há cerca de 70 anos morreu num incêndio ocorrido numa dependência da Igreja da Misericórdia, desta Vila.

João José Ferreira amanuense da Câmara Municipal e, em 1899, abandonou a Vila da Feira por ter abraçado a causa da emancipação do concelho de Espinho.

Aqui, ocupou o lugar de secretário da Câmara Municipal.

O Dr. Zagalo dos Santos informa, no seu já referido trabalho, que este semanário foi «jornal progressista primeiro e depois republicano. Direcção de José João Ferreira. Saiu o 1.º número em 23 de Março de 1883».

Há equívoco no nome, pois José João Ferreira, era o pai, assim como na referência à defesa dos princípios republicanos. Este jornal também é mencionado no citado n.º 33 de 14 de Agosto de 1902, do «Comércio da Feira» dizendo-se, aí, que começou a sua publicação em tipografia especial.

Foi neste jornal que José Soares de Sá, que veio a ser o director do «Correio da Feira», que ainda se publica, iniciou a sua actividade profissional, como empregado de administração.

«O Feirense», além de se propôr defender os interesses locais, missão que não lustrou, era um jornal noticioso, político à moda de então, com várias secções, como revista financeira, correspondências diversas e poesias, entre elas algumas de Guilherme Braga. Na B. M. da Feira existem números deste jornal.

3

MISCELLANEA MUSICAL

Em 15 de Abril de 1883 (Domingo) iniciou-se, nesta Vila, a publicação do quinzenário de revista musical, intitulado «Miscelanea Musical», da qual foram editores, a princípio, Joaquim Ribeiro & Irmãos, revista que conseguiu reunir, no primeiro ano, 24 números e, no segundo, seis e um suplemento.

Saiu regularmente, de quinze em quinze dias, deixando, apenas de se publicar no mês de Abril de 1884, na transição do 1.º para o 2.º ano, que teve o seu termo com o suplemento ao número 6.

A «Miscelanea Musical», com o formato de 0,35x0,26, tinha 4 páginas com 2 colunas cada uma, com diversos artigos, acabando pelo noticiário. Cada número era acompanhado de uma música, tendo algumas (2, 3, 4, 6, 7 e 8) a inscrição — Grv J. Ribeiro — Vila da Feira.

Pelo menos a partir do 2.º ano, os números eram revestidos por uma capa que se reproduz em fotografia.

Até ao n.º 20 o texto foi impresso na tipografia municipal da Feira onde se imprimia o «Jornal da Feira» que era propriedade e editado pelo Manuel José da Silva Ribeiro, irmão do Joaquim Ribeiro falado no cabeçalho da revista: a partir do n.º 21 passou a ser editado na tipografia de Manuel Luís de Sousa Ferreira, da cidade do Porto, mas o 2.º volume já aparece como editado na Vila da Feira.

Este Joaquim Ribeiro (Joaquim José da Silva Ribeiro) que nasceu na Vila da Feira, em 30 de Abril de 1848, era filho legítimo do já aludido Manuel da Silva Ribeiro e de sua mulher Marcolina (ou Miquelina) de Freitas Apenceler.

Teve como irmãos germanos: o já referido Manuel José da Silva Ribeiro Júnior, fundador do «Jornal da Feira» que, como dissemos, nasceu a 8 de Março de 1850; Clara Apenceler de Freitas, nascida em 2 de Junho de 1851, que casou com José Maria Fernandes Pereira —

bibRIA

— Xabregas; Augusto que nasceu em 7 de Janeiro de 1853; Camila nascida em 15 de Dezembro de 1855; Marcolina, nascida em 20 de Abril de 1857 e António, nascido em 9 de Dezembro de 1858.

Todos nasceram na Vila da Feira.

Não sei quais destes irmãos foram os associados do Joaquim Ribeiro como editores da revista: se todos, ou só parte deles.

No 2.º ano são designados como editores, Joaquim Ribeiro & Irmão, sendo de presumir que este fosse o aludido Manuel.

No volume, propriedade do maestro António de Melo, encontra-se a seguinte anotação de Artur Boaventura Abranches Nogueira, que talvez tivesse sido proprietário desse volume: «As correspondências de Lisboa para a «Miscelanea Musical» e para o «Eurico» (de que se publicaram os cinco números aqui juntos) assinadas com o pseudónimo de Ruy Blas, são minhas».

O número 6 do 2.º ano, ou o seu referido suplemento (não se pode averiguar a qual pertence) é acompanhado de uma valsa — Polka de Miguel Angelo, dedicado à sua discipula D. Maria S. Vasconcelos Leão.

Este número já foi orientado por este grande maestro, da cidade do Porto, como expressamente se reconhece no artigo de fundo do 1.º número do «Eurico»

DOMINGO 15 DE ABRIL DE 1883

MISCELLANEA MUSICAL

QUINZENARIO DE REVISTA MUSICAL

EDITORES—Joaquim Ribeiro & Irmãos

1.º ANNO | VILLA DA FEIRA | NUM. 1

MISCELLANEA MUSICAL

Ha muito que em Portugal se notava a absoluta carencia de um jornal que se dedicasse unica e exclusivamente ao estudo e á apreciação das diversas producções musicaes que quotidianamente são postas em circulação, tanto no nosso paiz como no estrangeiro.

Por diversas circumstancias que nos não é dado apreciar, nunca se tractou de preencher tão sensivel lacuna, que nem mesmo o nosso pequeno e modestissimo desenvolvimento artistico podia, por forma nenhuma justificar.

A musica, disse Victor Cousin, é, sem contradicção, a arte mais intima, mais profunda, mais penetrante; physica e moralmente ha entre um som e a alma uma analogia expressiva: para que a alma é um echo onde o som toma uma nova cadencia. O poder supremo da musica é indicar á imaginação um vôo sem limites de prestrar-se com uma docilidade assombroza a irritar ou a acarinhar os nossos habituaes sentimentos, as nossas predilectas affeições, ao som da mais simples melodia; é sem contestação a arte por excellencia.

Os paizes ainda os mais atrazados n'este ramo de conhecimentos, dispõem d'um e mais orgãos onde de uma maneira especial se ventilam as questões musicaes, já cuidando do progresso e desenvolvimento da arte musical, já registrando os diversos commettimentos artisticos de seus filhos. Não vimos com pretensões illusorias de obviar a essa falta de uma maneira infallivel. O que comtudo asseveramos é que, o que nos falta em forças e competencia sobra-nos em diligencia e boa vontade.

O prezente numero da *Miscellanea Musical*, que hoje vê a luz publica, não é decerto o que poderão vir a ser todos os que se seguirem, em que já a pratica adquirida nos possa pôr no encalço do melhor meio de satisfazer o gosto dos nossos leitores.

Emprehenderemos todos os melhoramentos e todas as innovações de que este quinzenario for susceptivel, e todos os progressos n'esse sentido serão postos em pratica no limite de nossas forças e desejos, para o que envidaremos todos os esforços nossos e de boa vontade acolheremos todos os conselhos d'aquelles que se interessam pela vida e prosperidade da *Miscellanea Musical*.

WAGNER E O «LOHENGRIN»

I

A SUBLIME partitura wagnerianna teve um verdadeiro e imponente successo, na sua primeira exhibição no theatro de S. Carlos. O *Lohengrin*, foi magistralmente executado não unicamente pelos primeiros artistas mas tambem pelos córos. A orchestra, excellentemente instrumentada e dirigida pelo insigne *maestro* Dalman, houve-se brilhantemente. A opera foi posta em scena com grande esmero e luxo.

Depois de varias tentativas para levar aqui á scena uma das operas de Ricardo Wagner, tivemos ensejo de assistir a essa primeira audição da opera do excelso compositor da *musica do futuro* e que maior numero de audições tem tido fóra da Allemanha e da Austria.

A musica de Wagner é apenas um assombro de difficuldades e de originalidades, e as suas theorias, tão discutidas em todos os paizes mais adiantados na arte musical, teem soffrido ampla apreciação, pugnando-se pró e contra o systema seguido por Wagner para reformar a musica dramatica. As obras do grande *maestro* teem-se imposto como uma das fórmas mais logicas do theatro lyrico e as representações do *Lohengrin* em S. Carlos chamaram a attenção dos que prezam a arte nas suas mais elevadas manifestações e não procuram ouvir uma opera apenas por mera recreação.

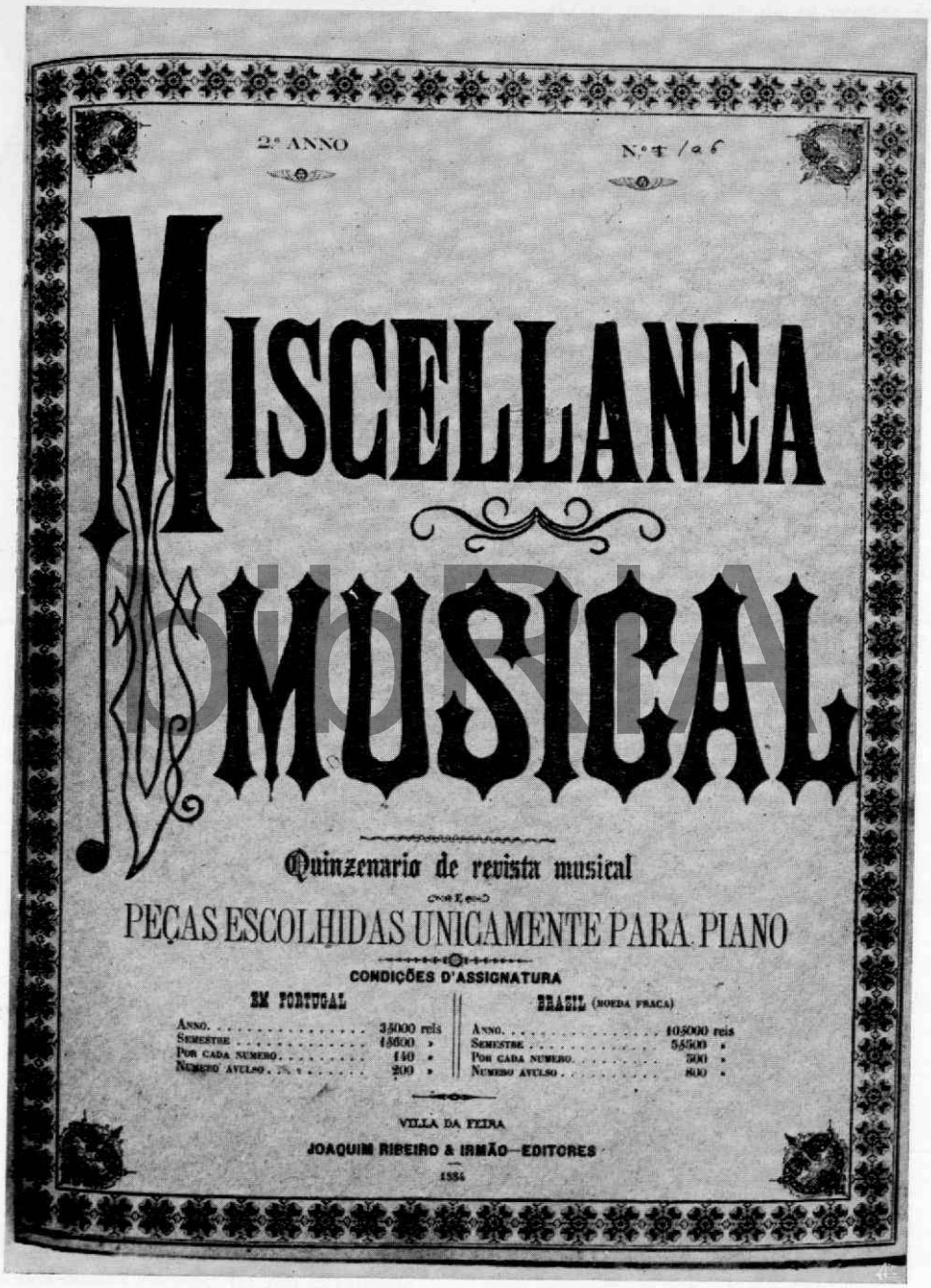
Embora a nossa educação musical seja menos cuidada do que na Allemanha, não se segue d'ahi que as composições musicaes que, como as de Wagner, não teem o caracter cosmopolita das mais notaveis producções da arte contemporanea por pertencerem de uma maneira essencial ao paiz que as inspirou e do qual se reflectem dos defeitos e das bellezas, ellas não possam ser apreciadas no conjuncto pelos nossos mais distinctos amadores e professores.

As primeiras tentativas de Weber, tendentes a realizar n'um *ensemble* caracteristico a opera nacional allemã, foram secundadas por Wagner ao escrever os poemas das suas operas estrahindo-os, quasi todos, das lendas allemãs. E comprehende-se bem que na Allemanha se procure exaltar o genio de um compositor profundamente nacional, tanto pelo seu nascimento, como pelas suas ideias e tendencias. Wagner soube conservar-se allemão, mas a ma-

que se editou em continuação da «Miscelanea».

No artigo de fundo de apresentação (número um do ano primeiro), denuncia-se a finalidade e oportunidade da sua publicação nos segintes termos.

«Há muito que em Portugal se notava a absoluta carência de um jornal que se dedicasse única e exclusivamente ao estudo e à apreciação das diversas produções musicais que quotidianamente são postas em circulação, tanto no nosso país como no estrangeiro. Por diversas circunstâncias que não nos é dado apreciar, nunca se tratou de preencher tão sensível lacuna, que nem mesmo o nosso pequeno e modesto desenvolvimento artístico podia, por forma nenhuma justificar... Os países ainda os mais atrasados neste ramo de conhecimentos, dispõem d'um e mais orgãos onde de uma maneira especial se ventilam as questões musicaes, já cuidando do progresso e desenvolvimento da arte musical, já registando os diversos commetimentos artisticos de seus filhos. Não vimos com pretensões illusorias de obviar a essa falta de uma maneira infallivel. O que contudo asseveramos é que, o que nos falta em força e competencia sobra-nos em diligência e boa vontade...»


2.º ANNO

N.º 4 /a 6

MISCELLANEA MUSICAL

Quinzenario de revista musical

PEÇAS ESCOLHIDAS UNICAMENTE PARA PIANO

CONDIÇÕES D'ASSIGNATURA

EM PORTUGAL		BRASIL (MOEDA FRACA)	
Anno	3$000 reis	Anno	10$000 reis
Semestre	1$600 »	Semestre	5$500 »
Por cada numero	140 »	Por cada numero	500 »
Numero avulso	200 »	Numero avulso	800 »

VILLA DA FEIRA

JOAQUIM RIBEIRO & IRMÃO—EDITORES

1884

A iniciativa e os propósitos foram ousados: se é certo que não se pode atribuir à revista, extraordinário

mérito, é de justiça anotar o amor que os seus editores votavam à música e a esperança em que em si mesmo depositavam de bem a servirem.

Na referência que lhe fez o «Comercio da Feira», no citado n.º 33, diz-se que esta revista foi fundada pelo Manuel da Silva Ribeiro sob a firma Joaquim Ribeiro & Irmão, sendo impresso na tipografia municipal, tendo saído 36 números; a referência ao local de impressão deve-se corrigir nos termos atrás referidos.

Também a esta revista se refere o Dr. António Zagalo dos Santos, no seu referido artigo publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro, designando-a como «quinzenário de revista musical e peças escolhidas para piano», atribuindo-lhe erradamente a direcção ao Dr. Aguiar Cardoso.

Xavier da Silva, na mencionada obra «Jornaes Portugueses» a pág. 101, diz «Miscelânea Musical — 1883 — — Vila da Feira e Porto — seguido de Eurico».

A Bibliophilie Musicale de Michel'Angelo Lambertini MCMXVIII, descreve esta revista sob o n.º 2058 como «Miscelânea Musical — Vila da Feira 1 année 1883-4, n. 1, 3 a 24 — II année — 1884 n. 1 a 6, dernier de la publi.»

Não obstante o referido, podemos afirmar que também existe n.º 2 que já compulsei, na colecção pertencente à senhora D. Gilberta Xavier de Paiva, colecção que é formada pelos primeiros 22 números do 1.º volume com falta, apenas, do n.º 6 de 1 de Dezembro de 1883.

Na colecção, encadernada, que pertence ao referido maestro António de Melo, pode-se admirar quase toda a colecção, à qual apenas falta o n.º 2: por certo, foi esta colecção que informou a mencionada Bibliografia Musical. São duas colecções muito raras, sobretudo esta última.

Além destas duas colecções, únicas que conheço, sei que há um exemplar do número um, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Já o artigo de fundo do n.º 1 do «Eurico» começava por afirmar que, por se terem, já então, esgotado alguns números da parte literária da «Miscelanea», era impossível obter a colecção completa.

4

EURICO

À «Miscelânea Musical» sucedeu outra revista de música — «Eurico», designada por «Quinzenário de revista musical» de que foi redactor o grande maestro e distinto professor de música Miguel Angelo (Miguel Angelo Pereira), continuando a ser editores os referidos Joaquim Ribeiro & Irmão: no seu cabeçalho inscreve «Agência Geral — Rafael Angelo — Rua Formosa 325, Porto.

O seu formato era igual ao da «Miscelanea» com igual número de páginas. Deste jornal publicaram-se 5 números, sendo o primeiro em 15 de Setembro de 1884 (segunda feira) e o quinto em 30 de Novembro do mesmo ano (domingo): cada um era distribuido protegido com uma capa de papel, subscrita por Rafael Bordalo Pinheiro cuja fotografia se publica, na qual se repetem aqueles dizeres com o acréscimo de «escolhidas peças de teatro», nomeando-se Miguel Ângelo como redactor principal e Rafael Ângelo como único agente em Portugal.

No artigo de fundo daquele primeiro número e com o título de «Expediente» explica-se a razão por que se suspendeu a publicação da «Miscelanea Musical» e se deu início, em continuação, à publicação desta nova revista: «o Eurico apresenta-se literàriamente de lança em riste para combater tudo e todos que por obras ou acções venham empanar o brilho da Arte ou prejudicar o bom nome de artista, e de coração magnânimo para exaltar méritos e registar virtudes onde quer que as hajam. Musicalmente publicará com preferência as obras de compositores portugueses de verdadeiro e reconhecido mérito e d'entre as composições de extranhos, escolherá aquellas que possam auxiliar os bons professores na educação musical dos seus discipulos. A competencia do nosso redactor garante a execução d'este programa».

Nos seus números ocupava-se, além do mais, de problemas de educação musical (Hector Berlioz), com conselhos aos professores de piano (por Felix de Coupper), noticiário, com publicação, em cada número, de uma música consagrada.

No seu número quatro presta homenagem ao fundador do «Comércio do Porto» Manuel de Sousa Carqueja, por ocasião do seu falecimento.

Confirmando o que já anteriormente foi dito, Miguel Angelo já tinha colaborado no último número de «Miscelanea Musical» (ano II n.º 6).

Claramente se diz naquele «Expediente». «Todavia para completar a colecção publicada sob a direcção do snr. Miguel Angelo é necessário obter o 6.º número de Miscelanea (2.º anno), que esta empresa enviará aos seus assignantes que o reclamarem pelo preço da assignatura por numero».

A biografia de Miguel Angelo Pereira e um breve estudo sobre a sua obra, estão publicadas na Grande Enciclopedia Luso-Brasileira, vol. 21 fl. 162, de onde extratamos e em resumo:

Foi um grande maestro, professor de música e compositor de envergadura no Porto, tendo nascido em Barcelinhos em 27 de Janeiro de 1843, sendo filho de Bento de Araújo Pereira, com quem aprendeu música. Veio a batisar-se no Porto, onde seus pais viviam.

Na sua infância, o pai teve que emigrar para o Brasil por motivos políticos e ele ficou, em Portugal, a valer à família com os poucos rendimentos que tinham,

bibRIA

amparados pelas gratificações que recebia, por ajudar à missa. Indo para o Brasil, tirou o curso do Conservatório, onde se distinguiu como pianista. Regressando a Portugal, com 20 anos, iniciou a sua carreira ascensional como professor e compositor. Nesta actividade notabilizou-se produzindo várias obras, entre elas — um Te Deum — a quatro vozes a grande orquestra, executado quando, no Porto, se inaugurou a estátua de D. Pedro V e uma marcha «Progredior» executada em 1865, aquando da exposição Universal do Porto, por orquestra, banda e órgão. Entretanto, orientado pelo artista francês Widor, tornou-se um organista distinto.

Mas a sua glória atingiu a maior altura com a composição, em 1865, da ópera «Eurico», com base no célebre livro, do mesmo nome, de Alexandre Herculano, representada em S. Carlos em 1870, no Porto no teatro de S. João em 1874, onde mereceu a oferta de uma batuta de prata, e no Rio de Janeiro em 1878.

Tudo isto se desenvolveu numa época em que no Porto havia «intensa actividade musical, em que se admiravam outros grandes artistas».

O valor de Miguel Angelo e da sua obra foram exaltados pelo poeta Guilherme Braga e pelo grande arqueólogo e crítico de arte Dr. Joaquim de Vasconcelos, marido da Doutora D. Carolina de Michaëlis.

No Porto, fundou e dirigiu a Sociedade do Quarteto, que mais tarde foi integrada no Orfeão Portuense.

No dizer daquela Enciclopédia, a publicação do

«Eurico» teve «o fim único de desenvolver campanhas de baixo insulto contra os artistas e os criticos», campanha de escândalo, aliás já enunciada no artigo de fundo do primeiro número desta revista, atrás transcrito em parte.

Foi o início do declínio do artista que se pronunciou, sobretudo, a partir de 1885 devido ao seu temperamento irascível, que o levou, no fim da sua vida, a recolher a uma casa de saúde do Porto, onde veio a falecer a 1 de Fevereiro de 1901.

Além das referidas obras deixou muitas outras, algumas das quais foram editadas ainda em sua vida.

Do exposto vê-se que, Miguel Angelo, escolheu para esta revista o nome da sua principal obra e que maior nome lhe deu, como compositor, — «Eurico».

A este distinto maestro refere-se o Dicionário de Música Ilustrada de Tomás Boalle e Fernando Lopes Graça, pág. 362 e 363, Vol. I-Z (2.º) 1958.

ANNO I — SEGUNDA-FEIRA 15 DE SETEMBRO DE 1884 — N.º 1

ASSIGNATURAS
CONTINENTE E ILHAS
Anno 3:000
Semestre 1:600
Por cada numero . 150
Avulso 200
Annuncios
Na capa, cada linha 60 reis. Repetições 50 % de abatimento.

EURICO

Quinzenario de revista musical

ASSIGNATURAS
BRAZIL
Anno 10:000
Semestre 5:500
Avulso 800
Annuncios
Os snrs. assignantes tem 25 % de desconto no preço estabelecido por linha.

EDITORES
JOAQUIM RIBEIRO & IRMÃO
VILLA DA FEIRA

AGENCIA GERAL
RAPHAEL ANGELO
RUA FORMOSA N.º-325
PORTO

REDACTOR
MIGUEL ANGELO
PORTO

EXPEDIENTE

A REPENTINA affluencia de novos assignantes, collocando-nos na impossibilidade de satisfazer ao seu justo desejo de obter a collecção completa da *Miscellanea* em consequencia de se nos haver esgotado alguns numeros da parte litteraria, determinou-nos a encetar a publicação do *Eurico* em continuação da *Miscellanea*, liquidando com os nossos antigos assignantes a parte correspondente a um trimestre, que tanto representa os seis numeros publicados do 2.º anno.

O *Eurico* apresenta-se, litterariamente, de lança em riste para combater tudo e todos que por obras ou acções venham empanar o brilho da Arte ou prejudicar o bom nome de artista, e de coração magnanimo para exaltar meritos e registrar virtudes onde quer que as haja. Musicalmente, publicará com preferencia as obras de compositores portuguezes de verdadeiro e reconhecido merito e, d'entre as composições de extranhos, escolherá aquellas que possam auxiliar os bons professores na educação musical dos seus discipulos.

A competencia do nosso redactor, garante a execução d'este programma.

A substituição pois, representa um melhoramento que, e d'isto nos persuadimos, não prejudicando os nossos antigos assignantes (a quem pedimos a continuação do seu favor), facultará ás pessoas que agora nos honram ou queiram honrar protegendo a nossa civilisadora empreza, collecionar o *Eurico* independentemente da *Miscellanea*.

Todavia, para completar a collecção publicada sob a direcção do snr. Miguel Angelo, é necessario obter o 6.º numero da *Miscellanea* (2.º anno), que esta empreza enviará aos snrs. assignantes que o reclamarem pelo preço da assignatura «por numero».

E' ao nosso unico agente em Portugal, snr. Raphael Angelo—rua Formosa n.º 325—1.º Porto, que deve dirigir-se toda a correspondencia relativa á administração do *Eurico*.

O Miserere de Gregorio Allegri

UMA das mais inspiradas composições de Gregorio Allegri, (musico italiano que viveu no seculo XVII) é um miserere em sol menor, que elle compôz expressamente para a Capella Pontifical de Roma, e que, em consequencia do seu grande merecimento, só se executava nas maiores solemnidades. Guardavam-no cuidadosamente nos archivos do Vaticano, e, o imprudente que lhe tocasse sem auctorisação papal, estava ameaçado de excommunhão. Esta ordem era tão rigorosamente observada que, ao proprio Mozart recusaram satisfazer o desejo que manifestou de o vêr em seguida a uma audição.

Ha só trez copias d'esta obra. Uma, offerecida ao imperador Leopoldo, da Austria, outra, ao celebre Padre Martini, e a terceira, que deve estar na Bibliotheca musical dos reis de Portugal, a D. João IV.

A proposito da primeira d'estas copias, conta-se o facto seguinte: O imperador Leopoldo, que não só gostava muito de musica, mas tambem se mettia algumas vezes a compositor, ordenou ao seu embaixador em Roma que pedisse ao Papa uma copia do *miserere* para o fazer cantar na sua capella. O pedido foi satisfeito e em pouco tempo a obra foi copiada e enviada para Vienna, onde estavam então muito bons cantores. Porem, quando o imperador o ouviu, não lhe pareceu tão bom como esperava e concluiu d'ahi que Allegri, não querendo separar-se da sua obra prima, o havia illudido, enviando-lhe outra composição. Mandou immediatamente um embaixador a Sua Santidade para queixar-se de Allegri, que foi logo despedido do Vaticano. O papa indispoz-se por tal modo contra elle que se recusou a ouvir as explicações que queria dar-lhe. Só muito tempo depois, Allegri, por intervenção de um dos cardeaes, obteve uma entrevista com Sua Santidade e pôde explicar-lhe como os cantores de Vienna, não havendo entendido a sua obra, deram á execução um tom differente do que imaginara o compositor. Tudo inutil: por mais explicações que elle desse, o papa, que não sabia nada de musica, presistia na sua opinião de que *as*

Miguel Angelo teve, pelo menos, dois filhos, também músicos distintos, Américo Angelo Pereira e Virgílio Pereira.

Este foi, como seu pai, maestro e professor de música: em 1941 organizou o conhecido Coral da Câmara das «Pequenas cantoras do Postigo do Sol» constituido

por educandas do Recolhimento das Meninas Desamparadas.

A estes, refere-se a aludida Enciclopédia no seu vol. 21, respectivamente, a pág. 115 e 186.

O «Eurico» é uma revista muito rara, mais rara do que a Miscelanea. Só conheço um exemplar da sua colecção, aliás completa, encadernada juntamente com a «Miscelanea Musical».

Pertence ao já referido maestro António de Melo, que teve a gentileza de m'o facultar para estudo e para obter as fotografias que se publicam.

Por isso, aqui lhe renovo o meu agradecimento e o protesto da minha gratidão.

A esta revista — «Eurico» — se refere A. Carneiro da Silva no citado Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. 9.º pág. 304, dizendo que A. X. Silva Pereira nota este periódico no seu citado trabalho «Jornalismo Português» acompanhado da seguinte informação: «quinzenário de revista mensal — 15 de Setembro 1884 a 25 de Fevereiro de 1885. Vila da Feira»; o mesmo Silva Pereira, no seu trabalho «Jornais Portugueses» a fls. 60, diz «Eurico» (O) — 1884 — Vila da Feira e Porto. Foi o seguimento de Miscelanea Musical. Findou em 1 de Março de 1887».

Há equívoco porque o seu termo foi em 30 de Novembro de 1884 e não em 25 de Fevereiro de 1885.

Também a ela se refere a já referida Bibliophilie Musicale de Michel' Angelo Lambertini — sob o n.º 2047, a fl. 239 «Eurico — Villa da Feira e Porto, I année, 1884 n. 1 a 5 les seuls publiés».

O «Eurico» não pode ser considerado, em absoluto, um periódico feirense: foi-o na medida em que deu seguimento à «Miscelanea Musical» e pela continuidade dada à sua editoria na Vila da Feira, a cargo dos feirenses Joaquim Ribeiro & Irmão e, ainda pela colaboração que estes lhe prestaram.

5

DIARIO D'ANUNCIOS

Não encontrei qualquer exemplar deste jornal, sendo escassas as referências a ele feitas; por isso, não me foi possível estudá-lo. O «Comércio da Feira», na citada local — imprensa jornalística (n.º 33 de 14 de Agosto de 1902) diz «Mais tarde, em 7 de Julho de 1884, também se imprimiram na mesma tipografia (a municipal) alguns números d'um pequeno jornal — Diário d'Anúncios fundado pelo snr. Manoel Jose da Silva Ribeiro», que fundou e manteve o já referido «Jornal da Feira».

Penso que há equívoco nesta data, porque o «Campeão da Feira» refere, no seu n.º 3, de 9 de Março de 1885 (segunda feira):

«Jornal Novo. Mais um vae entrar no mundo na terça-feira, dia que os prophetas inculcam de mau para começo de qualquer obra.

No entanto, repiquem os sinos, fluctuem as bandeiras e ponham-se luminarias, para solenisar o 2.º aniversário do progresso do concelho da Feira, que vae de vento em pôpa. O titulo do novo jornal será Diário d'Anúncios e como tal destina-se ùnicamente à assambarcação de anuncios, o que para nós é indiferente.

Os preços das nossas publicações ficarão como estavãm. Não lutamos para o exterminio de ninguém. Trabalhamos unica e gratuitamente para ajudar um nosso antigo empregado, que se acha em pessimas circunstâncias».

Daqui se deduz que o «Diário d'Anuncios» iniciou a sua publicação em 10 de Março de 1885, o que vem confirmar a afirmação feita pelo «Comércio da Feira» de se terem imprimido apenas «alguns numeros», pois o último foi impresso em 20 de Abril de 1885.

Pela referência feita por este «Comercio da Feira», vê-se que o «Diário d'Anuncios» era de formato pequeno.

6

O CAMPEÃO DA FEIRA

Iniciou a sua publicação em 2 de Março de 1885, como bi-semanário, às segundas e quintas-feiras.

Teve seu termo em 20 de Abril desse ano, imprimindo-se, apenas, treze números.

Era de formato pequeno — 0,33 x 0,235, com 4 páginas, tendo, cada uma, quatro colunas.

Foi este jornal montado pelo já falado Manuel da Silva Ribeiro, tendo como director Luz de Almeida, e teve a sua sede no largo da Praça (Praça Velha), ficando como seu proprietário Manuel da Cunha.

Intitulava-se político, noticiário e literário.

No artigo de fundo do primeiro número, denominado «O nosso programa» diz: «vimos apenas para o campo de lucta patriotica pugnando pelos intresses do concelho da Feira como o afirma o nosso titulo».

Não consegui ler todo este artigo dado o estado de deterioração do único exemplar que me foi possível consultar. Contudo, ainda se consegue ler «Um jornal criado para a colaboração do bem... para a censura contra os erros e abusos, para a protecção dos desvalidos, para a estatistica dos criminosos, para a lembrança aos que podem melhorar a nossa situação emfim, para tudo quanto é alegre e productivo e patriótico, é sempre bem vindo...»

Nesse mesmo número e com o título ùnicamente de explicação diz:

«Uns montam uma tipografia para publicar um jor-

biblRIA

1.º ANNO — SEGUNDA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1885. — NUMERO I

O CAMPEÃO DA FEIRA

Bi-semanario politico, noticioso e litterario

Condições d'assignatura

FEIRA: Trimestre 200 réis. — Numero avulso 10 réis. — Fora da villa acresce o porte do correio.—Brazil, moeda forte, 1$200 réis. Pagamento adiantado.

DIRECTOR — Luz d'Almeida

Publica-se ás segundas e quintas-feiras

Publicações

Annuncios, cada linha, 10 réis. — Communicados, 15 réis a linha. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao director do «Campeão da Feira». — Largo da Praça.

VILLA DA FEIRA

O nosso programma

Como o progresso agrada a todos os que presam a sua terra, entendemos nós que, publicando mais um jornal, concorremos para aquelle bem social.

Não vimos reformar o mundo, nem tão pouco mudar as cousas. Vimos apenas para o campo da lucta patriotica, pugnando pelos interesses do [illegible] da Feira, como [illegible] nosso titulo.

[illegible] passaal, creado para com esta [illegible] do bem

renses, sempre promptos a auxiliar os propagandistas do progresso e da civilisação, que trabalham para o enriquecimento do seu concelho, como Pombal trabalhou para a sua patria.

No parlamento

A maior parte dos deputados empregam o seu tempo, não em discussões de interesse nacional, mas sim em discursos *rendilhados*, repletos de poesia e romanticismo, para agradar ás *coquetteries*

prejudica o paiz, que os nomeia representantes do seu interesse e não rhetoricos de alta sophisma!

A conferencia de Berlim; o nosso Zaire; a pobreza das nossas colonias; o *phylloxera*; a divida fluctuante e outros tantantos males que afflijem o nosso Portugal, deviam merecer-lhes a maior ponderação. Porém, não acontece assim, com bem magoa o dizemos. Parece que a raça portugueza está degenerada! Taes cousas vimos, taes indifferenças presenciamos, que chegamos a acreditar es-

partições e desempenham completamente os seus deveres? Não.

Devem só trabalhar nas ruas por occasião das eleições? E' vergonhoso e improprio.

Então quaes os mais deveres e até os mais essenciaes? A policia.

A policia, em girio nocturno, evita muitos crimes, porque os póde impedir a tempo.

Os generos alimenticios não seriam tão falsificados, porque a applicação das multas e até muitas vezes a prisão atemorisa os falsificadores e

bibRIA

nal político cujo fim é o arranjo da fatia. Outros para acordar os preguiçosos que nada querem fazer de util para a sua terra para apontar os erros e os abusos dos que «mandam» clamando contra elles e pedindo, senão o castigo, pelo menos a reparação. E o «Campeão da Feira» não foi criado para o primeiro fim, mas sim para o segundo e terceiro seguinte: acudir a uma família necessitada e sem lume, sem pão, dando trabalho ao chefe da mesma (que é tipografo) e trabalho honesto e digno que produsa o remedio salutar para si e para os seus cuja infelicidade depende dos feirenses condoidos».

No 13.º número, o seu proprietário Manuel da Cunha anuncia a sua suspensão por «não poder continuar a sustentá-lo isto devido à falta de meios», acabando por agradecer ao Manuel José da Silva Ribeiro o grande auxílio que lhe prestou e a Luz d'Almeida, por tanto que o ajudou gratuitamente.

Aquele Manuel Cunha, num comunicado de 7 de Março, publicado no número 3, de 9 do mesmo mês, explica como se fundou o jornal.

Depois de se referir a sua precária situação económica e a ter baldamente batido a várias portas para a poder solucionar exclama: «tanto andei, tanto sofri e tanto pedi que no dia 20 de fevereiro me disse o sr. Manuel José da Silva RiRbeiro — se você quer eu monto-lhe um jornal pequeno, dou-lhe papel, tinta e mais necessarios durante 4 numeros e pode com o produto d'elle e dos anuncios remediar a sua vida e arranjar um bocado de pão: e terminados os 4 numeros apenas me dará 20 p. c. para pagar o papel e tinta. Eu aceitei n'aquela ocasião e agradeço no presente tanto a ele, como ao publico, benfeitor.

Esta é a verdade».

Nesse mesmo número vem um anúncio em que ele se oferece como tipógrafo.

O que deixamos transcrito bem nos elucida sobre a razão porque se fundou este jornal e as condições em que viveu; o seu proprietário quis encontrar nele o meio de matar a fome, num esforço de salvação, o que aliás não conseguiu. Isto dá-nos um índice das condições em que, por vezes, viviam os que, na província, se dedicavam à tão árdua e ingrata profissão do jornalismo. A situação precária em que vivia o jornal, explica o modo como recebeu, a aparição do «Diário dos Anuncios» que vinha afectar a principal fonte da

sua receita: é curioso notar que este Diário pertencia exactamente ao Silva Ribeiro que montou, por caridade, para com Manuel da Cunha, o «Campeão da Feira».

Nestas condições, o que havia a esperar da isenção e da independência do jornalista?

«O Campeão da Feira» tinha, entre outras, as seguintes secções: revista estrangeira, noticiário, secção literária e de variedades, além de correspondências, inclusive de Lisboa; e até tinha — uma secção alegre...

A este jornal refere-se o «Comercio da Feira», no citado n.º 33 «Em 2 de Março de 1885 encetou na mesma tipografia (a municipal) a sua publicação — o «Campeão da Feira» um pequeno jornal de quatro colunas, fundado pelo sr. Manuel da Silva Ribeiro e de que era director Luz d'Almeida e de que sairam 13 números».

O Dr. Zagalo dos Santos, no seu já referido trabalho, limita-se a dizer, quanto a este jornal — «Semanário politico — noticioso e literário. Publicou-se em 2 de Março de 1885».

Xavier da Silva, na mencionada obra «Jornaes Portugueses» diz a fls. 27, «Campeão da Feira (o), 1885, Vila da Feira».

Além da colecção completa deste jornal, existente na Biblioteca Municipal, (com alguns números mal conservados) sei que está depositado, na Biblioteca Nacional de Lisboa, um exemplar do número um.

bibRIA

7

A VOZ DA FEIRA

Iniciou a sua publicação em 15 de Outubro de 1898 — tendo em consideração que os seus números 8 e 10 saíram, respectivamente, em 3 e 17 de Dezembro de 1898 e que teve o seu termo, com o n.º 12, em 31 de Dezembro do mesmo ano.

Confirma-o o «Correio da Feira», no número 91 de 1 de Janeiro de 1899 anunciando: «terminou ontem a sua publicação o semanário «Voz da Feira», sucessor do Feirense, de que era redactor e editor o sr. José João Ferreira, e que fora o orgão do partido progressista no Concelho».

Tinha o formato de 0,475 x 0,325 e publicava-se aos sábados com quatro páginas: era impresso no lugar das Eiras, onde tinha a sua sede e administração.

O «Comércio da Feira» no citado local do seu n.º 33, diz que ele era impresso na tipografia do referido «Feirense», e que deles saíram poucos números.

Aquele Ferreira, que também se intitulou administrador deste jornal era o pai do João José a que nos referimos quando estudamos o «Feirense».

Designou-se semanário político, noticioso e independente mas caracterizou-se, sobretudo, por ser noticioso com artigos diversos. Embora sucessor do «Feirense» nunca se confessou enfeudado aos progressistas, embora fosse um simpatisante da política deste partido.

Este jornal não é referido, nem pelo Dr. Zagalo dos Santos, nem por A. Carneiro da Silva.

Existem alguns exemplares dele na Biblioteca Municipal da Feira, e um — o n.º 8, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

8

CORREIO DA FEIRA

Iniciou a sua publicação em 11 de Abril de 1897: com grande tenacidade e muitos sacrifícios dos seus directores e proprietários, entrou já no seu 73.º ano, tudo fazendo supor e assim desejamos, que possa beneficiar-se da justa consagração do centenário da sua existência.

Até ao seu número 107 de 23 de Abril de 1899, distribuía-se aos domingos; mas a partir do número seguinte, como ainda hoje, distribui-se aos sábados.

O seu formato variou desde o número um, 0,445 x 0,315, até ao que hoje adopta, 0,515 x 0,355.

O número de páginas, que durante muito tempo foi de quatro é, hoje, normalmente de seis, tendo variado o número de colunas de cada página que a princípio era de quatro e passou para cinco, como já sucede desde 1898.

O «Correio da Feira», durante a sua longa existência, tem usado vários tipos no seu título.

Assim, manteve um deles até ao número 34, iniciando outro, diferente e maior, com o número 35 de 5 de Dezembro de 1897, que se manteve até ao número 38: com o número 39 de 2 de Janeiro de 1898, surge outro.

No número 84 de 15 de Novembro de 1898, regressa ao usado no número 35, explicando que o fazia para não se confundir com o que então usava a «Voz da Feira».

A partir do número 92 de 8 de Janeiro de 1899, retomou o daquele 39, que é igual ao que hoje usa.

A administração do jornal instalou-se, primeiramente, na Praça de Camões (hoje largo do Dr. Oliveira Salasar) e do número 35 de 5 de Dezembro de 1897, em diante, também aí se fixou a redacção.

A partir do citado número 92, embora a redacção continuasse na Praça de Camões, a administração passou para o lugar das Eiras.

A começar no número 69 de 31 de Julho de 1898, o «Correio da Feira» passou a ser impresso na tipografia Gandra, da rua de Entre Paredes 80, da cidade do

Porto, mas desde o mencionado número 92 já o jornal é impresso na tipografia do lugar das Eiras neste número esclarece-se — «Expediente — A redacção do Correio da Feira, que continua a ser na Praça de Camões, participa aos seus assignantes que, por contrato feito com o sr. José Soares de Sá, do Largo das Eiras, passa este a editar e administrar o jornal por sua conta».

Todo o material e apetrechamento de tipografia foi adquirido pelo Soares de Sá.

A partir do número 210 de 13 de Abril de 1901, já anota — «Redacção, administração e tipografia» — no largo das Eiras.

Decorridos anos, em 1903, Soares de Sá adquiriu a casa que fora a residência, com estabelecimento comercial, de Francisco de Oliveira Ramos, na rua do Dr. Roberto Alves (então rua Direita n.º 66), defronte da chamada casa da Secretaria e, nela, instalou a sua habitação, redacção e oficinas de composição do jornal: a redacção ficou no rez-do-chão, com frente para a rua e a tipografia numa larga loja contígua.

Desde o número 351 de 26 de Dezembro daquele ano, anuncia que a redacção, administração e tipografia estava situada naquela rua.

No número 1000 de 16 de Setembro de 1916, já informa que, a redacção, administração, tipografia e oficinas de impressão, estavam na Praça Velha (hoje do Dr. Gaspar Moreira), onde ainda se mantêm na casa onde viveu e morreu José Soares de Sá.

Este jornal, do número 32 de 14 de Novembro de 1897, ao 91 de 1 de Janeiro de 1899, iniciava o seu texto com um «Sumário» e, desde o 53 de 10 de Abril de 1898, ao 108 de 29 de Abril de 1899, afirmava ter uma extracção de 1000 exemplares.

Sabbado 3 de dezembro de 1898

A VOZ DA FEIRA

SEMANARIO POLITICO, NOTICIOSO E INDEPENDENTE

Editor, redactor e administrador — José João Ferreira

Impressão e séde da administração — Largo das Eiras-Feira

1.º anno | ASSIGNATURA — Feira, anno, 600 reis. Pelo correio, 800 reis | PUBLICA-SE AOS SABBADOS | PUBLICAÇÕES — Primeira, 60 reis a linha. Segunda, 40 reis | N.º 8

VILLA DA FEIRA

AS NAÇÕES EM DECADENCIA

A' similhança das tres palavras mysteriosas no festim de Balthazar, assim lord Salisbury foi tambem o prophetа agourento das nações em decadencia, vaticinando a sua proxima ruina, o seu esphacelamento inevitavel.

O chefe do gabinete inglez teve a prudencia ou a delicadeza de não indicar nominalmente as potencias sobre as quaes estava pendente a cruel espada do destino. Pelas circumstancias de momento via-se todavia que visava directa-

politica internacional é como o athleta que se deixa dominar pelo seu adversario.

Lord Salisbury, no seu humorismo e no seu scepticismo, tem todavia a crença de que a sua patria é um paiz de energia, de tenacidade, de audacia misturada de bom siso, e que são estas as qualidades indispensaveis para adquirir e conservar um logar proeminente no convivio universal.

Basquemos no entanto rastrear quaes são as caracteristicas das nações em decadencia e quaes são os requisitos absolutamente necessarios para que uma nação se sustente decorosamente no balanço in-

que passa por tão duras provações e com a força regeneradora que lhe é innata outras tantas se tem erguido como Antheu, rejuvenescida da quêda.

Com a Hespanha as cousas mudam um pouco de figura. Não é de hoje que a nação vizinha tem vindo perdendo de importancia. Desde os ultimos annos do reinado de Filippe II que o astro da sua grandeza começou de empallidecer. A Hollanda, a Inglaterra e a França, sucessiva e conjunctamente, contribuiram para a sua queda. Mas foi na actualidade que ella deu as provas mais evidentes da sua inhabilidade

assento n'ella. Passa já de quatro seculos que o Occidente e o Oriente se digladiam e Constantinopla ainda ostenta nas suas mesquitas o crescente do Propheta!

E' extraordinario o phenomeno que se observa no esphacelamento do imperio turco. Ha quantos annos não ouvimos nós dizer que elle é o enfermo da Europa, e todavia que força de resistencia, que vitalidade não offerece aos ataques reiterados dos seus constantes e variados inimigos! Na guerra com a Russia os soldados turcos deram ainda provas de que eram dignos das suas gloriosas e seculares tradicções e na

achando mais facil viver das enganosas generosidades do credito, veem a cair no precipicio da usura, tornando-se assim, financeiramente, tributarias e dependentes dos ricassos. N'este caso nos querem envolver, arrastando nos na mesma onda que já subverteu o Egypto.

Qualquer, porém, que seja o criterio que se adopte para classificar a decadencia das nações, vê-se que todos elles não passam de modalidades da mesma fórma inicial e arbitraria. A fabula do lobo e do cordeiro hade ser uma verdade eterna, de applicação continua. Busca se um pretexto para encobrir e legalisar a conquista, mas arrancada a mascara, lá está sempre, debaixo d'ella, a

Foram fundadores do «Correio» os vultos proeminentes da política regeneradora da Feira: Dr. António de Castro Pereira Corte Real (mais tarde e sucessivamente, visconde e conde de Fijô), deputado pela Feira em diversas legislaturas e presidente da Câmara Municipal da Feira, nos exercícios de 1882-83, 1884-1885 e

bibRIA

1886; Dr. Vitorino Joaquim Correia de Sá, distinto advogado, que foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Feira, nos exercícios 1914-1917 e 1918, da qual já havia sido vice-presidente em 1912; Dr. Manuel Batista Camossa Nunes Saldanha (visconde de Albergaria de Souto Redondo), que foi presidente da mesma Câmara Municipal, nos exercícios de 1890-92, 1893-97; Joaquim José Pinto Valente, ao tempo proprietário da casa chamada dos Leões, na Praça hoje denominada do Doutor Oliveira Salazar.

No número um deste jornal não era referido o nome do director, mas indicava-se, como secretário da redacção, este Pinto Valente: desde o número 53 de 10 de Abril de 1898, com que se iniciou o 2.º ano, deixou o seu nome de figurar no cabeçalho do jornal, no qual também não era mencionado o de José Soares de Sá.

A propriedade do jornal era atribuída à «Empresa do Correio da Feira», figurando como editor responsável José Gomes da Silva.

A partir do citado número 92 já aparece como editor, administrador e proprietário, José Soares de Sá.

No número 524 de 20 de Abril de 1907, aparece como director o mencionado Pinto Valente, mantendo o Soares de Sá a posição de administrador e proprietário, mas desde o número 588 de 11 de Julho de 1908, este já é enunciado como director e proprietário. No número 708 de 5 de Novembro de 1910, intitula-se director, editor e administrador, passando, desde o número 767 de 30 de Março de 1912, a director, administrador, proprietário e editor, o que se manteve até ao número 3239 de 8 de Abril de 1961.

José Soares de Sá, nasceu na Vila da Feira, na rua do Dr. Eduardo Vaz, em 2 de Outubro de 1872: era filho de José Marcelino Soares de Sá e de Teresa Joaquina de Sá.

Casou com D. Clotilde Ferreira Monte Santos e Sá, filha de Manuel Ferreira de Monte Santos, que morou na sua casa do chafariz, da Praça da República (então largo das Eiras) e aí faleceu em 1916.

Fez parte da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Feira e de agrupamentos artísticos desta vila, especialmente como executante em diversas tunas e orquestras, pois era um grande apaixonado pela música.

Muito lhe interessou o teatro, como bem evidenciou, com entusiasmo, através do noticiário do seu jornal e na sua comparticipação em récitas de amadores, como

bibRIA

I ANNO — DOMINGO, 11 D'ABRIL DE 1897 — N.

Assignaturas:
Anno..... 600 rs.
Avulso..... 10 »

Annuncios:
Cada linha..... 20 rs.
Repetição, linha.. 10 »

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

Correio da Feira

Administração
Praça de Camões — Feira

Toda a correspondencia deve ser dirigida ao

Secretario da Redacção
Pinto Valente

VILLA DA FEIRA, 11 D'ABRIL—1897

O NOSSO SEMANARIO

Na hoste gloriosa da imprensa, vem alistar-se mais um combatente.

Jura fidelidade aos eternos principios da justiça e da verdade, e nas pugnas incruentas em que vae lidar, defendera com honra e denodo o partido regenerador, sem esquecer o respeito devido aos adversarios, que entileirados sob outra signa pelejam comnosco pela patria e pela liberdade.

Vimos á liça, animados do desejo de servirmos a causa do partido conservador, convictos de que melhor tem comprehendido e attendido os justos interesses do paiz, fomentando os seus elementos de riqueza, o derramamento e desenvolvimento da instrucção, e o levantamento do nivel moral pelo respeito á lei, ao principio da auctoridade e fortalecimento dos vinculos d'esta gloriosa nacionalidade.

Eleições

E' candidato opposicionista pelo circulo da Feira o snr. dr. Antonio de Castro Côrte-Real, da casa de Paçô.

E' antagonista de s. ex.ª um representante da casa Pinto de Almeida, de Paços de Brandão, cujos *favores* o concelho da Feira ainda não esqueceu.

...?...

OS CAMBIOS

I

A quantidade da moeda correspondente ás transacções regulares de um paiz, quando excede á medida, em que é necessaria, vai empregar-se em outra parte, foge da circulação. Acontece o mesmo, quando os titulos se declaram inconvertiveis, como são entre nós actualmente, e assim tomam o logar e a funcção da moeda real; vai esta desapparecendo, e quanto mais a emissão se exagera, mais sobe o premio do ouro, e mais o papel se desaprecia.

Os cambios só melhoram, fazendo retirar o papel excessivo, para o que seria indispensavel um enorme emprestimo, muito difficil d'obter-se nas actuaes cir-

Eleitores!

E' chegado o momento em que o cidadão usa de uma das melhores prerogativas que lhe concede a Carta Constitucional. E' chegado o momento em que devereis escolher o nome do vosso representante em côrtes.

Eleitores! De entre todos os deputados a quem o circulo da Feira tem conferido o mandato de seus representantes, um só tem jus á vossa sympathia e reconhecimento pela fórma digna e nobre porque se houve, um só tem direito ao suffragio de todos vós: é o nosso patricio dr. Antonio de Castro Pereira Côrte-Real.

Este homem respeitavel, é o unico que devéras se tem interessado pelo progresso do concelho da Feira; este homem é o unico que no meio de tantos deputados vossos, tem mostrado a mais completa isempção politica.

Eleitores! Os deputados, até hoje eleitos pelo concelho da Feira, tem votado este circulo ao maior despreso; nenhuma obra de necessidade conseguiram; não obtiveram para aqui melhoramento algum. E aos pedidos, e aos rogos dos influentes locaes, elles respondiam que nada deviam ao concelho da Feira, e que tudo deviam ao governo.

Eleitores! O doutor Antonio de Castro unico representante em côrtes. Deveis preferil-o; deveis votar no seu nome honrado e bemquisto.

DOLOROSAS

(A Pinto Valente)

Foi na fresca primavera,
ó pomba adorada e mansa!
que me déste em lembrança
Pequenina folha d'hera.
Então, bemdita creança,
murmurei a Deus: — Prouvera
que fosse pura e sincera
esta amorosa lembrança.—
.....
Depois, tu, descuidosa,
Rasgaste a folha querida,
Toda inteira a minha vida
E o meu amor — mariposa...

Oliveira Paixão.

Serviços

A quem nega que o concelho da Feira deva importantes serviços ao candidato opposicionista doutor Antonio de Castro

I ANNO — DOMINGO, 2 DE JANEIRO DE 1898 — N.º 39

ASSIGNATURA
Anno ...
Africa e Bra...
Avulso ...

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

CORREIO DA FEIRA

Secretario da redacção — PINTO VALENTE

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PRAÇA DE CAMÕES — FEIRA

Aceitam-se informações e correspondencias politicas ou noticiosas que não envolvam criminalidade.

Não se restituem os autographos.

O CORREIO DA FEIRA é o orgão do partido regenerador no concelho da Feira.

SUMMARIO:

Pelo concelho. — O snr. administrador do concelho perante a opinião d'Aveiro. — Junta de parochia da villa. — Gazetilha, por Arnaldo Gordart. — *Supreme amargura* (folhetim), por F. de C. B. — *Espinho. — A obra do governo. — A situação das parochias*, por Nemo. — *O segredo de Luiz* (litteratura), por Leonor Arnaud. — *Vidas americanas* (agricultura), por Batalha Reis. — *Romance*, por A. B. de Castro. — *Secção charadistica. — Correspondencia. — Poesias. — Noticiario. — Annuncios.*

VILLA DA FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 1898

PELO CONCELHO

Estão em férias os snrs. vereadores. Os funccionarios, empregados e cantoneiros que recebem os seus vencimentos do cofre da camara municipal, ainda não foram pagos do mez de novembro. Alguns jornaleiros nem o mez d'outubro receberam. Espinho, onde se fizeram promessas em barda, nem este anno tem a illuminação que a vereação transacta alli sustentava durante o inverno.

Descançam os snrs. vereadores dos mil cuidados da adjudicação do *real* ao filho d'um vereador, afiançado por um membro da commissão municipal, sem a prévia licitação que a lei ordena. Descançam tambem da massada que

Depois na pratica põem-se de parte os programmas, promessas, tudo, e procede-se á mercê de mesquinhas conveniencias, sejam ellas de que ordem forem, ou de meros caprichos, ainda que os factos desmintam com espanto geral compromissos que obrigariam satisfazer considerações de dignidade pessoal e partidaria, e de respeito pelos eleitores do concelho.

A preoccupação que sobreleva a tudo, a determinante de todos os actos da situação é outra: a de perseguir, deprimir os adversarios, pondo em duvida a sua honestidade, acirrando odios, espalhando a calumnia. E não se lembra esta gente de que não são eternos no poder, e que ha-de haver inevitavelmente a reparação de todas as suas proezas. Chegou agora a vez a junta da parochia d'Espinho, que na sua maioria é regeneradora, e que porisso incommoda os progressistas locaes, que tinham aquella freguezia por baluarte inexpugnavel. Houve quem, aberta a brecha, os expulsasse da junta onde administravam a seu talante os haveres da parochia, e davam os dias santos na egreja. Pozeram-se a descoberto varios feitos, e não se tem satisfeito pre-

São poucos os rendimentos de que dispõe. Não tem contribuição directa a receber dos parochianos. Não tem fundos permanentes, como inscripções ou fóros. Não tem como algumas outras parochias, receitas ou donativos que é por uso e costume cobrar dos parochianos para despezas da fabrica.

Os seus rendimentos provêm todos das taxas cobradas pelo toque dos sinos, das collectas das confrarias, do aluguer d'algumas alfaias, das esmolas e offertas, e ultimamente do imposto da prestação de trabalho. Entre as offertas sobresáem as chamadas do Menino-Deus.

Com estes mingoados rendimentos paga o ordenado do sachristão e do secretario da junta, as despezas do expediente, e dos livros do registro parochial, os concertos dos paramentos e alfaias, e os guisamentos necessarios na egreja.

E tem feito obras indispensaveis como a ponte que liga os logares de Milheiroz e Remolha, melhoramento reclamado ha muitos annos: mandou fazer de novo o telhado do corpo da egreja, dobrado, caiar as torres, substituir os canos conductores das chuvas por outros de chumbo, em que já gastou 79$500 reis além de dois milheiros de telha e as ripa precisas. Mandou construir no coro um anfiteatro para orchestra de trinta musicos, e outros concertos ahi se fizeram que elevam esta despeza a 25$000 reis. E com paramentos, cera e demais despezas obrigatorias tem gasto mais reis 8$500.

O snr. administrador do concelho perante a opinião de Aveiro

Do collega aveirense «Os Successos» é o seguinte, relativo ao procedimento do administrador actual para com o rev. parocho da freguezia de Fiães, na qualidade de presidente da junta de parochia da mesma freguezia.

«O administrador da Feira parece estar destinado a ser glorificado, canonisado, ainda em vida, pelo accinte com que está tratando a junta de parochia de Fiães, com a qual tem o fraco de não sympathisar, sem que ella lhe tenha dado ensejo a isso. Será por o illustrado parocho d'ali, rev.mo sr. Manoel Antonio da Silva Junior, não commungar nas ideias politicas do administrador? Está elle no seu completo direito, como esse funccionario está na obrigação de respeitar o ideal de cada um, para que lhe respeitem o seu.

Temos em nosso poder informações dos seus feitos que, ao que parece, dentro em breve terão de ser aqui exhibidos, para *honra* sua e *gloria* de quem lhe tolera e consente o que elle faz. E querem vêr que ainda ha de ser com louvor?!...»

Falle o collega, que pela nossa parte muito e muito temos que contar. Ajudal-o-hemos de bom grado á tarefa, se assim o desejar, afim de que a auctoridade superior do districto seja competentemente illuci-

—Que o debito do thesouro ao banco augmentou 5:872 contos, ficando em 45:834 sobre 65:284 de notas em circulação.

—Que comparando este augmento com o de 6:369 contos, que parallelamente soffreu a *circulação fiduciaria* e com a diminuição da *caixa* e da *carteira commercial* vê-se que a actual situação bem carece de ser meditada pelos poderes publicos e pelos accionistas do banco e que não é sem rasão que tem chamado a attenção do paiz para a sua administração e para as grandes reformas de que ella carece.»

De todo o ponto insuspeita a opinião do confrade lisboeta, apresentamol-a á apreciação dos leitores, afim de que avaliem da obra do governo.

GAZETILHA

Hoje, visto ser a entrada
Do «Novo» que ora desponta,
Da Preguiça tomo a tonta,
A ninguem vou fazer mal.
Tivessem boas saidas
Do velho (os votos renovo;)
Melhores entradas no «Novo»
Os leitores d'este jornal!

Por mim, confesso, passei
D'um para o outro, gosando
Dôce somno, puro e brando
Qual *inocente* a dormir!
Sonhei risonhas esperanças

BIBRIA

as de 19 de Dezembro de 1897 e 20 de Janeiro de 1898, realizadas no Real Teatro D. Fernando II, com o drama — Condessa de Marsay (na representação da qual teve lugar de destaque a actriz portuense D. Adélia Sanguinetti), fazendo parte do grupo dos actores feirenses ensaiados pelo conselheiro Dr. Manuel Augusto Correia Bandeira, que deixou grande nome na tradição do teatro da Vila da Feira.

O Correio da Feira ofereceu, então, os programas, cada um com uma poesia dedicada pela redacção.

Como já dissemos, iniciou a sua vida de trabalho como empregado de administração no «Feirense».

José Soares de Sá, depois de uma vida que não lhe foi fácil, de intensa luta, conseguiu triunfar legando a seus filhos o «Correio da Feira», como adiante será referido.

Ao seu esforço muito deve o jornal e, à sua memória, esta terra que o viu nascer e que ele muito amou e defendeu com carinho e intransigência.

Joaquim José Pinto Valente era natural desta Vila, filho de Bento José Valente e de Eduarda Rosa de Jesus. Além da actividade neste jornal foi director do jornal «Gazeta Feirense», como adiante será referido, findo o qual foi exercer o cargo de escrivão de direito para Angra do Heroísmo, onde faleceu.

Depois de uma vida exaustiva de trabalho, quando já tinha cerca de 90 anos, José Soares abandonou a direcção e a editoria do «Correio da Feira» (número 3240 de 15 de Abril de 1961) ficando como directora e editora sua filha D. Brizida Monte Santos Soares Alvão e, como proprietários e administradores, ele e seus filhos.

José Soares do seu casamento com a referida D. Clotilde, houve os seguintes filhos: aquela D. Brizida, que foi casada com Albino Monteiro Alvão; D. Maria Luisa Soares de Sá Braga, casada com Ernani Neves Braga; José Manuel dos Santos Soares de Sá, casado com D. Odete Guerra Maio e ainda D. Ercília Soares de Sá, casada com Armando Lopes, já falecidos, com descendência.

A partir do número 3439 de 13 de Fevereiro, em virtude do seu falecimento, passaram a ser proprietários e administradores do jornal, José Soares de Sá, Sucrs.

Desde o número 3509 de 11 de Junho de 1966 até

hoje, apresenta-se como directora e editora aquela D. Brizida e como administradora sua irmã D. Maria Luisa.

D.Brizida Monte Santos Soares Alvão, nasceu na Vila da Feira em 25 de Janeiro de 1904: é filha dos já referidos José Soares de Sá e de sua mulher D. Clotilde Ferreira Monte Santos e Sá. Foi casada com Albino Monteiro Alvão, já falecido. É sócia honorária da Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, no Rio de Janeiro.

No artigo de fundo do seu número um dizia: «O nosso Semanário — Na hoste gloriosa da imprensa vem alistar-se mais um combatente. Jura fidelidade aos eternos principios de justiça e da verdade, e nas pugnas incruentas em que vai lidar, defendera com honra e denodo o partido regenerador sem esquecer o respeito devido aos adversários, que enfileirados sob outra signa pelejam connosco pela patria e pela liberdade...» concluindo «E assim norteados combateremos todas as injustiças e arbitrariedades, reclamaremos direitos sem descuidar os deveres correlativos e especialmente propu-

II ANNO — DOMINGO, 13 DE NOVEMBRO DE 1898 — N.º 84

CORREIO DA FEIRA

Orgão do partido regenerador no concelho da Feira

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PRAÇA DE CAMÕES — FEIRA

Tiragem: 1:000 exemplares

TYPOGRAPHIA GANDRA
Rua d'Entre-paredes, 80—PORTO

SUMMARIO:

Por utilidade publica.—Entre progressistas.—Gazetilha, por Arnaldo Gobart.—*Congrugo.—O milagre da Virgem* (folhetim). — *Pelo concelho.—Pela imprensa.—Carta... a sério* (secção a rir), por K. Cete. — *Correspondencia de Paços de Brandão.—Noticiario.—Luctuosa*, por M. S. O. —*Bibliographia.—Annuncios.*

VILLA DA FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1898

Por utilidade publica

VI

Foi reeleita a vereação municipal, a despeito da reconhecida má vontade do administrador Noronha e Moura; e, n'esta parte, cabe a palma da victoria ao presidente reeleito que impunha aquelle acto, puro e simples como se realisou, indispensavel á sua permanencia na camara.

Foi evidente o cheque ao administrador; e comtudo este, que despreza os principios mais rudimentares da dignidade politica e da inteireza de principios, fica na administração, embora sem força Moura em prometter empregos a todo o fiel farrapo. Ha tempos, trabalhou azafamadamente em urdir contra o carceireiro da villa uma meiada cujo desfecho lhe acarretaria a demissão; e sabem para quê? Para arranjar o emprego para um amigalhote de Souto Redondo.

Ha pouco, com o fim de conseguir a nomeação de certo afilhado para o correio, forjou um auto que, enviado para Lisboa e embrulhado em commentarios proprios, deu em resultado a demissão immediata do carteiro Abelha. E assim por deante.

Impossivel se nos torna enumerar as arbitrariedades do administrador.

E porisso que, logo que correu, ha mezes, a nova da sua exoneração, o povo do concelho da Feira rejubilou de satisfação, pois a saida do sr. Moura representaria um grande allivio para o povo que elle opprime. Mas as boas noticias nem sempre são verdadeiras. E esta, que traria um beneficio ao concelho, não se realisou, infelizmente.

O que, não importa silencio da nossa parte. Falaremos, fallare-

d'Espinho celebrou-se o tratado da paz; é certo affirmar-se que o tratado tem a garantia, offerecida ao rev. presidente, do administrador ser demittido ao primeiro attrito que levante, a mais pequena difficuldade que opponha á acção da camara, ao primeiro empecilho com que pretenda inutilisar, ou protrahir decisões partidarias tomadas sem a sua annuencia.

N'estas condições, com pezar adoptadas pelas conveniencias partidarias d'uns e pelo mero interesse proprio d'outros, cresceu o desejo da desforra do que perderam na contenda, aos que viam já realisados todos os planos alijando para fóra da camara quem lh'os estorvava teimosamente, apesar das repetidas investidas.

Urdiram o plano d'empalmar a eleição, visto não terem elementos alguns, absolutamente nenhuns, para a lucta eleitoral á luz do dia. Além de que era indispensavel encobrir a origem do trama, para não faltar a possibilidade de se negar sempre a paternidade do feito, embora com elle se lucrasse; pois assim illudiase a garantia offerecida ao presidente da camara no tratado a que acima alludimos. Não havendo provas, o chefe supremo hesitaria em lavrar demissões: então o lucro seria em dobro.

Tomaram-se precauções, mas um confidente, que foi intimo em tempos mais felizes, e com a cooperaçã

amanuense Oliveira. E' incrivel o arrojo.

Não fantasiamos; expomos factos garantidos por informações fidedignas. Queremos archival-os aqui para illustração da historia da politica local. E são deveras importantissimos para demonstrações de moralidade politica. Veem tambem confirmar o estado d'espirito dos despeitados e obstruccionistas da reeleição da camara.

Como annunciou o orgão municipal, fez-se a reeleição, sem que todavia os despeitados e obstruccionistas deixassem d'esgotar todo o arsenal de manejos d'uso proprio, no intuito de vingar projectos denunciados desde agosto, e tirar desforra ardentemente desejada do actual presidente da camara. A lucta intestina do partido progressista não cessou; parece até que se exacerba cada vez mais que o receio do alto, da garantia do tratado de paz com a demissão do administrador obriga a afivellar mais apertadamente a mascara das apparencias amigaveis nos despeitados forçados a usal-a. A pressão que soffrem é forte; os projectos sonhados naufragam, uns apoz outros; tenta reagir-se contra a situação progressista, e d'inferioridade a que os arrastaram os successos occorridos nos ultimos mezes, porem surgem a cada passo obstaculos insuperaveis, que irritam a vaidade de quem nunca teve escrupulos na escolha e adopção de

traordinario, no corrente anno, de se começar a cobrança da derrama, sem ter passado o praso da reclamação.

Tumultuariamente se procedeu, e apezar das queixas do parocho ainda se lhe restam cerca de nove mil réis! Note-se ainda que nas visinhas freguezias de Mozellos e Oleiros a cobrança foi feita dois mezes antes.

Com certeza teria succedido o mesmo em todas as freguezias do concelho, se os parochos respectivos houvessem seguido o exemplo do d'Oleiros que, em 1897, apresentou no governo civil do districto a sua queixa contra tão irregular serviço.

Na cobrança tem havido incidentes engraçadissimos. O cobrador é o proprio secretario, embora se acoberte ou encubra com o nome do pae, ou d'um seu serventuario residente no largo das Eiras, e que manda ás freguezias receber dos contribuintes. Este serventuario foi este anno a Canedo; não se demorou alli todo o dia, como seria conveniente n'uma freguezia populosa, e de logares tão distantes do centro como esta; foi ainda no mesmo dia a Gedão. O regedor não gostou; queixou-se por se entender desconsiderado, e lá ficou encarregado da restante cobrança ainda avultada. Caso analogo se deu alli tambem no anno passado.

Registemos, e continuaremos a registar. Ha quem não goste, beliscado nas suas prosapias que são capazes de leval-a até a negar a luz do

Sua irmã D. Maria Luisa, também nasceu nesta vila, em 14 de Março de 1906 e está casada com Ernani Neves Braga.

O «Correio da Feira», como já se disse, fundou-se em 11 de Abril de 1897, com o fim de defender a política do partido regenerador com o auxílio e apoio dos já mencionados vultos do partido no concelho, contando-se entre os fundadores o já referido visconde de Albergaria de Souto Redondo, que no concelho representava a causa dos nacionalistas (católicos).

gnaremos com todo o zelo as necessidades locaes».

No número 22 de 5 de Setembro de 1897, já inscrevia, ao lado do seu título — «O Correio da Feira é o orgão do partido regenerador local» e no número 53 de 10 de Abril de 1898, em destaque e por baixo do seu título, «Orgão do partido regenerador do concelho da Feira».

A partir do número 117 de 1 de Julho de 1899 altera para «Orgão do partido regenerador e dos interesses do concelho da Feira»: esta modificação resultou, por certo, da luta que, então, se travava entre a Feira e Espinho, devido à elevação desta vila a concelho.

Desavenças políticas surgiram entre José Soares de Sá, por um lado e Pinto Valente e o Dr. Henrique Vaz Ferreira, por outro lado, em resultado de dissidências que se deram no partido regenerador após a morte do conselheiro Hintze Ribeiro, em 1908.

Delas resultou o «Correio da Feira» acatar a chefia do conselheiro Júlio de Vilhena, ao contrário daqueles outros dois: daí este jornal, no seu número 589 de 18 de Julho desse ano, ter anunciado em grandes letras, que passava a ser composto sem qualquer ingerência dos mesmos, afirmando que «prosseguirá enfileirado entre os seus colegas ortodoxos da imprensa do partido regenerador defendendo-lhe as ideias e os interesses».

Comentando esta atitude, o Diário Popular, jornal em que directamente superintendia o conselheiro Júlio de Vilhena, refere no seu número de 22 do mesmo mês de Julho: «Apesar do sr. Vaz Ferreira se ter separado do Correio da Feira este jornal nosso presado colega continua sendo genuinamente regenerador e continuará assim abertamente ao lado do prestigioso chefe do partido regenerador».

Em razão de tais divergências, em 23 de Novembro de 1908, aparece um novo jornal «Gazeta Feirense», propriedade do Dr. Vaz Ferreira e direcção de Pinto Valente.

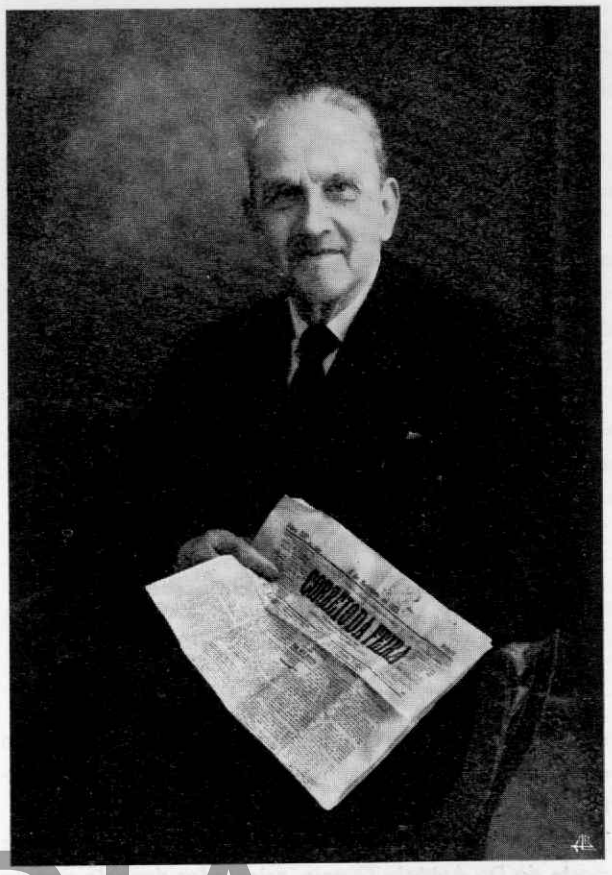
No número 691 de 9 de Julho de 1910, apoia as seguintes afirmações feitas pelo conselheiro Campos Henriques «Somos os que fomos sempre: monarchicos firmes, quer nas horas de fortuna quer nas de adversidade. É assim que se afirmou em todas as circunstâncias o partido regenerador».

Isto visava directamente os dissidentes Dr. Henrique Vaz Ferreira e Pinto Valente, pois José Soares de Sá, em suplemento ao número 696, com data de 16 de Agosto de 1910, em folha volante de pequeno formato e para agastar aquele, anunciava (como director e administrador do «Correio da Feira») que o governo demitira o Dr. Vaz Ferreira de Governador Civil de Aveiro.

No número 697 de 20 de Agosto de 1910, declara-se fiel à chefia do partido por parte daquele conselheiro Campos Henriques, que a facção da direita deste partido elegeu em sucessão do conselheiro Júlio de Vilhena.

Pouco tempo durou esta filiação partidária porque, no dia 8 de Outubro seguinte, o «Correio da Feira», no seu número 704, intitula-se semanário político e abraça o regime republicano.

A seguir ao número 727 de 18 de Março de 1911, e com data de 22 deste mês, foi distribuida, em pequeno formato, outra folha volante assinada pelo «Editor José Soares de Sá», comunicando aos assinantes, anunciantes, colegas e amigos que o jornal tinha sido suspenso pelo administrador do concelho, Ernesto Belesa de Andrade, lavrando o seu protesto contra a falta de liberdade de imprensa, declarando que lhe era imposta a suspensão da sua publicação.



José Soares de Sá
Director do Correio da Feira

Em 1 de Julho de 1911, e com o seu número 728, recomeça a sua publicação normal.

Em artigo de fundo, e dirigido aos seus leitores, diz que a suspensão, que tivera lugar em 22 de Março, fora levantada em 9 de Maio, lavrando o seu protesto, dizendo que não curou de averiguar o que motivou ou fundamentou essa suspensão e que não solicitara «a graça de continuar a publicar o semanário».

A partir do número 729 de 8 de Julho de 1911, passou a denominar-se «Semanário Republicano» e ao número 756 de 13 de Janeiro de 1912, intitula-se «Orgão do partido Republicano do Concelho», publicando, nesse número e nos seguintes (757 e 758), a respectiva comunicação datada de 10 desse mês, feita pelo Dr. António Ferreira Pinto da Mota, como presidente da «Comissão Política Municipal do Partido Republicano».

Manteve esta representação até ao número 832 de 5 de Julho de 1913. No seguinte de 12 de Julho de 1913, começa a designar-se «Orgão Filiado no Partido Republicano Português».

A partir do número 907 de 5 de Dezembro de 1914, já se intitula «Semanário Republicano Evolucionista», para, desde o número 1156 de 11 de Outubro de 1919,

bibRIA

D. Brísida Monte Santos Soares Alvão
Directora do Correio da Feira

se inculcar «Semanário Republicano Liberal», designação que ainda se mantinha no número 1255 de 15 de Outubro de 1921.

No seguinte de 22 de Outubro, e assim depois da morte do Dr. António Granjo, orientador daquele partido liberal, passou a denominar-se «Semanário Republicano».

Desde o número 1373 de 26 de Janeiro de 1924 «Semanário Republicano Independente» e assim até ao número 1420 de 27 de Dezembro de 1924; a partir do seguinte de 3 de Janeiro de 1925, «Semanário Republicano Independente» e desde o 1679 de 26 de Julho de 1930, «Semanário Republicano Independente — Regionalista».

A partir do número 2267 de 10 de Janeiro de 1942, e até ao 3438 de 6 de Fevereiro de 1965, acresce «Fundado em 11 de Abril de 1897».

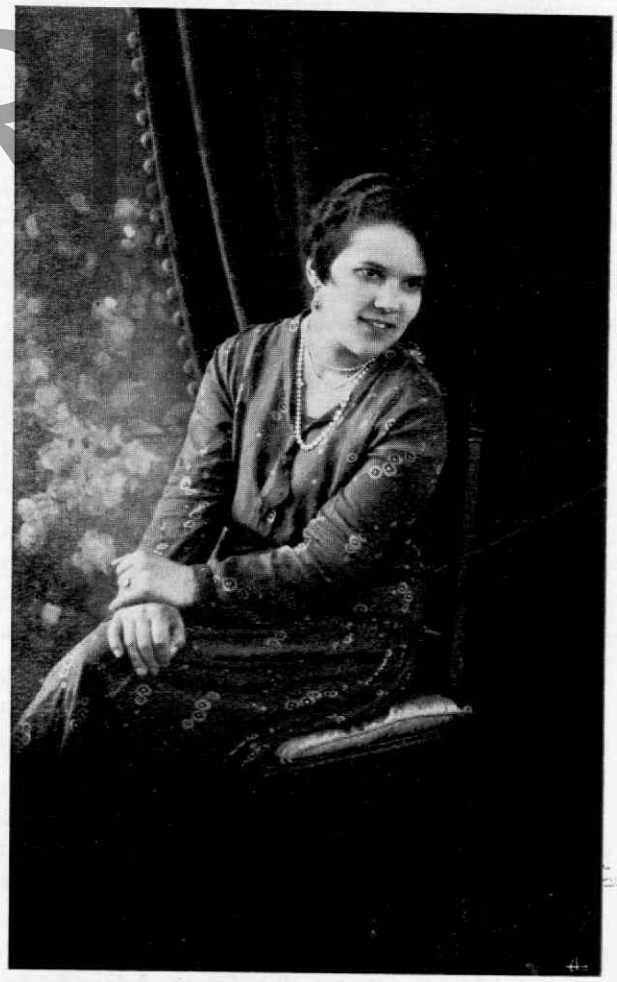
Desde o número 2456 de 24 de Novembro de 1945, passa a «Semanário Republicano Regionalista», título que ainda hoje usa.

O «Correio da Feira», além dos já referidos suplementos ao número 696 e ao que se seguiu ao 727, publicou: um ao número 100, em 6 de Março de 1899, intitulando-se órgão regenerador, dedicado ao comício que, no referido Real Teatro D. Fernando II, desta Vila da Feira teve lugar, na véspera, a favor da integridade do concelho; outro ao 344 de 7 de Novembro de 1903, sobre publicações literárias; outro ao número 467 em 19 de Março de 1906, anunciando a queda do governo progressista e que fora encarregado de formar governo, o conselheiro Hintze Ribeiro; outro ao n.º 1596 de 9 de Junho de 1928 com artigo do Dr. Aguiar Cardoso.

Este jornal teve, além de outros, os seguintes colaboradores: Dr. António Augusto Aguiar Cardoso, Dr. Henrique Vaz Ferreira, Dr. Eduardo Vaz de Oliveira, Dr. António Ferreira Soares, Dr. Vitorino Joaquim Correia de Sá, Conde de Fijô (Dr. António de Castro Pereira Corte Real), D. Fernando Tavares e Tavora, Joaquim José Pinto Valente, Dr. Paulo de Sá, Francisco Vicente da Costa Neves, Manuel José Lopes Pereira, João Correia de Sá, D. Maria da Luz Albuquerque, Alberto Ferreira Monte Santos, Capitão Alípio de Oliveira, Albino Alvão, Hugo Rocha, Joaquim Batista de Freitas, Ferreira da Rocha, Vicente Reis e Dr. Manuel de Paiva.

Ao «Correio da Feira» refere-se o Dr. Zagalo dos Santos, na já citada obra, nada esclarecendo a mais do que ficou relatado.

O «Comércio da Feira», no já referido número 33 de Agosto de 1902, informa que tendo cessado a publicação do Feirense, em 1898, José João Ferreira fundou a «Voz da Feira» impresso nesta Vila, na tipografia do Feirense e acrescentou «Por contrato celebrado entre o Sr. José João Ferreira e José Soares de Sá, passou o «Correio da Feira», a ter como administrador, editor e proprietário este último e ficando a imprimir-se na



D. Maria Luísa Soares de Sá Braga
Administradora do «Correio da Feira»

antiga tipographia do Feirense, agora convertido em tipographia do Correio da Feira».

O «Correio da Feira» manteve vivas e duras lutas, do que lhe resultaram sérios embaraços, com julgamentos por crises de liberdade de imprensa, situações que sempre enfrentou com energia e sem desfalecimentos.

Durante muitos anos manteve-se, conforme o estilo da época, com a feição antiquada dos periódicos da província: ùltimamente tem-se transformado muito, adaptando-se às exigências do nosso tempo.

Fazemos votos para que evolucionando, melhore mais o seu aspecto gráfico e se torne um periódico ainda mais sugestivo e atraente.

Pensamos que seria um grande benefício se alargasse a sua esfera de acção publicando correspondência de todos os concelhos que formaram o território antigamente abrangido pelas Terras de Santa Maria.

Só a sua administração poderá apreciar da possibilidade desta iniciativa que muito beneficiaria o jornal, com utilidade manifesta para toda a nossa região.

O «Correio da Feira» tem boa impressão e sempre se caracterizou pela assiduidade de belíssimos colaboradores, e pela dedicação e entusiasmo com que tem defendido os interesses da vila e do concelho.

Existem muitos números antigos, deste jornal, na Biblioteca Municipal da Feira e alguns na Nacional de Lisboa; pode-se consultar a valiosa colecção na posse das suas actuais directora e administradora.

bibRIA

bibRIA

vária

No dia 10 de Outubro, último,realizou-se nesta Junta Distrital uma reunião de trabalho a que presidiu o Sr. Ministro do Interior, Dr. António Manuel Gonçalves Rapazote, à qual assistiram os Srs. Governador Civil, Presidente da Junta Distrital e Presidentes de todas as Câmaras Municipais do Distrito.

O Sr. Ministro do Interior foi recebido pelo Sr. Presidente da Junta Distrital, tendo visitado as instalações da respectiva sede, que muito apreciou.

Também no dia 22 de Outubro, o Sr. Ministro da Saúde e Assistência visitou o Internato Distrital de Aveiro, a sede da Junta Distrital e a Quinta do Forte, onde em breve se iniciarão as obras de construção do novo Internato, tendo sido acompanhado pelos Srs. Presidente e Vogal Eng.º Paulo Seabra e por funcionários superiores deste Corpo Administrativo.

O Sr. Dr. Lopo Cancela de Abreu estudou com os técnicos da Junta Distrital o projecto do novo Internato, tendo-lhe merecido inteira concordância o critério adoptado na respectiva elaboração, prometendo todo o auxílio possível por parte do importante departamento que dirige.

bibRIA

Recepção na Junta Distrital ao Sr. Ministro do Interior

O Sr. Ministro da Saúde e Assistência estudando o projecto do novo Internato Distrital de Aveiro, no local onde vai ser construido: Quinta do Forte

bibRIA

CONSELHO DO DISTRITO

No dia 5 do corrente mês de Dezembro, teve lugar a sessão ordinária do Conselho do Distrito, destinada, fundamentalmente, à discussão e votação do Plano de Actividade e Bases do Orçamento para 1970.

O primeiro órgão da administração distrital aprovou, por unanimidade, o Plano de Actividade para o ano de 1970 que, dada a importância de que o mesmo se reveste, por conter os cometimentos que a Junta Distrital se propõe prosseguir, transcreve-se integralmente.

Plano de actividades para 1970

Dando cumprimento ao que o Código Administrativo determina, elaborámos, de acordo com a Junta Distrital, o PLANO DE ACTIVIDADE PARA 1970, que submetemos à consideração do Digno Conselho do Distrito, para sobre o importante documento emitir parecer.

No ano que se avizinha pensa este Corpo Administrativo dar execução às seguintes tarefas:

A — **CONSTRUÇÃO DO NOVO INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO**

Julgámos nós que no início do ano que agora se aproxima do respectivo termo, estariam removidas todas as dificuldades, em ordem a iniciar-se a obra de construção. Infelizmente assim não aconteceu e, ainda hoje, aguardamos a aprovação do projecto que em Agosto, último, foi submetido à consideração Superior.

Temos, porém, fundas esperanças em que a construção do novo Internato Distrital será levada a cabo no próximo ano, pois tão importante como premente problema continua a constituir o objectivo fundamental deste Corpo Administrativo.

B — **FOMENTO**

I — PLANEAMENTO REGIONAL

O Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de Março do ano em curso, definiu a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional.

Nos termos da alínea b) do artigo 1.º do citado diploma, a Região do Centro abrange os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria (sub-região do litoral) e os de Viseu, Guarda e Castelo Branco (sub-região do interior).

Determina o art.º 5.º do mesmo diploma que em cada região de planeamento é criada uma comissão consultiva regional com as seguintes atribuições:

a) Proceder a estudos preparatórios para a elaboração dos planos regionais de desenvolvimento, podendo, para esse efeito, utilizar trabalhos já elaborados e solicitar o apoio dos serviços técnicos locais, designadamente das comissões consultivas regionais urbanísticas do Ministério das

Obras Públicas e das comissões técnicas regionais do Ministério da Economia e das comissões ou outros órgãos criados pelas autarquias locais nos termos do § único do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 46 909, de 19 de Março de 1966;

b) Pronunciar-se sobre os limites da região e das suas sub-regiões que melhor satisfaçam os interesses e objectivos do planeamento regional;

c) Pronunciar-se sobre as diversas fases do plano de desenvolvimento da região e sobre a definição dos meios de acção regional necessários à sua execução;

d) Dar parecer, quando lhes seja solicitado, sobre a concessão pelo Governo de subvenções, empréstimos ou quaisquer outros benefícios e actividades já em exercício na área ou a implantar na mesma, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento económico-social da região;

e) Pronunciar-se sobre os mais assuntos para que seja pedido o seu parecer pelos órgãos competentes, a nível nacional, em matéria de planeamento económico e social;

f) Exercer quaisquer outras funções que legalmente lhe sejam cometidas.

Às Juntas Distritais foi deferida competência para designarem os vogais das comissões consultivas regionais. Nas regiões que compreendam cinco ou seis distritos cada Junta Distrital designará um vogal — art.º 13.º, N.º 1 e 2 (caso desta Junta Distrital que já procedeu à designação do seu Vogal).

O Decreto n.º 49 364, de 8 do mês em curso, veio regular a constituição e funcionamento das comissões consultivas regionais a que se refere o citado Decreto-Lei n.º 48 905.

Espera e deseja este Corpo Administrativo que a Comissão Consultiva Regional consiga levar a cabo os importantes cometimentos que a lei lhe assinala, em benefício da respectiva região onde o nosso Distrito se enquadra. Para tanto, envidará esta Junta Distrital os seus melhores esforços.

II — SERVIÇOS TÉCNICOS

Continua a ser muito considerável o número de projectos de obras e melhoramentos solicitados pelas Câmaras Municipais do Distrito.

A fim de ser atendido um maior número de pedidos, ampliar-se-á o respectivo quadro de pessoal, na medida das respectivas disponibilidades.

III — PRÉMIOS PARA CONCURSOS PECUÁRIOS

Os concursos a levar a cabo pelos Grémios da Lavoura do Distrito, destinados à realização de certames pecuários, bem como outras iniciativas tendentes a estimular a agricultura, a pecuária e as indústrias tradicionais da região, continuarão a merecer a melhor atenção por parte desta Junta Distrital.

C — **CULTURA**

I — ARQUIVO DISTRITAL

Tivemos o ensejo de referir no Plano de Actividade para o ano em curso, o nosso desejo de instalar o Arquivo Distrital na antiga «Casa do Despacho», propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, logo que a mesma estivesse devoluta pela transferência da Biblioteca Municipal para edifício próprio.

Ponderados os inconvenientes resultantes da aludida instalação, entre os quais avultava a circunstância de a dita dependência da Misericórdia ser de construção altamente vulnerável a incêndios e intempéries, resolveu-se aceitar a sugestão preconizada pelo distinto Inspector-Superior das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, Senhor Dr. Luís Silveira, no sentido de, para o efeito, ser ocupada a dependência contígua à Biblioteca Municipal.

Solicitada a autorização da Câmara Municipal de Aveiro, entendeu este Corpo Administrativo ouvir sobre o assunto a Comissão Municipal de Cultura. Este órgão colegial, em judicioso parecer pronunciou-se favoràvelmente quanto à nossa pretensão e, com base no mesmo parecer, o Município de Aveiro, autorizou a instalação do Arquivo Distrital.

É com o maior agrado que damos público conhecimento da concretização de tão importante empreendimento de âmbito distrital, registando com toda a satisfação o interesse e espírito de colaboração que a Câmara Municipal e a Comissão Municipal de Cultura votaram ao assunto. Na pessoa dos Senhores Presidentes de ambos os Órgãos colegiais expressamos a todos os seus pares o nosso mais vivo e reconhecido agradecimento.

II — REVISTA «AVEIRO E O SEU DISTRITO»

No próximo mês de Dezembro sairá o número oito.

Em face do considerável aumento de assinantes, foi necessário elevar para 1.500 o número de exemplares de cada edição e fazer-se uma reedição do número um, que se encontra esgotado, a fim de satisfazer os pedidos de aquisição da colecção completa.

bibRIA

Tal circunstância constituirá forte incentivo para dedicarmos à nossa publicação semestral ainda maior carinho e atenção.

III — SUBSÍDIOS

Às associações e institutos de carácter cultural continuar-se-á a conceder o auxílio que as disponibilidades permitam.

D — **ASSISTÊNCIA**

O problema fundamental continua a ser a construção do novo Internato Distrital de Aveiro, que se pretende ver concretizado no mais curto lapso de tempo.

Às Casas da Criança de Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada dar-se-ão os meios indispensáveis ao funcionamento respectivo, procurando-se aumentar o número de crianças que as frquentam.

Estas as realizações em que vamos ocupar a nossa actividade no próximo ano, contando, para tanto, com as imprescindíveis comparticipações do Estado, com o precioso conselho dos Senhores Procuradores e, também, com a leal colaboração de todos os Membros da Junta Distrital.

Aveiro, 19 de Novembro de 1969

O Presidente,

FERNANDO DE OLIVEIRA

LibRIA

O Sr. Ministro da Saúde visitando a Secretaria da Junta Distrital

bibRIA

NA CAPA:

1 — Igreja de Nossa Senhora de Fátima
(Mamodeiro — Póvoa do Valado)

2 — Barcos na Ria

N.º 8 DEZEMBRO DE 1969

Sumário

Página

★ Página Heráldica — Estarreja ... 3

★ Estarreja no Passado ... 7

Pelo Dr. Eduardo Alberto da Costa

★ Estarreja no Folclore e na Saudade ... 27

Pelo Dr. Joaquim Soares Rodrigues da Silva

★ Companhia Portuguesa de Celulose ... 29

★ Antologia Aveirense ... 35

★ Dr. Manuel Ferreira Santos Louzada ... 50

★ Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira ... 51

Por Roberto Vaz de Oliveira

★ Vária ... 77

bibRIA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
GRÁFICA IDEAL
R. António Breda-Tel. 62458-ÁGUEDA